



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

**1º SEMESTRE
2008**

Índice

1. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom.....	2
2. Principais Indicadores do Semestre.....	4
3. Resultados Consolidados	5
3.1. Demonstração de Resultados Consolidados	5
3.2. Balanço Consolidado	8
4. Telecomunicações	11
4.1. Negócio Móvel	11
4.1.1. Indicadores Operacionais	11
4.1.2. Indicadores Financeiros	12
4.2. Negócio Fixo	13
4.2.1. Indicadores Operacionais	13
4.2.2. Indicadores Financeiros	15
5. Software e Sistemas de Informação	16
5.1. Indicadores Operacionais	16
5.2. Indicadores Financeiros	17
6. Público	18
6.1. Indicadores Operacionais	18
6.2. Indicadores Financeiros	19
7. Resultados Individuais da Sonaecom SGPS	20
8. Principais Desenvolvimentos Regulatórios	22
9. Principais Desenvolvimentos Corporativos e Eventos Subsequentes	23
10. Governo da Sociedade	24
11. Artigos 447, 448 e Participações qualificadas	25
12. Declaração para os efeitos do Artigo 245 do CVM	28
13. Informação Financeira	29
13.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	29
13.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	35
13.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS	85
13.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS	91
13.5 . Relatório de Revisão Limitada	126

Notas:

Estas demonstrações financeiras consolidadas, a 30 de Junho de 2008, estão sujeitas a revisão limitada e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

1. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

O primeiro semestre de 2008 evidenciou a forte pressão competitiva existente no mercado de telecomunicações em Portugal, em que todos os principais operadores exercem, ou perspectivam exercer, a sua actividade em todos os segmentos chave do mercado. Neste semestre, assistimos ao prolongamento de promoções agressivas e à introdução no mercado de novos referenciais de preço por parte dos nossos concorrentes, nos segmentos de voz fixa, banda larga fixa e móvel e serviços de TV, incluindo o anúncio de lançamento de uma terceira plataforma de TV por satélite. Estes desenvolvimentos estão a ocorrer numa altura em que a confiança dos consumidores e negócios portugueses está a deteriorar-se, o que provavelmente terá um impacto negativo na generalidade do mercado das telecomunicações.

O ambicioso plano de investimentos que anunciámos para 2008, destinado a estimular o crescimento e a aumentar o nosso potencial competitivo no mercado, está já plenamente em curso, tendo-se conseguido progressos significativos durante o 1S08 para atingir esses objectivos. Este facto comprova-se não só pelo crescimento registado na nossa base de clientes e no nosso volume de negócios, mas também pela forma como a organização respondeu ao grau acrescido de concorrência e às dinâmicas de mercado, com a introdução de produtos e serviços inovadores, a antecipação e enfoque em novas oportunidades para segmentos específicos de mercado e o aproveitamento da nossa estrutura integrada.

Em resposta a este ambiente de mercado, tivemos um primeiro semestre bastante activo, durante o qual implementámos um importante número de iniciativas comerciais:

- Reposicionamento da marca Optimus, através do lançamento de uma marca e imagem corporativa totalmente renovadas;
- Lançamento do TAG, a nossa oferta ilimitada de comunicações, dentro de grupo fechado de utilizadores, orientada para o segmento jovem;
- Introdução das soluções BlackBerry e do iPhone na nossa gama de produtos;
- Reforço da nossa oferta de banda larga móvel – considerada recentemente como a melhor oferta em Portugal por uma revista da especialidade – através da oferta inovadora de PC + modem;
- Lançamento de uma nova oferta base de banda larga ADSL de 4Mbps e *upgrade* dos clientes de banda larga 2Mbps para 6Mbps sem custos adicionais;
- Reforço da nossa oferta de IPTV através da inclusão de novos canais e funcionalidades;
- Substituição gratuita das *set-top boxes*, através da oferta de um novo equipamento de vanguarda, que permite a recepção de som e imagem de maior qualidade, bem como do serviço de televisão de alta definição (HDTV);
- Mudança da identidade corporativa e da imagem da WeDo para “WeDo Technologies”, reflexo da sua expansão e da consolidação das empresas adquiridas, colocando todos os seus activos sob uma marca única;
- A Mainroad tornou-se o primeiro “SAP Hosting Partner” em Portugal e classificou-se em segundo lugar na categoria de melhor fornecedor europeu de “Disaster Recovery” no recente concurso DataCentres Awards Europe 2008; e
- Campanhas implementadas pelo Público, associadas ao seu 18º aniversário, incluindo edições especiais, reedição da primeira edição do jornal e lançamento de um novo suplemento ao sábado.

De acordo com as prioridades de investimento já anteriormente anunciadas, o significativo crescimento no nosso volume de negócios no 1S08 não foi acompanhado por uma melhor rentabilidade consolidada em resultado dos custos associados ao nosso esforço de crescimento, incluindo os custos com as nossas iniciativas comerciais, o aumento da competitividade do mercado e os custos de integração associados às aquisições feitas no ano passado. Gostaria de salientar os seguintes aspectos da nossa *performance*:

- Crescimento significativo do número de clientes móveis (+11,5% em relação ao 1H07);
- Crescimento de 55,2% do número de acessos fixos directos (um aumento significativo de 19,6%, numa base comparável). No 1H08, o número de acessos directos aumentou aproximadamente 12 mil (atingindo 522,5 mil acessos), apesar do elevado nível de concorrência no mercado;
- Crescimento significativo das receitas de clientes consolidadas, mais 20,9% (ou 8,4% numa base comparável);

- A margem EBITDA consolidada deteriorou-se em 3,3pp em comparação com o mesmo período do ano passado devido ao impacto negativo de menores receitas de *roaming*, à pressão competitiva ao nível do ARPU e aos investimentos substanciais em marketing e vendas dos nossos negócios de telecomunicações, que já começam a mostrar resultados positivos em termos do crescimento dos nossos clientes móveis residenciais;
- Aumento substancial do EBITDA no nosso negócio fixo, mais 4x do que o valor registado no 1H07 e atingindo uma margem de 2,7% no 1H08;
- Crescimento significativo do volume de negócios na nossa unidade de negócios SSI (+66%), tanto em termos de vendas de produtos como de receitas de serviços, acompanhado por um aumento trimestre a trimestre da margem EBITDA;
- Redução de 20% nas perdas ao nível do EBITDA no Público, reflectindo o esforço no sentido de aumentar os níveis de circulação e de receitas de publicidade, ao mesmo tempo que continuámos a desafiar a estrutura de custos.

Na sequência da fusão dos nossos negócios fixo e móvel, em Novembro de 2007, e da integração das equipas comerciais e de marketing, no início do ano, levámos, durante o 2T08, o processo de integração da nossa actividade de telecomunicações ainda mais longe ao anunciar que a marca Optimus passará a ser utilizada pelas áreas *Corporate* e PME para os nossos serviços móveis e fixos.

Os processos de integração, no nosso negócio fixo, da base de clientes da ONI e da Tele2 (em termos de rede e sistemas) e, no caso da SSI, da Cape e Praesidium estão praticamente finalizados. Esperamos que este esforço tenha, durante o 2S08, um progressivo impacto positivo nos custos, através da implementação de medidas que permitam obter as expectáveis sinergias.

No que diz respeito aos aspectos regulatórios, durante todo o 1S08, o nosso negócio móvel continuou a registar significativos desequilíbrios nos custos de terminação móvel em benefício dos nossos concorrentes, já que a decisão final da Anacom relativamente às tarifas de terminação móvel (MTRs) apenas foi tornada efectiva a partir do dia 15 de Julho. Saudamos o desfecho deste longo processo, ainda que a decisão final tenha sido demorada e, ao contrário do esperado, não tenha sido de aplicação retroactiva. Tal como já tivemos oportunidade de afirmar, pensamos que a resolução final irá contribuir para fomentar uma maior concorrência no sector das telecomunicações móveis em Portugal e irá permitir que se estabeleça um quadro regulatório mais estável no segundo semestre de 2008 e em 2009. No entanto, há ainda um conjunto importante de decisões regulatórias que deverão ser tomadas nos próximos trimestres, tais como a regulação da exploração das redes de nova geração (NGNs) em Portugal, o que, juntamente com a actual consulta sobre a avaliação das condições de concorrência no mercado de banda larga, será um factor determinante no sucesso do processo de liberalização do sector de comunicações fixas, bem como uma oportunidade para a promoção de investimentos eficientes no país.

Anunciámos em Fevereiro um plano de investimento a três anos, no valor de 240 milhões de euros, para exploração da Rede de Fibra de Nova Geração, que permitirá cobrir mais de 1 milhão de lares e aproximadamente 25% da população portuguesa. O nosso plano de fibra destina-se a construir a rede de telecomunicações mais avançada em Portugal. No âmbito deste plano, apresentámos uma proposta que permite o acesso à rede de fibra a todos os operadores nacionais interessados, em linha com as recomendações regulatórias e as melhores práticas europeias. Durante o 1S08, o nosso plano de investimento em fibra registou um progresso significativo, com quatro projectos-piloto já em funcionamento, alguns milhares de casas passadas, algumas centenas de clientes a testar os serviços e tendo-se obtido uma experiência positiva em termos de *home-networking*. A reacção dos clientes que estão a testar os serviços é bastante positiva tanto em termos de banda larga como de experiência de TV. O lançamento comercial das nossas ofertas *3-play* através desta rede inovadora e totalmente independente deverá acontecer durante o 2S08.

Com base nos nossos resultados do 1S08, no seguimento do quadro regulatório determinado pela Anacom em Julho relativo às MTRs, que produz efeitos a partir de 15 de Julho, e não obstante o ambiente competitivo actual, acreditamos que estamos em condições de atingir, em traços gerais, as estimativas para 2008 comunicadas ao mercado no início do ano, ajustando a nossa estimativa para o EBITDA pelo impacto do atraso na implementação desta decisão regulatória.

2. Principais Indicadores do Semestre

Durante o 1S08, conseguimos manter o elevado nível de crescimento alcançado nos últimos trimestres, quer ao nível de clientes, quer de receitas de clientes. Esta performance foi alcançada em resultado dos investimentos que tínhamos planeado em marca, rede e canais de distribuição, mas também graças ao lançamento contínuo de novos produtos e serviços no mercado e apesar do nível acrescido de concorrência no mercado.

Principais Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS	1S07	1S08	Δ 08/07
Negócio Móvel			
Clientes (EoP) ('000)	2.673,9	2.982,1	11,5%
Clientes Activos ⁽¹⁾	2.134,8	2.308,2	8,1%
Dados como % Receitas de Serviço	16,5%	20,9%	4,4pp
MOU ⁽²⁾ (min.)	115,4	123,5	7,0%
Negócio Fixo			
Total Acessos (EOP)	411.177	741.098	80,2%
Directos	336.779	522.540	55,2%
Indirectos	74.398	218.558	193,8%
Acesso Directo em % Receita Clientes	77,4%	68,5%	-8,9pp
Sonaecom			
Colaboradores	1.851	1.921	3,8%
Telecomunicações	445	419	-5,8%
SSI	353	453	28,3%
Media	260	270	3,8%
Serviços Partilhados ⁽³⁾ e Centro Corporativo	793	779	-1,8%

(1) Clientes Activos com Receitas geradas nos últimos 90 dias (média); (2) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (3) Serviços Partilhados inclui, entre outros departamentos, Serviço ao Cliente, Técnica, IT/IS, Contabilidade, Legal e Regulação.

Principais Indicadores Financeiros Consolidados

Milhões de Euros	1S07	1S08	Δ 08/07
INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS			
Volume de Negócios	413,4	475,6	15,0%
Receitas de Serviço	377,3	432,1	14,5%
Receitas de Clientes	282,0	340,9	20,9%
Receitas de Operadores	95,3	91,2	-4,3%
EBITDA	73,2	68,7	-6,1%
Margem EBITDA (%)	17,7%	14,4%	-3,3pp
EBT	-2,1	-17,0	-
Resultado Líquido - Grupo ⁽¹⁾	-4,7	-12,2	-159,5%
CAPEX Operacional ⁽²⁾	56,3	67,7	20,4%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	13,6%	14,2%	0,6pp
EBITDA - CAPEX Operacional	16,9	1,0	-94,4%
CAPEX Total	69,9	161,6	131,3%
FCF ⁽³⁾	75,0	-57,8	-

(1) Resultados Líquidos após Interesses Minoritários; (2) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (3) FCF alavancado após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e custos de emissão de empréstimos.

- **Clientes:** (i) Os clientes do negócio móvel aumentaram 11,5% para os 2,982 milhões no final do 1S08; as adições líquidas totalizaram 88,6 mil, representando um acréscimo de 22,9% em relação ao 1S07. As receitas de dados representaram 20,9% do total de receitas de serviços do semestre, uma subida de 4,4pp face ao 1S07; (ii) os acessos do negócio fixo totalizaram 741 mil no 1S08, contra 411 mil no final do 1S07. Os acessos directos aumentaram para 522,5 mil, um crescimento de 55,2% face ao semestre homólogo, ou um crescimento de 19,6%, numa base comparável. Os acessos directos cresceram em 12 mil no 1S08, em resultado de pressões competitivas, de problemas no processo de portabilidade e da crescente utilização de banda larga móvel. É ainda de salientar que 71,4% das receitas de clientes do negócio fixo no 2T08 foram geradas por clientes de acesso directo.
- **Colaboradores:** em consequência da integração dos colaboradores das empresas adquiridas durante o ano de 2007 (principalmente Cape e Tele2), o total de colaboradores aumentou em 3,8% face ao 1S07. Esta evolução do número de colaboradores inclui um decréscimo de 1,8% ao nível dos serviços partilhados e do centro corporativo.

- **As Receitas de Serviço** consolidadas mantiveram um elevado ritmo de crescimento, registando um acréscimo de 14,5% face ao 1H07, resultado do aumento de 20,9% das receitas de clientes (ou 8,4%, excluindo o contributo das empresas adquiridas em 2007) que mais do que compensou a redução de 4,3% das receitas de operadores originada, maioritariamente, pelo impacto negativo das receitas de roaming.
- **O EBITDA** consolidado diminuiu 6,1% em relação ao 1S07, para os 68,7 milhões de euros, em função, principalmente, da menor contribuição do negócio móvel. A margem de EBITDA, como já era esperado, deteriorou-se em 3,3pp para 14,4% devido: (i) ao crescimento dos custos de marketing e vendas e de subsídio de terminais no segmento das telecomunicações; (ii) aos custos de integração dos negócios adquiridos; (iii) ao impacto negativo da redução das tarifas de roaming; e (iv) ao significativo crescimento das vendas de produtos IT ao nível da SSI, geradoras de margens mais reduzidas. Em termos de evolução trimestral, é importante notar que o EBITDA consolidado aumentou em cerca de 1,6% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2008.

3. Resultados Consolidados

3.1. Demonstração de Resultados Consolidados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	1S07	1S08	Δ 08/07
Volume de Negócios	413,4	475,6	15,0%
Móvel	293,5	303,1	3,3%
Fixo	110,7	147,6	33,3%
Público	16,7	17,2	3,5%
SSI	32,8	54,5	66,2%
Outros & Eliminações	-40,2	-46,8	-16,4%
Outras Receitas	2,1	4,3	109,7%
Custos Operacionais	336,0	403,4	20,1%
Custo das Vendas	47,5	56,0	17,9%
Custos de Rede ⁽¹⁾	138,5	168,1	21,3%
Custos com Pessoal	46,8	48,8	4,3%
Marketing e Vendas	44,0	52,4	19,2%
Serviços Subcontratados ⁽²⁾	30,0	43,0	43,2%
Despesas Gerais e Administrativas	22,7	27,8	22,6%
Outros Custos Operacionais	6,5	7,3	13,1%
Provisões e Perdas de Imparidade	6,3	7,9	24,0%
EBITDA	73,2	68,7	-6,1%
Margem EBITDA (%)	17,7%	14,4%	-3,3pp
Móvel	73,7	62,1	-15,7%
Fixo	0,8	4,0	-
Público	-1,9	-1,5	20,4%
SSI	2,7	3,6	36,1%
Outros & Eliminações	-2,0	0,4	-
Depreciações e Amortizações	67,1	77,8	16,0%
EBIT	6,1	-9,1	-
Resultados Financeiros	-8,2	-7,9	4,2%
Proveitos Financeiros	11,9	1,6	-86,4%
Custos Financeiros	20,1	9,5	-52,7%
EBT	-2,1	-17,0	-
Resultado de Imposto	-2,5	5,0	-
Resultado Líquido	-4,6	-12,1	-163,6%
Atribuível ao Grupo	-4,7	-12,2	-159,5%
Atribuível a Interesses Minoritários	0,1	0,2	20,4%

(1) Custos de Rede = Interligação mais Circuitos Alugados mais Conteúdos mais Outros Custos de Operação de Rede; (2) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos.

Volume de Negócios

No 1S08, o volume de negócios consolidado ascendeu a 475,6 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 15,0% face ao 1S07.

As receitas de serviço consolidadas aumentaram 14,5%, para 432,1 milhões de euros, em comparação com o 1S07, resultado do desempenho positivo de todas as nossas empresas operacionais. Os principais contributos para este aumento foram os seguintes:

- a) no negócio fixo, verificou-se um aumento das receitas de serviço de, aproximadamente, 33,2%, ou de 4,8%, se excluirmos as aquisições efectuadas em 2007 (clientes residenciais e SOHOs da ONI e a Tele 2 Portugal);
- b) no negócio móvel, as receitas de serviço aumentaram 3,9%, apesar do impacto da redução das tarifas de *roaming* nas receitas de operadores e do aumento da concorrência em determinados segmentos de mercado, que conduziu à redução da receita média por minuto;
- c) na SSI, as receitas de serviço aumentaram 44,1% impulsionadas pelo bom desempenho de todos os seus negócios. Excluindo as empresas adquiridas pela WeDo em 2007, as receitas da SSI teriam tido, ainda assim, um aumento significativo de 24,8%; e
- d) aumento de 2,5% nas receitas de publicidade do Público.

De salientar que as receitas de clientes consolidadas continuam a apresentar taxas de crescimento elevadas. Face ao 1S07, as receitas de clientes consolidadas aumentaram 20,9%, impulsionadas pelo aumento das receitas de clientes nas áreas do negócio fixo (70,6%), da SSI (44,0%) e do negócio móvel (5,9%).

Se excluirmos a contribuição dos negócios adquiridos em 2007, as receitas de serviço e as receitas de clientes consolidadas teriam, ainda assim, apresentado, face ao 1S07, um crescimento de 5,2% e 8,4%, respectivamente; um facto assinalável tendo em conta a actual envolvente competitiva do mercado.

Custos operacionais

O total de custos operacionais ascendeu a 403,4 milhões de euros no 1S08, o que representa um aumento de 20,1% face ao período homólogo. O total de custos operacionais, excluindo o custo das vendas, foi superior ao nível verificado no 1S07 em cerca de 20,4%, representando actualmente 80,4% das receitas de serviço, aproximadamente 3,9pp acima do nível verificado no primeiro semestre de 2007.

As principais causas para o aumento dos custos operacionais, para além do contributo das empresas adquiridas e respectivos custos de integração, foram as seguintes:

- a) aumento dos custos de rede em 21,3% face ao 1S07, resultado de um aumento de 23,0% dos custos de interligação e conteúdos, associados ao aumento do volume de tráfego e ao alargamento da base de clientes ULL, o que originou um aumento significativo dos custos mensais associados a esta actividade; e um aumento de 16,4% nos custos de circuitos alugados e outros custos de rede, resultado da expansão da rede móvel (impulsionada pelo sucesso da banda larga móvel) e dos custos de rede associados às empresas adquiridas no ano anterior. Os custos de rede aumentaram apenas 0,7% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2008.
- b) aumento de 16,3% dos custos de marketing e vendas e de subsidiação de telemóveis, reflexo dos investimentos realizados na área de telecomunicações, nomeadamente na aquisição de clientes, no lançamento de novos produtos e serviços, tais como o “TAG”, a nova oferta de comunicações multi-plataforma (móvel+PC) e ilimitadas entre grupo fechado de clientes direccionada para o mercado jovem, e respectivas campanhas publicitárias;
- c) aumento das despesas gerais e administrativas em cerca de 5,1 milhões de euros face ao 1S07, resultado do: (i) aumento da base de clientes no negócio móvel e respectivos custos de licença associados; e (ii) do crescimento significativo da base de clientes “pós-pagos” no negócio móvel e aumento da base de clientes no negócio fixo (com impacto no nível dos custos de facturação e de suporte ao cliente); e
- d) aumento dos custos de serviços subcontratados em 13,0 milhões de euros, devido: (i) ao aumento dos custos com o serviço ao cliente, no intuito de aumentar a satisfação dos clientes na área de telecomunicações; e (ii) ao facto de os clientes da ONI e da Tele2 não terem ainda sido totalmente servidos pela nossa própria rede e sistemas durante o 1S08 (a migração definitiva só ficou concluída em Junho).

Os custos com pessoal aumentaram cerca de 4,3% face ao período homólogo reflectindo os custos adicionais associados aos colaboradores das empresas adquiridas durante 2007.

As provisões e perdas de imparidade aumentaram, quando comparadas com o 1S07, em aproximadamente 1,6 milhões de euros, resultado, principalmente, da combinação entre: (i) provisões

para clientes de cobrança duvidosa mais elevadas, devido ao aumento da facturação e a uma ligeira deterioração do nível de recebimentos; e (ii) aumento das provisões para existências no negócio das telecomunicações, em função principalmente da operação de substituição de *set-top boxes* no nosso negócio fixo.

EBITDA

O EBITDA consolidado diminuiu 6,1%, para 68,7 milhões de euros no 1S08, gerando uma margem de 14,4%, inferior à margem de 17,7% verificada no 1S07. Este desempenho foi determinado pela combinação de diversos factores, nomeadamente: (i) redução das receitas de *roaming*; (ii) aumento dos custos comerciais no negócio móvel (devido às diversas campanhas de marketing desenvolvidas no trimestre e aos custos associados ao crescimento do negócio); (iii) os custos de integração das empresas adquiridas em 2007; e (iv) intensificação do nível de concorrência; os quais apenas foram parcialmente compensados pelo bom desempenho dos resultados operacionais verificados nos negócios fixo e SSI e por um menor nível de perdas no Público. A decomposição do EBITDA por área de negócio foi como se segue:

- a) na área do negócio móvel, o EBITDA foi de 62,1 milhões de euros, inferior em cerca de 11,6 milhões de euros comparativamente ao 1S07, devido ao aumento de 23,0% dos custos de marketing e vendas no semestre, ao aumento da subsidiação de equipamentos e ao impacto negativo da redução de tarifas *roaming*;
- b) na área de negócio fixo, o EBITDA ascendeu a 4,0 milhões de euros (aumento de 3,2 milhões de euros face ao 1S07), reflectindo as economias de escala geradas pelo crescimento orgânico continuado no negócio de acesso directo;
- c) na SSI, o EBITDA aumentou de 2,68 milhões de euros no 1S07 para 3,65 milhões no 1S08, incluindo um ganho de 1,4 milhões de euros relativo ao fecho do processo de aquisição da Tecnológica. Não considerando este efeito, o aumento das receitas de serviço em todas as empresas desta área de negócio e o aumento do EBITDA da Mainroad e da Bizdirect, foram as principais determinantes para a evolução do EBITDA da SSI;
- d) no Público, o EBITDA foi negativo em 1,53 milhões de euros representando, todavia, uma melhoria de 20,4% face ao período homólogo, em resultado do aumento das receitas em publicidade (2,5% acima do 1S07) e das receitas de produtos associados (+11,9%), prejudicadas, no entanto, pela performance ligeiramente negativa ao nível das vendas de jornais.

Resultado Líquido

No 1S08, o resultado líquido atribuível ao grupo foi negativo em 12,2 milhões de euros, o que compara com perdas de 4,7 milhões de euros no 1S07.

O valor das depreciações e amortizações ascendeu a 77,8 milhões de euros, um crescimento de 10,7 milhões de euros face ao 1S07, fruto do aumento da base de activos, consequência quer dos investimentos efectuados na expansão das redes móvel e fixa, quer das aquisições de empresas efectuadas durante o ano de 2007.

Comparativamente ao 1S07, os custos financeiros líquidos diminuíram em 0,3 milhões de euros, para 7,9 milhões de euros no 1S08, reflectindo a redução de 7,9 milhões de euros nos juros suportados, resultado principalmente dos juros pagos no 1S07 num empréstimo da Sontel BV, relacionado com a Oferta Pública sobre a PT, integralmente reembolsado no final do 1T07; quase totalmente compensada por um decréscimo do nível de proveitos com juros obtidos (inferiores em 7,5 milhões de euros em relação ao 1S07), em resultado da menor liquidez consolidada. Esta redução resultou da nossa actual política de gestão de tesouraria, implementada após o processo de refinanciamento da Optimus, finalizado no 2S07, no âmbito da qual a liquidez consolidada foi utilizada para diminuir as utilizações de linhas de créditos.

A rubrica de impostos registou, no 1S08, um benefício de 5,0 milhões de euros, em comparação com custos de 2,5 milhões no 1S07, devido à diminuição do nível do Resultados antes de Impostos e a movimentos ocorridos nos activos por impostos diferidos tanto no negócio das telecomunicações como na SSI.

3.2. Balanço Consolidado

Milhões de Euros	1S07	1S08	Δ 08/07	FY07	var.
BALANÇO CONSOLIDADO					
Total do Activo Líquido	1.693,0	1.795,5	6,1%	1.758,6	2,1%
Activos não Correntes	1.233,0	1.443,4	17,1%	1.353,9	6,6%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	663,9	808,6	21,8%	722,6	11,9%
Goodwill	507,1	525,8	3,7%	528,2	-0,5%
Investimentos	1,9	2,0	1,1%	2,0	0,5%
Impostos Diferidos Activos	60,0	107,0	78,4%	101,1	5,8%
Activos Correntes	460,1	352,1	-23,5%	404,7	-13,0%
Clientes	138,7	185,7	33,9%	192,0	-3,3%
Liquidez	198,5	6,9	-96,5%	83,9	-91,7%
Outros	122,9	159,5	29,7%	128,8	23,8%
Capital Próprio	892,3	921,6	3,3%	935,4	-1,5%
Grupo	891,6	920,6	3,2%	934,6	-1,5%
Interesses Minoritários	0,6	1,0	60,9%	0,9	18,1%
Total Passivo	800,8	873,9	9,1%	823,2	6,2%
Passivo não Corrente	407,3	478,7	17,5%	422,6	13,3%
Empréstimos Bancários	366,7	355,1	-3,2%	373,2	-4,9%
Provisões para outros Riscos e Encargos	24,3	32,5	33,7%	30,9	5,1%
Outros	16,3	91,1	-	18,5	-
Passivo Corrente	393,5	395,2	0,4%	400,6	-1,3%
Empréstimos Bancários	97,4	0,7	-99,2%	0,6	19,7%
Fornecedores	121,7	174,8	43,6%	185,3	-5,7%
Outros	174,4	219,7	26,0%	214,6	2,4%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	56,3	67,7	20,4%	162,8	
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	13,6%	14,2%	0,6pp	18,2%	
CAPEX Total	69,9	161,6	131,3%	235,8	
EBITDA - CAPEX Operacional	16,9	1,0	-94,4%	-0,8	
Cash Flow Operacional ⁽²⁾	4,2	-49,2	-	55,5	
FCF ⁽³⁾	75,0	-57,8	-	59,6	
Dívida Bruta	482,6	374,3	-22,4%	393,7	-4,9%
Dívida Líquida	284,2	367,4	29,3%	309,8	18,6%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,9 x	2,3 x	0,5x	1,9 x	0,4x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	5,7 x	8,0 x	2,3x	5,9 x	2,1x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	35,1%	28,9%	-6,2pp	29,6%	-0,7pp

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

Estrutura de capital

Como consequência do processo de refinanciamento levado a cabo em 2007, a dívida bruta consolidada continua a ser maioritariamente contratada pela Sonaecom SGPS, sendo a alocação da liquidez entre as várias subsidiárias efectuada através de financiamentos internos. No final do 1S08, a maturidade média ponderada das linhas de crédito do Grupo Sonaecom era de aproximadamente 3,5 anos.

No final do 1S08, a dívida bruta consolidada totalizava 374,3 milhões de euros e era composta essencialmente por: (i) 150 milhões de euros relativos a um empréstimo obrigacionista de longo prazo, com maturidade em 2013; (ii) 207,5 milhões de euros utilizados no âmbito do Programa de Papel Comercial (cujo montante máximo disponível é de 250 milhões de euros) contratado em 2007 e com maturidade final em 2012; e (iii) 17,5 milhões de euros relacionados com os contratos de locação financeira de longo prazo. Em resultado da negociação em 2007 de *swaps* de taxa de juro (com maturidades entre Março e Junho de 2009) cerca de 49% da dívida consolidada era remunerada a taxas fixas.

A dívida líquida consolidada, no final do 1S08, era de 367,4 milhões de euros, um aumento de 83,2 milhões face ao 1S07, reflectindo principalmente a evolução do FCF entre os dois períodos.

A estrutura de capital da Sonaecom continua a ser conservadora, apesar da ligeira deterioração do rácio da dívida líquida face ao EBITDA anualizado que aumentou marginalmente para 2,3x, face aos 1,9x registados no 1S07, devido por um lado, ao aumento da dívida líquida identificado acima, e, por outro, à diminuição do nível do EBITDA dos doze meses precedentes. No 1S08, o rácio de cobertura de juros aumentou para 8,0x, comparando com um nível de 5,7x registado no 1S07. De notar que os juros pagos no 1S07 incluem juros de um empréstimo obtido da Sontel BV, relacionado com a Oferta

Pública sobre a PT, integralmente reembolsado no final do 1T07. O rácio de Dívida Bruta:(Dívida Bruta + Capital Próprio), foi de cerca de 28,9% no 1S08 (face a 35,1% no 1S07), reflectindo os movimentos ocorridos na dívida bruta mencionados acima e o aumento de 3,3% registado ao nível do capital próprio, resultante essencialmente do resultado líquido positivo em 41,7 milhões de euros registado no 2S07.

No final do 1S08, a liquidez e o montante relativo a linhas de crédito disponíveis e não utilizadas do Grupo Sonaecom totalizavam, aproximadamente, 139 milhões de euros. Conforme referido anteriormente, não existem amortizações programadas de empréstimos bancários até meados do ano 2010.

CAPEX

O CAPEX consolidado no semestre foi de 161,6 milhões de euros, enquanto o CAPEX operacional atingiu os 67,7 milhões de euros, 20,4% acima do 1S07, representando cerca de 14,2% do total do volume de negócios.

O CAPEX consolidado foi significativamente afectado pelo reconhecimento, como custo de licença, do valor actual líquido das obrigações assumidas no âmbito do programa “Iniciativas-E” (89 milhões de euros), uma iniciativa governamental que envolve a oferta de computadores portáteis e descontos no acesso à Internet de banda larga a estudantes e professores do ensino secundário. No âmbito da concessão da licença de UMTS no ano 2000, a Optimus assumiu uma série de compromissos no sentido da promoção do desenvolvimento da “Sociedade de Informação” em Portugal durante o período de concessão da licença (até 2015). Nos termos de um contrato assinado em Junho de 2007 com o Estado Português, foi acordado que seriam realizados investimentos num montante global de 159 milhões de euros, através de projectos elegíveis como contributos para a referida “Sociedade de Informação” (entre outros, investimentos ao nível do desenvolvimento de rede, actividades de I&D e novos serviços, conteúdos e aplicações) incorridos no decurso normal da actividade. Até ao final do 2T08, já tinham sido realizados e validados pelas entidades competentes, investimentos no montante total de 64 milhões de euros. O restante será registado à medida que os projectos forem sendo desenvolvidos e a empresa for incorrendo nos respectivos custos. Foi ainda acordado que a segunda componente das obrigações assumidas (no valor de 116 milhões de euros) seria executada através do programa “Iniciativas-E”. Dado o sucesso e a experiência obtida até ao momento, nomeadamente a extensão dos beneficiários elegíveis, decidimos registar neste semestre o valor actual dos montantes relacionados com esta segunda componente.

O aumento do CAPEX Operacional resulta do aumento dos investimentos na área do negócio móvel (crescimento de 69,0% face ao 1S07, para 50,9 milhões de euros), reflexo da nossa decisão de acelerar a extensão da cobertura e capacidade da rede 2.5G/3G, de forma a melhorar a qualidade do serviço e consolidar a nossa posição de liderança na banda larga móvel. O nível do CAPEX operacional na área do negócio fixo diminuiu face ao período homólogo, em 37,1%, para 16,3 milhões de euros, resultado essencialmente do menor número de novas centrais desagregadas.

O CAPEX operacional do primeiro semestre de 2008 foi aplicado maioritariamente da seguinte forma: 30% no desenvolvimento da rede UMTS/HSDPA, 16% na rede GSM/GPRS, 16% na área de tecnologias e sistemas de informação e, aproximadamente, 13% nas redes de acesso ULL e FTTH.

Outras rubricas do Balanço

O valor bruto do imobilizado corpóreo e incorpóreo ascendia a 1.830 milhões de euros no final do 1S08, o que representa um aumento de 292 milhões face ao 1S07, reflexo principalmente do reconhecimento das responsabilidades UMTS (Iniciativas-E) como custos da licença. As depreciações e amortizações acumuladas totalizavam 1.021 milhões de euros no final do 1S08. Tanto os investimentos financeiros como o *goodwill* mantiveram-se relativamente estáveis face ao período homólogo, ascendendo o seu valor contabilístico, no final do 1S08, a 2,0 milhões de euros e 525,8 milhões de euros, respectivamente.

No final do 1S08, o capital próprio da Sonaecom totalizava 921,6 milhões de euros, em comparação com 892,3 milhões no final do 1S07, reflectindo, principalmente, os resultados líquidos positivos de 41,7 milhões de euros gerados no segundo semestre de 2007, mas também a reavaliação, a preços de

mercado, dos planos de incentivo de médio prazo, parcialmente compensados pelos impactos negativos resultantes das perdas de 12,1 milhões de euros geradas no 1S08 e pela aquisição de acções próprias no valor de 1,4 milhões de euros durante o 2T08.

FCF

Milhões de Euros

FREE CASH FLOW ALAVANCADO	1S07	1S08	Δ 08/07
EBITDA-CAPEX Operacional	16,9	1,0	-94,4%
Variação de Fundo de Maneio	-33,8	-52,8	-56,4%
Items não monetários e Outros	21,1	2,7	-87,3%
Cash Flow Operacional	4,2	-49,2	-
Investimentos Financeiros	108,0	-0,2	-
Ações Próprias	-8,9	-1,4	84,6%
Custos com OPA	-19,5	-0,1	99,4%
Resultados Financeiros	-8,4	-7,0	16,6%
Impostos	-0,5	0,0	100,0%
FCF	75,0	-57,8	-

O FCF consolidado, no 1S08, foi negativo em 57,8 milhões de euros, face a um FCF positivo de 75 milhões de euros no 1S07, que incluía o efeito positivo da alienação das acções da PT (108,2 milhões de euros). Excluindo este efeito o impacto da aquisição das acções próprias e ainda os pagamentos associados à oferta pública de aquisição realizados no 1S07, o FCF consolidado, numa base comparável, teria sofrido uma deterioração de, aproximadamente, 51,6 milhões de euros face ao 1S07.

O cash flow operacional foi negativo em 49,2 milhões de euros, face aos 4,2 milhões de euros positivos obtidos no 1S07, principalmente em consequência da: (i) diminuição de 15,9 milhões de euros no EBITDA-Capex Operacional; (ii) do reconhecimento (em "Items não monetários e Outros" na tabela acima) de contratos de locação financeira de longo prazo, no montante de 17,5 milhões de euros, afectando dessa forma o Capex Operacional mas sem impacto ao nível do FCF; e (iii) da deterioração de 19,0 milhões de euros nas necessidades de fundo de maneio, reflectindo um aumento do saldo a receber de clientes e um aumento de contas a receber não correntes, maioritariamente relacionados com reembolsos de IVA.

4. Telecomunicações

4.1. Negócio Móvel

O nosso negócio móvel registou um semestre bastante activo em termos de actividades comerciais, conseguindo manter o forte aumento do número e da receita de clientes, em resultado dos investimentos previstos na marca Optimus, em particular no segmento residencial (o *rebranding*, as campanhas realizadas em torno do Euro2008, tendo a Optimus sido um “operador móvel oficial”, e dos festivais de música são exemplos claros desse investimento), nos canais de distribuição e no desenvolvimento contínuo dos nossos produtos de convergência fixo-móvel ‘Optimus Home’ e do nosso serviço de banda larga móvel ‘Kanguru’. O lançamento do “TAG” no 2T08, uma oferta inovadora direccionada ao segmento jovem, contribuiu também para o crescimento da base de clientes.

4.1.1. Indicadores Operacionais

NEGÓCIO MÓVEL - INDICADORES OPERACIONAIS	1S07	1S08	Δ 08/07
Cientes (EoP) ('000)	2.673,9	2.982,1	11,5%
Novos Clientes ('000)	72,0	88,6	22,9%
% Clientes Pré-Pagos	74,8%	70,5%	-4.3pp
Cientes Activos ⁽¹⁾	2.134,8	2.308,2	8,1%
Dados como % Receitas de Serviço	16,5%	20,9%	4.4pp
Total #SMS/mês/Cliente	45,0	49,9	11,0%
MOU ⁽²⁾ (min.)	115,4	123,5	7,0%
ARPU (euros)	17,8	16,9	-5,0%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0,15	0,14	-11,2%
SAC&SRC ⁽⁴⁾ ('000 000 euros)	55,2	73,5	33,1%

(1) Clientes Activos com Receitas geradas nos últimos 90 dias (média); (2) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (3) Receita Média por Minuto; (4) Total dos Custos de Aquisição e Retenção.

Base de clientes

A base de clientes do negócio móvel aumentou 11,5% para 2,982 milhões de clientes no final do 1S08, o que compara com 2,674 milhões de clientes no 1S07, com adições líquidas de cerca de 88 mil neste semestre, um aumento de 22,9% em relação ao 1S07, demonstrando claramente o progresso contínuo no âmbito da nossa estratégia de crescimento e o sucesso dos produtos e serviços inovadores que lançamos no mercado. Os clientes activos no final do 2T08 totalizaram 2,326 milhões, contra 2,153 milhões no final do 2T07, um acréscimo de, aproximadamente, 8,1%.

O peso relativo dos clientes pós-pagos na base total de clientes continua a aumentar progressivamente. Assim, no final do 1S08, os clientes pós-pagos representaram 29,5% do número total de clientes, um crescimento de 4,3pp em comparação com o 1S07.

Durante o 1S08, os clientes do negócio móvel geraram uma receita média mensal (“ARPU”) de 16,9 euros, uma redução face aos 17,8 euros registados no 1S07. Do ARPU registado no 1S08, 13,1 euros são relativos a receitas de clientes e 3,8 euros relativos a receitas de operadores, em comparação com 13,6 euros e 4,2 euros, respectivamente, no 1S07. A diminuição no ARPU é explicada, essencialmente, pela redução de 11% nas receitas médias de operadores, em resultado das reduções das tarifas de *roaming*. A descida do nível de receita média de clientes foi determinada pela redução na receita média por minuto (“ARPM”), explicada pelas acrescidas pressões ao nível das tarifas de voz, principalmente no segmento de PME e de *Corporate*, mas também pelo peso relativo acrescido do produto “Optimus Home” (o nosso produto convergente fixo-móvel) na base total de clientes, que foi parcialmente compensado por um aumento da utilização média por cliente, evidenciado pelo aumento de 7,0% no nível médio de minutos de utilização (“MoU”).

Utilização de dados

Durante o 1S08, conseguimos manter a nossa posição de liderança em banda larga móvel e atingimos mais uma vez um crescimento significativo de utilização de dados, nomeadamente através da promoção do nosso produto “Kanguru”, baseado em tecnologia HSDPA/HSUPA, que oferece agora velocidades de até 7,2 Mbps em *downloads* e de até 1,4 Mbps em *uploads*. Durante o segundo trimestre introduzimos no mercado, em parceria com uma sociedade de crédito ao consumo, uma oferta muito atractiva de compra de computador portátil juntamente com uma ligação de banda larga móvel. O programa governamental (“Iniciativas E”) destinado ao desenvolvimento da Sociedade de Informação em Portugal continua a contribuir para a manutenção das elevadas taxas de crescimento da banda larga móvel, estando os actuais três operadores móveis activamente empenhados nas

contribuições para este programa (como parte dos acordos alcançados com o Governo para o cumprimento das obrigações das licenças UMTS).

O nosso serviço “Kanguru” foi recentemente eleito por uma revista nacional especializada (“Exame Informática”) como o melhor acesso de banda larga móvel em Portugal, com especial destaque para factores como a velocidade de *download* e *upload*, a estabilidade das ligações e a facilidade de utilização do software.

As receitas de dados representaram, no 1S08, 20,9% do total das receitas de serviço, um crescimento de 4,4pp face ao 1S07, resultado da aposta de investimento do nosso negócio móvel na promoção da utilização de serviços de dados e do sucesso das suas soluções de acesso móvel à Internet de banda larga. Os serviços de dados não relacionados com SMSs continuam a aumentar o seu peso relativo nas receitas de dados, totalizando no 1S08 cerca de 61,8% do total das receitas de dados, em comparação com 49,5% no 1S07.

Tráfego

No primeiro semestre de 2008, o total de tráfego de voz¹ foi 17,1% superior ao registado no 1S07, como resultado quer do crescimento da base de clientes quer do aumento dos minutos médios de utilização por cliente para 123,5 minutos (face a 115,4 minutos no 1S07), reflectindo o contínuo sucesso do esforço de investimento do negócio móvel para promover a utilização da voz.

Rede de acesso móvel

Durante o 1H08, como parte do plano de investimento anunciado para este ano, continuamos a investir na cobertura e capacidade da nossa rede de acesso móvel, através da implementação de novos *sites* para UMTS e da disponibilização acrescida de HSDPA na nossa rede 3G. No final do 1H08, a nossa rede de 3G já cobria, aproximadamente, 81% da população Portuguesa. A taxa de cobertura com a tecnologia HSDPA, que permite velocidades até 7,2 Mbps, atingiu já cerca de 80%.

4.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1S07	1S08	Δ 08/07
NEGÓCIO MÓVEL - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Volume de Negócios	293,5	303,1	3,3%
Receitas de Serviço	277,4	288,2	3,9%
Receitas de Clientes	211,2	223,8	5,9%
Receitas de Operadores	66,1	64,5	-2,5%
Vendas de Equipamento	16,1	14,8	-7,9%
Outras Receitas	17,0	22,7	33,2%
Custos Operacionais	233,0	258,5	10,9%
Custo das Vendas	32,3	32,4	0,2%
Interligação e Conteúdos	66,1	71,1	7,6%
Circuitos Alugados e Outros Custos Op. Rede	28,2	30,0	6,5%
Custos com Pessoal	26,1	26,0	-0,2%
Marketing e Vendas	33,5	41,3	23,0%
Serviços Subcontratados ⁽¹⁾	25,5	32,1	26,1%
Despesas Gerais e Administrativas	15,5	18,7	20,6%
Outros Custos Operacionais	5,8	6,8	18,5%
Provisões e Perdas de Imparidade	3,8	5,1	34,7%
Margem de Serviço⁽²⁾	211,3	217,1	2,8%
Margem de Serviço (%)	76,2%	75,3%	-0,8pp
EBITDA	73,7	62,1	-15,7%
Margem EBITDA (%)	25,1%	20,5%	-4,6pp
Depreciações e Amortizações	56,8	61,2	7,7%
EBIT	16,9	0,9	-94,5%
CAPEX Operacional ⁽³⁾	30,1	50,9	69,0%
CAPEX Operacional em % Volume Negócios	10,3%	16,8%	6,5pp
EBITDA - CAPEX Operacional	43,6	11,2	-74,3%
CAPEX Total	40,6	146,4	-

(1) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos; (2) Margem de Serviço = Receitas de Serviço menos Custos de Interligação e Conteúdos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

¹ Total de tráfego de voz = tráfego total recebido + tráfego total gerado + *roaming out* gerado

Volume de Negócios

As receitas de serviço do negócio móvel aumentaram 3,9% para 288,2 milhões de euros, comparativamente aos 277,4 milhões de euros no 1S07, reflexo, principalmente, do crescimento de 5,9% nas receitas de clientes que mais do que compensaram o decréscimo de 2,5% registado nas receitas de operadores (determinado pela redução das tarifas de *roaming*) e a diminuição do nível de receitas de equipamentos.

EBITDA

O EBITDA do negócio móvel no 1S08 foi de 62,1 milhões de euros, gerando uma margem de 20,5%, o que representa uma diminuição de 4,6pp face ao 1S07. Este decréscimo é explicado, principalmente, pela combinação entre um crescimento dos custos de Marketing & Vendas (relacionados em grande medida com o relançamento da marca Optimus e com o lançamento do "TAG"), por uma redução das receitas de *roaming* e por um crescimento dos custos com serviços subcontratados (+6,6 milhões de euros) e das despesas gerais e administrativas (+3,2 milhões de euros), em comparação com o 1S07, como resultado (i) do aumento da base de clientes e respectivos custos de licença; (ii) do crescimento significativo da base de clientes "pós-pagos" no negócio móvel (com o consequente impacto ao nível dos custos de facturação); e (iii) do aumento dos custos com o serviço ao cliente.

4.2. Negócio Fixo

O ambiente de pressão competitiva tem sido particularmente visível na área das telecomunicações fixas, com relevantes campanhas promocionais de preços nos segmentos de voz, banda larga e TV a vigorarem no mercado. Neste ambiente, mantivemos o enfoque na protecção e no crescimento do negócio de acesso directo de banda larga, em particular, desenvolvendo esforços para reduzir os níveis de desactivações, aumentando a fidelização e reforçando a nossa oferta de televisão via IP e *Home Vídeo* (agora com cerca de 100 canais e 800 filmes), e trabalhando numa melhoria contínua do nosso serviço ao cliente. De uma forma geral, os processos que visam a transformação dos clientes adquiridos de acesso indirecto para acesso directo estão a progredir, em consonância com as expectativas e a migração dos clientes da Oni e da Tele2 para a nossa rede e sistemas foi finalizada durante o 2T08.

4.2.1. Indicadores Operacionais

De forma a facilitar a análise do nosso negócio de telecomunicações fixas reorganizamos a tabela dos indicadores operacionais, alinhando-a com a forma como a grande parte dos restantes operadores tem vindo a reportar (incluindo a mudança de terminologia de "serviços" para "acessos") e com os mais recentes desenvolvimentos em termos de determinantes da performance do negócio. Introduzimos também um novo indicador de Receita Média por Acesso.

NEGÓCIO FIXO - INDICADORES OPERACIONAIS	1S07	1S08	Δ 08/07
Total de Acessos (EOP) ⁽¹⁾	411.177	741.098	80,2%
Voz	225.727	466.052	106,5%
Directo	184.355	281.116	52,5%
Indirecto	41.372	184.936	-
ADSL	155.084	247.237	59,4%
Directo	143.494	222.228	54,9%
Indirecto	11.590	25.009	115,8%
Outros & Dados	30.366	27.809	-8,4%
Directo	8.930	19.196	115,0%
Indirecto	21.436	8.613	-59,8%
Total de Acessos Directos	336.779	522.540	55,2%
Total de Acessos Indirectos	74.398	218.558	193,8%
Centrais Desagregadas c/ Transmissão	150	174	16,0%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	142	166	16,9%
Acesso Directo em % Receitas Clientes	77,4%	68,5%	-8,9pp
Receita Média por Acesso - Retalho ⁽²⁾	23,5	20,8	-11,1%

(1) Acessos reportados de acordo com o critério de "unidade geradora de receita" desde o 1T07; (2) Excluindo receitas de Mass Calling services.

Base de clientes

No final do 1S08, o número total de acessos do negócio fixo ascendia a 741 mil, um aumento de 80,2% face ao 1S07 (ou 10,1% numa base comparável, isto é, excluindo o contributo das aquisições efectuadas durante 2007). Ainda mais relevante, o aumento no total de acessos directos foi de 55,2% face ao final do 1S07 ou de 19,6%, numa base comparável. No final do 1S08, os acessos directos representavam 70,5% do total de acessos do negócio fixo, face a 81,9% no 1S07 (resultado do aumento dos clientes de acesso indirecto determinado, maioritariamente, pela aquisição da Tele2 no 3T07).

No 1S08, o nível de activações líquidas de acessos directos foi de, aproximadamente, 12 mil acessos, representado uma redução face ao 1S07, em resultado de: (i) pressões competitivas existentes no mercado (com maior pressão a nível de *churn*); (ii) problemas enfrentados na portabilidade de números do operador incumbente, os quais geraram um alargamento significativo no prazo médio de activação de um cliente ULL; (iii) o facto de, durante o trimestre, só termos aberto duas novas centrais para serviços ULL ADSL2+; e (iv) a crescente utilização de serviços de banda larga móvel.

O nível médio de receitas de retalho por acesso diminuiu para 20,8 euros, um decréscimo de 11,1% face ao 1S08, em resultado do impacto negativo das campanhas promocionais lançadas durante o semestre, em resposta a campanhas similares lançadas pelos nossos principais concorrentes.

Serviços

Durante o 1S08, finalizámos a operação de substituição gratuita das anteriores TV Boxes por uma nova *set-top box* MPEG4, considerada entre as melhores disponíveis no mercado, as quais vão permitir aos nossos clientes acederem a canais em Alta Definição, Televisão Digital Terrestre e a desfrutar de melhor qualidade de som. Incluiremos a curto prazo nas nossas ofertas uma *set-top box* com a funcionalidade PVR (gravação de vídeo).

Depois de termos introduzido, durante o 1T08, um novo nível de entrada da nossa oferta de ADSL a 4Mbps, em resposta às acções dos nossos concorrentes, introduzimos também no 2T08 novas e atractivas promoções para o segmento residencial, visando o reforço da posição de mercado do Clix. No final do semestre, também já reflectimos a redução de 1% do IVA no preço dos nossos pacotes.

Durante o 1S08, continuámos a reforçar a nossa oferta de televisão via IP, disponibilizando novos conteúdos, incluindo a introdução, sem custos adicionais, da SportTV3 no nosso pacote *premium* SportTV e o lançamento de novos canais como o Animax, Sony Entertainment Television e o TVGlobo, assim como de novas funcionalidades, nomeadamente o Kids Club (um novo portal com *design* e conteúdos especialmente desenvolvidos para o mercado alvo de crianças) e uma ferramenta de controlo de acessos para os pais. Uma atenção particular será agora colocada no alargamento da nossa oferta de canais em Alta Definição.

Rede de acesso fixo

Durante o 1S08, desagregamos mais cinco centrais para circuitos SHDSL, totalizando 174 centrais, o que compara com 150 centrais do final do 1S07. Com estes circuitos, a Sonaecom fica capacitada para efectuar ligações directas para a maior parte da nossa rede de acesso móvel, reduzindo assim a dependência em relação aos circuitos alugados do operador incumbente.

Embora a um ritmo mais lento, continuamos a alargar o mercado endereçável das nossas ofertas directas abrindo cinco novas centrais com ADSL 2+, totalizando agora 166 centrais. O mercado-alvo da nossa rede ULL corresponde agora a, aproximadamente, 55% do total de linhas fixas existentes em Portugal. Do total destas centrais, aproximadamente, 72% estão preparadas com capacidade para ofertas de *Triple Play*.

No que diz respeito ao anunciado plano de fibra óptica (FTTH), foram alcançados substanciais progressos durante o 1S08. Actualmente, temos projectos-piloto a funcionar em duas áreas de Porto e Lisboa e vários milhares de casas passadas. Ainda mais relevante é o facto da experiência obtida até agora em termos de soluções de rede dentro das casas, com o objectivo de minimizar o nível de intrusão e de tempo gasto dentro do domicílio dos clientes, ser claramente positiva. Um número

crescente de clientes (algumas centenas no final do 1S08) têm estado activamente a testar o nosso serviço e o *feedback* recebido desses clientes têm sido extremamente positivo, quer em termos de banda larga quer em termos da experiência de TV. Simultaneamente a estes desenvolvimentos em termos da rede de acesso, estamos também a trabalhar nos conteúdos, na organização e nos sistemas para o lançamento comercial da nossa oferta 3Play sob esta inovadora e totalmente independente rede durante o 2S08.

4.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1S07	1S08	Δ 08/07
NEGÓCIO FIXO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Volume de Negócios	110,7	147,6	33,3%
Receitas de Serviço	110,6	147,2	33,2%
Receitas de Clientes	54,7	93,4	70,6%
Receitas de Acesso Directo	42,4	64,0	51,0%
Receitas de Acesso Indirecto	10,9	27,4	151,1%
Outros	1,5	2,0	38,9%
Receitas de Operadores	55,8	53,8	-3,5%
Vendas de Equipamento	0,2	0,4	97,6%
Outras Receitas	1,8	0,4	-78,0%
Custos Operacionais	109,4	141,4	29,2%
Custo das Vendas	0,1	0,6	-
Interligação	58,1	77,7	33,9%
Circuitos Alugados e Outros Custos Op. Rede	17,1	20,7	20,7%
Custos com Pessoal	4,7	5,0	6,8%
Marketing e Vendas	8,2	8,6	3,9%
Serviços Subcontratados ⁽¹⁾	16,0	23,9	49,4%
Despesas Gerais e Administrativas	4,4	4,4	1,0%
Outros Custos Operacionais	0,8	0,4	-46,5%
Provisões e Perdas de Imparidade	2,4	2,6	9,7%
Margem de Serviço ⁽²⁾	52,5	69,5	32,4%
Margem de Serviço (%)	47,5%	47,2%	-0,3pp
EBITDA	0,8	4,0	-
Margem EBITDA (%)	0,7%	2,7%	2pp
Depreciações e Amortizações	9,7	16,0	65,3%
EBIT	-8,9	-12,0	-34,5%
CAPEX Operacional ⁽³⁾	26,0	16,3	-37,1%
CAPEX Operacional em % Volume Negócios	23,5%	11,1%	-12,4pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-25,2	-12,3	51,1%
CAPEX Total	26,4	17,2	-34,8%

(1) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos; (2) Margem de Serviço = Receitas de Serviço menos Custos de Interligação e Conteúdos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

De notar que, em comparação com o 1S07, os resultados do 1S08 da área do negócio fixo e, conseqüentemente, do consolidado Sonaecom incluem as receitas geradas pela Tele2 Portugal e pelos clientes adquiridos à ONI.

O volume de negócios do 1S08 cresceu 33,3% face ao 1S07, tendo atingido os 147,6 milhões de euros. Este crescimento foi determinado, principalmente, pelo crescimento de 70,6% das receitas de clientes, influenciadas quer pelo crescimento das receitas de acesso directo (51,0% acima do 1S07) quer pelo crescimento de 151,1% para os 27,4 milhões de euros de receitas de acesso indirecto (devido, essencialmente, à aquisição da Tele2 Portugal). A tendência expectável de redução dos clientes de acesso indirecto determinou uma redução trimestre a trimestre na correspondente linha de receitas. Mesmo excluindo as contribuições da base de clientes adquiridos da ONI e da Tele2, as receitas de clientes teriam crescido uns significativos 13,2% em comparação com o 1S07.

As receitas de acesso directo representaram 68,5% das receitas de clientes do semestre, um aumento de 8,9pp em comparação com o 1S07, em resultado principalmente do impacto da aquisição da Tele2 e apesar do enfoque continuado no negócio de acesso directo. Tal como esperado, a contribuição dos serviços de *mass calling* diminuiu de 10,7 milhões de euros no 1S07 para 5,3 milhões de euros no 1S08, o que foi parcialmente compensado pelo impacto positivo do crescimento das receitas e tráfego do negócio de *wholesale*.

EBITDA

O EBITDA do negócio fixo foi positivo em 4,0 milhões de euros, face a apenas 0,8 milhões de euros no 1S07, gerando uma margem de 2,7%. Esta melhoria é maioritariamente explicada quer pelo aumento da dimensão de base de clientes ULL, conseguida através de crescimento orgânico, que tem vindo a contribuir positivamente para os resultados, quer pela contribuição positiva dos negócios adquiridos durante 2007.

5. Software e Sistemas de Informação

A SSI gerou bons resultados operacionais e financeiros, com um crescimento do volume de negócios impulsionado pelo desempenho da WeDo Technologies, que continua a expandir a sua base de clientes através do seu produto líder de *Revenue Assurance* (RAID), e reforçado pelo aumento de produtividade da Mainroad (a nossa empresa de sistemas de informação focada em *IT Management*, segurança e continuidade de negócio) e da Bizdirect (a nossa empresa de *Business Process Automation*).

A WeDo Technologies manteve o seu enfoque na integração das empresas adquiridas durante 2007, com particular destaque para a Cape Technologies. Paralelamente, têm sido desenvolvidos esforços no sentido de consolidar a presença da WeDo no mercado internacional, reforçar a sua posição de liderança no mercado de *Revenue Assurance*, expandindo para além da sua tradicional base de clientes de telecomunicações e desenvolvendo o seu portfólio de produtos (durante o 2T08, a WeDo lançou no mercado uma nova versão do RAID – versão 4.2). Em Maio, a WeDo promoveu o seu terceiro encontro mundial de utilizadores de RAID. O encontro decorreu no Algarve e contou com a presença de mais de 100 participantes activamente debatendo as tendências futuras na área de *Revenue Assurance* e Fraude.

5.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	1S07	1S08	Δ 08/07
Receitas Serv. IT/Colaboradores ⁽¹⁾ ('000euros)	55,1	57,9	5,1%
Vendas Equipamento em % Volume Negócios	38,2%	46,4%	8.2pp
Vendas Equipam./Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	1.098,4	1.950,8	77,6%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	7,7	4,8	-37,3%
Colaboradores	353	453	28,3%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect; (3) 1S08 excluindo o ganho de EUR 1,4m registado no semestre, relacionado com o processo de aquisição da Tecnológica.

A SSI inverteu a tendência negativa dos níveis de produtividade registados no 4T07 (resultado natural do processo de integração das empresas adquiridas durante o ano de 2007, as quais apresentam níveis de produtividade inferiores) com as receitas de serviços IT por colaborador a crescerem novamente para os 57,9 mil euros no 1S08 (5,1% acima dos níveis registados no 1S08), e com as vendas de equipamento por colaborador a crescerem mais do que 77% face ao semestre homólogo. O número total de colaboradores no final do 1S08 aumentou em 100, face ao 1S07. Este aumento é maioritariamente explicado por: (i) consolidação das empresas adquiridas pela WeDo em 2007 (Tecnológica, Cape e Praesidium); e (ii) necessidade adicional de consultores para suportar o crescimento do nível de actividade.

Durante o semestre, a WeDo obteve 3 novas contas incluindo operadores de telecomunicações na Venezuela, Emiratos Árabes Unidos e Indonésia. É de realçar que mais de 65% das encomendas da WeDo são já oriundas de clientes fora do Grupo Sonaecom. Como prova das suas características multinacionais, é ainda de destacar que, no final do 1S08, cerca de 35% do total de colaboradores da WeDo estavam localizados fora de Portugal e que, actualmente, a WeDo presta serviços a clientes em aproximadamente 39 países.

A Mainroad, que celebrou o seu 5º aniversário durante o 2T08, tornou-se no primeiro *Hosting Partner* da SAP em Portugal (e apenas o segundo ao nível da Península Ibérica) e classificou-se em segundo lugar na categoria de melhor fornecedor europeu de *"Disaster Recovery"* no recente concurso dos *DataCentres Awards Europe 2008*.

5.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1S07	1S08	Δ 08/07
SSI CONS. - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Volume de Negócios	32,79	54,47	66,2%
Receitas de Serviço	20,26	29,19	44,1%
Vendas de Equipamento	12,52	25,29	101,9%
Outras Receitas	0,24	1,62	-
Custos operacionais	30,29	52,37	72,9%
Custo das Vendas	12,02	24,69	105,4%
Custos com Pessoal	9,89	13,64	38,0%
Marketing e Vendas	0,58	0,77	32,6%
Serviços Subcontratados ⁽¹⁾	4,44	8,49	91,3%
Despesas Gerais e Administrativas	3,18	4,78	50,2%
Outros Custos Operacionais	0,18	0,01	-95,7%
Provisões e Perdas de Imparidade	0,06	0,07	12,6%
EBITDA	2,68	3,65	36,1%
Margem EBITDA (%)	8,2%	6,7%	-1,5pp
Depreciações e Amortizações	0,70	0,98	40,0%
EBIT	1,98	2,67	34,7%
CAPEX Operacional ⁽²⁾	0,25	0,41	65,7%
CAPEX Operacional em % Volume Negócios	0,8%	0,8%	0pp
EBITDA - CAPEX Operacional	2,43	3,24	33,1%
CAPEX Total	2,89	-2,01	-

(1) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos; (2) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

Na comparação da performance financeira face ao 1S07, deverá ser tido em conta que os resultados do 1S08 da SSI (e por conseguinte, os resultados consolidados da Sonaecom) incluem os contributos das três empresas adquiridas pela WeDo durante 2007.

No 1S08, o volume de negócios da SSI cresceu uns significativos 66,2% para 54,5 milhões de euros, em resultado de maiores vendas de equipamento de IT, as quais mais que duplicaram, para os 25,3 milhões de euros, e de maiores receitas de serviço (+44,1% face ao período homólogo) devido, essencialmente, ao crescimento de 53,1% das receitas de serviços da WeDo. Tirando partido do seu alcance global, o volume de negócios da WeDo registou um crescimento particularmente significativo nas regiões da América Latina, Ásia e Médio Oriente. É ainda de realçar que os volumes de negócio de todos os negócios da SSI registaram um crescimento anual superior a 20%.

Durante o 1S08, as vendas de equipamento representaram 46,4% do volume de negócios, um aumento de 8,2pp face ao nível registado no 1S07, impulsionado pelo contributo positivo das vendas de computadores da Bizdirect, parcialmente relacionadas com o programa "Iniciativas-E" promovido pelo Governo Português.

EBITDA

O EBITDA da SSI totalizou 3,65 milhões de euros positivos no 1S08, representando um crescimento de aproximadamente um milhão de euros (+36,1%) face ao 1S07. Este aumento foi parcialmente determinado pelo reconhecimento no 2T08 de um ganho de 1,4 milhões de euros relativos ao fecho do processo de aquisição da Tecnológica. A margem EBITDA foi de 6,7%, ainda abaixo dos níveis alcançados no 1S07 devido ao contributo ainda marginalmente negativo das empresas adquiridas e ao aumento significativo do nível de vendas de produtos da Bizdirect, as quais são geradoras de margens mais reduzidas. Excluindo o impacto do ganho de 1,4 milhões de euros identificado acima e o contributo das empresas adquiridas em 2007, o EBITDA da WeDo cresceu aproximadamente 19% no 1S08, face ao semestre homólogo. Adicionalmente, é de salientar que, tanto a Bizdirect como, especialmente, a Mainroad, continuaram a apresentar uma evolução anual positiva ao nível do EBITDA.

6. Público

As dinâmicas de mercado continuam a ser bastante severas para a imprensa diária generalista paga, tendo as receitas de publicidade do sector como um todo, nos primeiros cinco meses de 2008, diminuído 2,6%² em comparação com o mesmo período do ano anterior (estes valores referem-se a espaço publicitário calculado a preços de tabela). Estima-se que, durante o mesmo período, as receitas de publicidade dos jornais gratuitos tenham aumentado cerca de 56%. Apesar de o número total de circulação diária paga da imprensa generalista ter aumentado em 8,0%³, este aumento foi parcialmente explicado por campanhas de circulação levadas a cabo por vários jornais durante o 1S08.

Como forma de celebrar o 18º aniversário com os seus leitores, o Público implementou, durante o 1T08, várias campanhas dedicadas ao tema, incluindo edições especiais de certos suplementos, a reedição da primeira edição do jornal e o lançamento, sob a forma de revista, de um novo suplemento ao Sábado, dedicado ao lazer. Entre as várias iniciativas comerciais implementadas no semestre, vale a pena salientar a implementação bem sucedida, na versão on-line do Público, de um *site* específico dedicado ao campeonato Euro 2008, que concentrava todas as informações produzidas pelo Público, enriquecidas com o parecer de artigos de opinião, informações estatísticas e vídeos. O Público continua a ser um líder claro, entre os jornais Portugueses, ao nível do acesso on-line.

6.1. Indicadores Operacionais

PÚBLICO - INDICADORES OPERACIONAIS	1S07	1S08	Δ 08/07
Circulação Média Mensal Paga ⁽¹⁾	42.657	42.726	0,2%
Quota Mercado de Publicidade (%) ⁽²⁾	14,1%	13,3%	-0.8pp
Audiência ⁽³⁾ (%)	4,7%	4,3%	-0.4pp
Colaboradores	255	261	2,4%

(1) Valor estimado, actualizado no trimestre seguinte; (2) 1S08 = Acumulado a Maio; (3) Em % da população, Fonte: Bareme Imprensa 2ª Vaga 2008

Até Abril (os últimos dados disponíveis), a quota de mercado média do Público (entre os jornais diários generalistas), em termos de circulação paga, atingiu os 12,2%, uma redução de cerca de 1pp em comparação com o mesmo período de 2007. No 1S08 a circulação média paga foi de 42,7 mil unidades, um aumento de 0,2% em comparação com o semestre homólogo. Como mencionado acima, o mercado da imprensa paga continua a enfrentar importantes desafios competitivos, com a concorrência dos jornais gratuitos a aumentar (a circulação destes jornais mais do que duplicou em relação ao período homólogo, explicado em parte pelo lançamento de três novos títulos gratuitos no mercado).

É importante salientar que, os recentes indicadores de audiências revelam um aumento do número total de leitores, com o Público a ocupar o terceiro lugar entre a imprensa diária generalista paga, atingindo cerca de 4,5% de audiência no 2T08 (contra os 4,1% no trimestre precedente).

A quota de mercado do Público no mercado publicitário continua sob pressão, alcançando uma média de 13,3% durante o 1S08 (até Maio, última informação disponível), uma redução de 0,8pp comparativamente ao 1S07. O bom desempenho trimestral verificado ao nível das audiências, poderá contribuir para atenuar as difíceis dinâmicas de mercado que os jornais pagos diários estão a enfrentar, nomeadamente em termos de receitas de publicidade.

² Fonte: Marktest/Media Monitor

³ Fonte: APCT: Abr08 vs Abr07 (última informação disponível)

6.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1S07	1S08	Δ 08/07
PÚBLICO CONSOLIDADO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Volume de Negócios	16,65	17,23	3,5%
Vendas de Publicidade ⁽¹⁾	7,13	7,31	2,5%
Vendas de Jornais	6,10	6,09	-0,1%
Vendas de Produtos Associados	3,43	3,83	11,9%
Outras Receitas	0,11	0,10	-8,6%
Custos operacionais	18,56	18,78	1,2%
Custo das Vendas	4,69	4,85	3,3%
Custos com Pessoal	5,75	5,89	2,5%
Marketing e Vendas	1,49	1,87	25,6%
Serviços Subcontratados ⁽²⁾	5,19	4,81	-7,3%
Despesas Gerais e Administrativas	1,45	1,36	-6,1%
Outros Custos Operacionais	0,00	0,01	-
Provisões e Perdas de Imparidade	0,12	0,08	-32,2%
EBITDA	-1,92	-1,53	20,4%
Margem EBITDA (%)	-11,5%	-8,9%	2,7pp
Depreciações e Amortizações	0,34	0,37	7,0%
EBIT	-2,26	-1,89	16,2%
CAPEX Operacional ⁽³⁾	0,42	0,70	65,2%
CAPEX Operacional em % Volume Negócios	2,5%	4,1%	1,5pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-2,34	-2,23	4,9%
CAPEX Total	0,42	0,70	65,2%

(1) Inclui conteúdos; (2) Serviços Subcontratados = Serviço ao Cliente, Consultores e Subcontratos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

Durante o 1S08, o volume de negócios aumentou em 3,5% para cerca de 17,2 milhões de euros, mas reflectindo diferentes evoluções nas linhas de receita: um crescimento significativo (+11,9%) nas receitas de produtos associados; um crescimento de 2,5% nas receitas de publicidade e uma evolução ligeiramente negativa em receitas de jornal (-0,1% face ao 1S07). De salientar que tanto as receitas de publicidade como as receitas de produtos associados mostraram uma evolução trimestral bastante positiva.

O “Sexta”, o jornal semanal gratuito lançado no 4T07, em conjunto com a “Bola” (com participação de 50% de cada entidade) e consolidado no Público desde Novembro de 2007 (consolidação proporcional), está ainda numa fase inicial de desenvolvimento. Os indicadores de audiências relativos ao 2T08 demonstraram um aumento significativo do número de leitores do “Sexta”. Os indicadores de circulação e publicidade dos próximos trimestres irão permitir uma melhor avaliação dos seus impactos no mercado.

EBITDA

No 1S08, o Público gerou um EBITDA negativo de 1,53 milhões de euros, representando uma melhoria de 20,4% face ao 1S07. Esta tendência positiva resultou não só de um aumento nas receitas de publicidade e de produtos associados, mas também nas reduções conseguidas em Despesas Gerais e em Serviços Subcontratados. Estas evoluções positivas foram parcialmente compensadas pelo crescimento dos custos de marketing e vendas, determinado parcialmente pelas campanhas de circulação implementadas no semestre. É também de salientar que o EBITDA gerado pelos produtos associados aumentou cerca de 0,5 milhões de euros comparativamente ao 1S07.

A contribuição do Sexta para o EBITDA do Público no 1S08 foi ainda marginalmente negativa. Numa base comparável, excluindo o efeito do Sexta, o EBITDA do Público teria aumentado cerca de 38% face ao primeiro semestre de 2007.

7. Resultados Individuais da Sonaecom SGPS

Os resultados individuais da Sonaecom SGPS para os períodos findos em 30 de Junho de 2008 e de 2007 podem ser resumidos da seguinte forma:

(milhões de euros)

Resumo dos Resultados da Sonaecom SGPS	1S07	1S08	Δ 08/07
Receitas de Serviços	3,0	3,6	17,7%
Outras Receitas Operacionais	0,2	0,0	-89,2%
Custos Operacionais ⁽¹⁾	-5,4	-4,0	27,0%
EBITDA	-2,2	-0,4	83,3%
EBIT	-2,2	-0,4	81,4%
Dividendos Recebidos	4,6	21,4	-
Actividade Financeira Líquida	2,5	5,0	98,6%
Outros Resultados Financeiros	0,0	-4,6	-
EBT	4,8	21,4	-
Resultado Líquido	4,8	21,4	-

(1) Excluindo depreciações, amortizações e provisões

Durante o 1S08, a Sonaecom SGPS gerou receitas de serviço no montante de 3,6 milhões de euros, relacionadas, essencialmente, com serviços prestados a subsidiárias, relativos a:

- Gestão do enquadramento regulatório
- Suporte na procura de novos financiamentos
- Auditoria interna e gestão de riscos
- Suporte legal e fiscal
- Alocação temporária de colaboradores nas subsidiárias.

Em comparação com o período homólogo, o total de custos operacionais diminuiu em cerca de 27% (1,4 milhões de euros) para 4,0 milhões de euros, em resultado essencialmente de menores custos com serviços subcontratados (-0,9 milhões de euros), menores custos de publicidade (- 0,3 milhões de euros) e da redução de 0,2 milhões de euros em custos com pessoal. Esta última componente foi determinada principalmente pela reavaliação para preços de mercado, das responsabilidades decorrentes dos planos de incentivo de médio prazo (MTIP).

O EBITDA gerado pela Sonaecom SGPS foi negativo em 0,4 milhões de euros, face a um montante negativo de 2,2 milhões de euros gerado no 1S07, devido, principalmente, ao aumento de 0,3 milhões de euros no total de receitas geradas bem como ao referido decréscimo de custos operacionais.

A actividade financeira líquida (juros recebidos deduzidos de juros suportados) registou um montante positivo de 5,0 milhões de euros, cerca de 2,5 milhões de euros acima do nível registado no 1S07, reflexo, principalmente, de:

- aumento dos juros recebidos (6,2 milhões de euros), como resultado do aumento dos empréstimos a subsidiárias;
- redução dos encargos com juros (-1,1 milhões de euros) devido a um menor montante de empréstimos recebidos de subsidiárias;
- aumentos dos encargos com juros em 4,5 milhões de euros em resultado do aumento do endividamento externo. Durante o 2S07, a Sonaecom concluiu as negociações relativas a um financiamento de até 250 milhões de euros, através de um programa de papel comercial (PPC), com subscrição garantida e uma maturidade de cinco anos. Desde então, a dívida bruta do Grupo Sonaecom tem sido maioritariamente contratada pela Sonaecom SGPS, recorrendo a movimentos internos para alocação dos fundos entre as suas subsidiárias.

A principal fonte de proveitos financeiros da Sonaecom SGPS foi o recebimento de dividendos da Sonaecom Serviços de Comunicação, S.A. (21,4 milhões de euros), que comparam com o montante de 4,6 milhões de euros recebidos da Optimus Telecomunicações, S.A. durante o 1S07.

Durante o 1S08, a Sonaecom SGPS, S.A. registou provisões adicionais para investimentos financeiros no montante de 4,6 milhões de euros.

O resultado líquido da Sonaecom SGPS no 1S08 foi positivo em 21,4 milhões de euros, devido, principalmente, aos dividendos recebidos da Sonaecom Serviços de Comunicação, S.A., já que o saldo positivo na actividade financeira foi totalmente compensado pelas perdas registadas ao nível do EBITDA e pelo registo de provisões para investimentos financeiros.

(milhões de euros)

Balço Sonaecom SGPS Individual	1S07	1S08	Δ 08/07	FY07	var.
Total do Activo Líquido	1.396,9	1.531,9	9,7%	1.572,2	-2,6%
Activos não Correntes	1.312,5	1.460,2	11,3%	1.413,7	3,3%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	0,2	0,2	2,7%	0,3	-4,7%
Investimentos	824,2	898,1	9,0%	920,7	-2,5%
Outros activos não correntes	488,1	561,9	15,1%	492,7	14,0%
Activos Correntes	84,3	71,7	-15,0%	158,6	-54,8%
Devedores	7,1	7,6	6,9%	9,0	-15,4%
Outros activos correntes	1,9	5,4	190,0%	3,8	42,6%
Liquidez	75,3	58,7	-22,2%	145,8	-59,8%
Capital Próprio	1.155,8	1.158,6	0,2%	1.136,1	2,0%
Capital Social	366,2	366,2	0,0%	366,2	0,0%
Acções Próprias	(8,9)	(6,0)	32,5%	(8,9)	32,5%
Outras Reservas	793,7	777,1	-2,1%	794,1	-2,2%
Resultado Líquido	4,8	21,4	-	(15,3)	-
Total Passivo	241,1	373,3	54,8%	436,1	-14,4%
Passivo não Corrente	147,3	355,4	141,3%	373,8	-4,9%
Empréstimos Bancários	147,1	355,1	141,4%	373,7	-5,0%
Outros passivos não correntes	0,2	0,3	57,8%	0,2	91,0%
Passivo Corrente	93,8	17,9	-80,9%	62,3	-71,3%
Empréstimos do Grupo	88,3	14,5	-83,6%	17,9	-19,0%
Credores	1,4	1,4	-4,3%	41,3	-96,7%
Outros passivos correntes	4,1	2,1	-49,2%	3,1	-34,4%

Em comparação com o final do ano de 2007, a liquidez individual da Sonaecom SGPS diminuiu em 87,1 milhões de euros, de 145,8 milhões de euros para 58,7 milhões de euros no final do 1S08, em resultado de:

- uma diminuição de 20,9 milhões no endividamento bruto, excluindo itens não-monetários. A dívida bancária, principalmente composta por utilizações do programa de papel comercial, diminuiu 17,5 milhões de euros e os empréstimos provenientes de subsidiárias diminuíram 3,3 milhões de euros;
- um FCF gerado negativo no montante de 3,3 milhões de euros;
- um aumento de 62,9 milhões de euros no montante total de empréstimos a subsidiárias.

A dívida líquida da Sonaecom SGPS em 30 de Junho de 2008 atingiu os 311,3 milhões de euros, sendo composta por: (i) dívida bruta de 369,9 milhões de euros (dívida bancária: 355,5 milhões de euros e aplicações de subsidiárias na Sonaecom SGPS: 14,5 milhões de euros); e (ii) liquidez de 58,7 milhões de euros, que incluem um montante de 57,8 milhões de euros de aplicações de tesouraria em subsidiárias e 0,8 milhões de euros de depósitos bancários.

8. Principais Desenvolvimentos Regulatórios

De seguida identificamos alguns dos principais acontecimentos regulatórios ocorridos no primeiro semestre de 2008:

- **Licenciamento de frequências na banda dos 450-470 MHz**

Na sequência dos resultados de uma primeira consulta pública promovida ainda em 2007, a ANACOM aprovou em Março de 2008 o projecto de regulamento do concurso público para a atribuição das frequências na faixa dos 450 MHz – 470 MHz. As condições propostas para o concurso incluem, entre outras: (i) a limitação da atribuição das frequências a uma única entidade; (ii) a exclusão de participação dos actuais prestadores de SMT e SMRP, como por exemplo a Radiomóvel; (iii) a exigência de uma caução de 5 milhões de euros como garantia da execução das obrigações relativas ao contributo para a Sociedade de Informação, que constitui um dos critérios de avaliação das propostas. A consulta ao mercado decorreu até 12 de Maio de 2008 e apenas após a apresentação dos resultados o regulador poderá promover o concurso.

- **Serviço Universal**

Em Fevereiro do corrente ano foi lançada uma consulta pública sobre o serviço universal (conjunto mínimo de serviços de comunicações definidos por lei, disponível para todos os utilizadores, independentemente da sua localização geográfica, em condições especiais para determinados grupos). Na consulta o regulador solicitou comentários sobre uma multiplicidade de aspectos relativos ao serviço universal, incluindo o seu âmbito, condições de designação de prestadores e apuramento do respectivo custo. A consulta incluía ainda uma auscultação aos vários agentes do mercado, quanto ao seu interesse na prestação do serviço.

- **Entendimento da ANACOM sobre o *spin-off* da Zon Multimedia**

A ANACOM publicou, recentemente, o seu entendimento quanto ao *spin-off* da Zon Multimédia clarificando que considera que a ZON deixou de integrar o Grupo PT. Consequentemente, as obrigações decorrentes das análises aos mercados regulados que recaem sobre o referido grupo não lhe são aplicáveis. Adicionalmente, na medida em que o *spin-off* acarreta um impacto relevante nos mercados 4 e 5 (fornecimento grossista de acesso desagregado e de banda larga), a ANACOM anunciou que daria prioridade à reanálise destes mercados, prevendo o lançamento dos respectivos procedimentos de consulta durante o 2T08.

- **Tarifas de Terminação nas redes Móveis**

A Anacom emitiu decisão final respeitante às tarifas de terminação em redes móveis, definindo os preços a praticar a partir de 15 de Julho de 2008. Pela primeira vez desde o lançamento do nosso negócio móvel, a decisão do regulador prevê a prática de preços assimétricos (20%) no tráfego móvel, em favor da Optimus, até 1 de Outubro de 2009, data em que os preços deverão convergir para €0,065/minuto.

	TMN e Vodafone	Optimus	Assimetria
Anterior	0,11	0,11	0%
15-Jul-08	0,08	0,096	20%
01-Out-08	0,075	0,09	20%
01-Jan-09	0,07	0,084	20%
01-Abr-09	0,065	0,078	20%
01-Jul-09	0,065	0,072	11%
01-Out-09	0,065	0,065	0%

Montantes correspondem a euros por minuto

- **Consulta da Comissão Europeia sobre Regulamento de Roaming**

Foi lançada pela Comissão Europeia uma consulta pública respeitante ao Regulamento de Roaming, onde foram colocadas questões que visam aferir o impacto da aplicação do Regulamento nos operadores e consumidores, bem como da necessidade e razoabilidade de estender o presente regulamento para além de 2010 e o alargamento do seu âmbito às SMS e demais serviços de dados em *roaming*.

- **Redes de Nova Geração**

A Anacom lançou uma consulta pública respeitante às Redes de Nova Geração (“Next Generation Networks”), onde o regulador coloca à apreciação do mercado uma série de questões que abrangem desde as soluções técnicas previstas e as respectivas condicionantes, passando pelas diversas alternativas regulatórias possíveis, de onde se destaca a análise às possíveis consequências para as actuais ofertas grossistas reguladas.

Este processo de consulta terminou em Agosto, sendo expectativa da Sonaecom que as directrizes regulatórias para o desenvolvimento das NGN em Portugal sejam conhecidas o mais tardar em Outubro de 2008.

- **Portabilidade**

Perante os sérios problemas que têm vindo a ser sentidos pelos operadores fixos no âmbito da portabilidade de número, a Sonaecom apresentou um pedido de intervenção urgente ao regulador no sentido de se assegurar, por um lado, o cumprimento pela PT Comunicações das regras definidas no Regulamento de Portabilidade e, por outro, a alteração do próprio regulamento de modo a salvaguardar situações futuras. Estas alterações, caso sejam aceites pelo regulador, permitirão uma maior eficiência dos processos associados à portação do número, bem como uma maior simplificação do processo de mudança de prestador por parte dos clientes finais, incentivando assim a concorrência no Sector.

9. Principais Desenvolvimentos Corporativos e Eventos Subsequentes

- **Anúncio do plano de investimento de FTTH**

Em 21 de Fevereiro de 2008, a Sonaecom anunciou o seu plano a três anos para o desenvolvimento de uma rede de fibra, com o objectivo de construir a mais avançada rede de telecomunicações em Portugal. Como parte deste plano, a Sonaecom propõe dar acesso à sua rede de fibra a todos os operadores nacionais interessados, alinhando assim com as recomendações regulatórias e as melhores práticas na Europa.

A Sonaecom anunciou ainda que irá investir no desenvolvimento desta Rede de Nova Geração um montante de 240 milhões de euros, durante um período de 3 anos, e que a mesma permitirá uma cobertura de 1 milhão de lares e de aproximadamente 25% da população Portuguesa.

- **Assembleia Geral Extraordinária de 2 de Julho de 2008**

Na Assembleia Geral Extraordinária de 2 de Julho de 2008, foram aprovadas pelos accionistas da Sonaecom as seguintes propostas:

1. Alterar o art. 9º dos Estatutos da Sociedade, que assim passam a admitir que o Conselho de Administração seja composto por um número de membros entre três e doze;
2. Alargar para doze o número de membros do Conselho de Administração e eleger Franck Dangeard para integrar o mesmo órgão até ao termo do mandato em curso (2008-2011);
3. Autorizar o Conselho de Administração a proceder à aquisição de acções próprias até ao limite legal de 10%, mandatando o mesmo órgão para decidir sobre as demais condições da aquisição, bem como sobre a oportunidade do investimento.

10. Governo da Sociedade

O relatório anual detalhado sobre o Governo das Sociedades constitui parte integrante do Relatório e Contas de 2007 da Sonaecom e está disponível no nosso site (www.sonae.com). O nosso site contém igualmente uma secção dedicada ao governo da sociedade.

Abaixo apenas descrevemos as alterações ocorridas no primeiro semestre de 2008, no que diz respeito ao Governo das Sociedades:

Assembleia Geral de Accionistas

De acordo com os Estatutos da sociedade, um novo mandato para os Órgãos Sociais da Sonaecom iniciou-se em 2008 (que durará até 2011). Desta forma, os seguintes membros dos Órgãos Sociais foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 16 de Abril de 2008:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: João Augusto Esmeriz Vieira de Castro
Secretário: António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes

Conselho de Administração:

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo – Presidente
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
George Christopher Lawrie
Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Miguel Nuno Santos Almeida
António Sampaio e Mello
David Charles Denholm Hobley
Gervais Gilles Pellissier
Jean-François René Pontal
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

A tabela abaixo discrimina a composição actual do Conselho de Administração da Sonaecom:

Membros	Executivos	Não-Executivos	
		Independentes	Não-Indep.
PRESIDENTE			
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo			
ADMINISTRADORES			
António Sampaio e Mello			
David Charles Denholm Hobley			
Franck Emmanuel Dangeard			
Gervais Gilles Pellissier			
Jean-François René Pontal			
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão			
Ângelo Ribeirinho Paupério (CEO)			
Luís Filipe Campos Dias Reis			
George Christopher Lawrie (CFO)			
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo			
Miguel Nuno Santos Almeida			

Conselho Fiscal:

Arlindo Dias Duarte Silva (Presidente)
Armando Luís Vieira de Magalhães
Óscar José Alçada da Quinta
Suplente: Jorge Manuel Felizes Morgado

Revisor Oficial de Contas:

Deloitte & Associados, SROC, SA, representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves ou por João Luís Falua Costa da Silva.

Alterações aos Estatutos da sociedade

Na mesma Assembleia Geral de Accionistas foi aprovada a conversão das acções escriturais ao portador em acções escriturais nominativas e, conseqüentemente, foram aprovadas as necessárias alterações aos Estatutos da sociedade.

11. Artigos 447, 448 e Participações qualificadas

Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

Títulos detidos pelos membros dos Órgãos de Administração e respectivas transacções durante o primeiro semestre de 2008

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2008
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Migracom, SGPS, SA (3)						69.996
Sonae, SGPS, SA (6)						3.293
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA (6)						250.000
Aquisição	11.01.2008	245.436	1,30			
Sonaecom, SGPS, SA						225.000
Aquisição	11.01.2008	59.930	2,889			
Aquisição	14.01.2008	61.000	2,996			
Aquisição	15.01.2008	44.000	2,868			
George Christopher Lawrie						
Sonaecom, SGPS, SA						162.659
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	11.03.2008	17.659	0,00			
Sonae, SGPS, SA (6)						62.500
Aquisição	21.01.2008	50.380	1,19			
Miguel Nuno Santos Almeida						
Sonaecom, SGPS, SA						18.257
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	11.03.2008	18.167	0,00			
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Linhacom, SGPS, SA (4)						99.996
Sonaecom, SGPS, SA						170
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	11.03.2008	10.963	0,00			
Alienação	31.03.2008			10.963	2,18	
Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis						
Sonaecom, SGPS, SA						4.854
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	11.03.2008	4.854	0,00			

Notas:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2008
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (6)						658.804.424
Pareuro, BV (2)						2.000.000
Aumento de capital	21.01.2008	1.980.000	151,51			
Sonaecom, SGPS, SA						1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA (6)						400.000.000
(3) Migracom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
Sonae, SGPS, SA (6)						1.485.000
Aquisição	17.01.2008	193.500	1,29			
Aquisição	18.01.2008	1.500	1,24			
Sonaecom, SGPS, SA						387.342
(4) Linhacom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
Sonaecom, SGPS, SA						36.183
Aquisição	31.03.2008	10.963	2,18			
Sonae, SGPS, SA (6)						351.296
Aquisição	03.01.2008	3	1,92			
(5) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (6)						4.105.280
Aquisição	03.01.2008	7	1,92			
(6) Sonae, SGPS, SA						
Sonaecom, SGPS, SA						23.649
Sontel BV (7)						500
(7) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, SA						194.423.837
Aquisição	Jan.08	3.497.139	2,44			
Aquisição	Fev.08	1.248.722	2,59			
Aquisição	Mar.08	2.249.344	2,21			
Aquisição	Abr.08	2.733.984	2,25			
Aquisição	Mai.08	494.741	2,29			
Aquisição	Jun.08	147.035	2,17			

Artigo 448º

Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

	Número de acções a 30.06.2008
Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	658.804.424
Pareuro, BV	2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA	1.000
Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	400.000.000
Sonae, SGPS, SA	
Sonaecom, SGPS, SA	23.649
Sontel BV	500
Sontel BV	
Sonaecom, SGPS, SA	194.423.837
Wirefree Services Belgium, S.A.	
Sonaecom, SGPS, SA	70.276.868

Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao Art. 8º, nº1, alínea e) do regulamento 04/2004 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 30 de Junho de 2008:

Titulares de Participações Qualificadas a 30 de Junho de 2008

Accionista	Número de acções	% Participação no capital	% Direitos de voto
Sontel BV	194.423.837	53,09%	53,09%
Migracom, SGPS, SA	387.342	0,11%	0,11%
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério ^{1,2,4}	225.000	0,06%	0,06%
Belmiro Mendes de Azevedo ^{1,3}	75.537	0,02%	0,02%
Linhacom SGPS, SA	36.183	0,01%	0,01%
Sonae, SGPS, SA	23.649	0,01%	0,01%
Álvaro Carmona e Costa Portela ¹	5.000	0,00%	0,00%
Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000	0,00%	0,00%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo ^{3,4}	170	0,00%	0,00%
Total imputável	<u>195.177.718</u>	<u>53,29%</u>	<u>53,29%</u>
France Telecom, S.A.			
Wirefree Services Belgium, S.A.	70.276.868	19,19%	19,19%
Total imputável	<u>70.276.868</u>	<u>19,19%</u>	<u>19,19%</u>
EDP			
093X - Telecomunicações Celulares, SA	29.150.000	7,96%	7,96%
Total imputável	<u>29.150.000</u>	<u>7,96%</u>	<u>7,96%</u>

(1) Membro do Orgão de Administração da Sonae, SGPS, SA

(2) Membro do Orgão de Administração da Sonae Investments, BV

(3) Membro do Orgão de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA

(4) Membro do Orgão de Administração da Sonaecom, SGPS, SA

12. Declaração para os efeitos do Artigo 245º do CVM

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que tiveram lugar no primeiro semestre de 2008 e o impacto dos mesmos, quando existe, nas demonstrações financeiras, contendo uma descrição apropriada dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

George Christopher Lawrie

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

13. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

13.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Junho de 2008	Junho de 2007	Dezembro de 2007
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	1.d), 1.i) e 6	535.146.224	499.470.914	533.166.510
Imobilizações incorpóreas	1.e), 1.f) e 7	273.456.730	164.463.463	189.436.634
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	525.835.473	507.110.677	528.216.604
Investimentos em empresas associadas	1.b) e 4	757.069	735.613	747.614
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 8 e 10	1.207.320	1.207.320	1.207.320
Impostos diferidos activos	1.q) e 11	106.986.289	59.971.233	101.118.096
Total de activos não correntes		<u>1.443.389.105</u>	<u>1.232.959.220</u>	<u>1.353.892.778</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	1.j)	27.584.620	25.980.927	24.036.540
Clientes	1.k) e 8	185.705.402	138.659.457	192.029.940
Outras dívidas de terceiros	1.k) e 8	23.369.309	15.766.397	17.704.719
Outros activos correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	108.532.584	80.792.957	87.096.013
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.h) e 12	-	405.684	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 8 e 13	6.928.032	198.463.163	83.851.612
Total de activos correntes		<u>352.119.947</u>	<u>460.068.585</u>	<u>404.718.824</u>
Total do activo		<u>1.795.509.052</u>	<u>1.693.027.805</u>	<u>1.758.611.602</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	14	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.v) e 15	(6.036.026)	(8.938.165)	(8.938.165)
Reservas	1.u)	572.609.565	539.026.336	540.469.726
Resultado líquido consolidado do período		(12.227.592)	(4.713.324)	36.777.870
		<u>920.592.815</u>	<u>891.621.715</u>	<u>934.556.299</u>
Interesses minoritários		1.021.723	634.765	865.131
Total do capital próprio		<u>921.614.538</u>	<u>892.256.480</u>	<u>935.421.430</u>
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 8 e 16	355.086.523	366.732.884	373.213.990
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 8 e 17	17.517.286	15.848.160	17.916.038
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 18	32.469.903	24.284.315	30.885.378
Impostos diferidos passivos	1.q) e 11	708.186	192.228	284.402
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t), 1.y)	72.875.030	240.736	291.147
Total de passivos não correntes		<u>478.656.928</u>	<u>407.298.323</u>	<u>422.590.955</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 8, 13 e 16	747.054	97.357.681	624.457
Fornecedores	8	174.755.456	121.678.688	185.332.554
Outros passivos financeiros	1.i), 8 e 19	979.699	2.691.070	1.926.041
Outras dívidas a terceiros	8	14.879.477	19.987.810	18.350.798
Outros passivos correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	203.875.900	151.757.753	194.365.367
Total de passivos correntes		<u>395.237.586</u>	<u>393.473.002</u>	<u>400.599.217</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>1.795.509.052</u>	<u>1.693.027.805</u>	<u>1.758.611.602</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2008 e 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeiro Paupério

George Christopher Lawrie

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gille Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA
 PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007 E
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
 (Montantes expressos em Euros)

Notas	Junho de 2008	Abril a Junho de 2008 (Não auditado)	Junho de 2007	Abril a Junho de 2007 (Não auditado)	Dezembro de 2007
Vendas	43.448.742	22.826.228	36.162.925	20.438.165	79.052.510
Prestações de serviços	432.129.758	215.057.554	377.269.117	194.050.052	813.641.181
Outros proventos operacionais	4.335.133	2.805.239	2.067.532	738.108	6.421.176
	<u>479.913.633</u>	<u>240.689.021</u>	<u>415.499.574</u>	<u>215.226.325</u>	<u>899.114.867</u>
Custo das vendas	(55.994.392)	(30.203.421)	(47.511.676)	(25.258.274)	(108.621.905)
Fornecimentos e serviços externos	20 (291.240.201)	(145.607.249)	(235.178.071)	(121.269.131)	(507.530.381)
Custos com o pessoal	(48.802.529)	(22.730.630)	(46.811.654)	(23.387.854)	(95.000.392)
Amortizações e depreciações	1. d), 1. e), 6 e 7 (77.818.774)	(40.547.950)	(67.059.659)	(30.429.053)	(139.982.820)
Provisões e perdas de imparidade	1. p), 1. x) e 18 (7.869.804)	(3.772.316)	(6.348.493)	(2.743.030)	(12.176.960)
Outros custos operacionais	(7.319.864)	(3.756.286)	(6.471.002)	(3.375.036)	(13.791.210)
	<u>(489.045.564)</u>	<u>(246.617.852)</u>	<u>(409.380.555)</u>	<u>(206.462.378)</u>	<u>(877.103.668)</u>
Ganhos e perdas em empresas associadas	21 9.456	-	(87.573)	-	224.427
Ganhos e perdas com investimentos disponíveis para venda	21 -	-	2.473.445	-	5.578.307
Outros custos financeiros	1. n), 1. o), 1. w), 1. x) e 21 (9.508.203)	(4.567.850)	(20.017.631)	(6.766.961)	(39.460.766)
Outros proventos financeiros	1. o), 1. w) e 21 1.608.073	831.472	9.396.252	2.667.642	12.176.948
Resultados correntes	(17.022.605)	(9.665.209)	(2.116.488)	4.664.628	530.115
Imposto sobre o rendimento	1. q), 11 e 22 4.957.606	3.072.384	(2.461.319)	(3.296.411)	36.635.013
Resultado líquido consolidado do período	(12.064.999)	(6.592.825)	(4.577.807)	1.368.217	37.165.128
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe	26 (12.227.592)	(6.701.547)	(4.713.324)	1.290.926	36.777.870
Interesses minoritários	162.593	108.722	135.517	77.291	387.258
Resultados por acção					
Incluindo operações em descontinuação					
Básicos	(0,03)	(0,02)	(0,01)	0,00	0,10
Diluídos	(0,03)	(0,02)	(0,01)	0,00	0,10
Excluindo operações em descontinuação					
Básicos	(0,03)	(0,02)	(0,01)	0,00	0,10
Diluídos	(0,03)	(0,02)	(0,01)	0,00	0,10

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2008 e 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeiro Paupério

George Christopher Lawrie

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gille Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	2008												
	Capital social	Acções próprias (Nota 15)	Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de acções próprias	Reservas de justo valor (Nota 10)	Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	366.246.868	(8.938.165)	1.002.287	775.290.377	(248.360.691)	3.186.678	412.910	8.938.165	-	540.469.726	-	36.777.870	934.556.299
Aplicação do resultado consolidado de 2007	-	-	-	-	36.777.870	-	-	-	-	36.777.870	-	(36.777.870)	-
Resultado líquido consolidado do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.227.592)	(12.227.592)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	4.275.838	-	-	2.113.542	-	-	(4.275.838)	-	(2.162.296)	-	-	2.113.542
Aquisição de acções próprias	-	(1.373.699)	-	-	(1.373.699)	-	-	1.373.699	-	-	-	-	(1.373.699)
Reservas de cobertura (Nota 16)	-	-	-	-	-	-	755.674	-	-	755.674	-	-	755.674
Transferência das responsabilidades associadas aos Planos de Incentivo de Médio Prazo para o passivo	-	-	-	-	-	(3.186.678)	-	-	-	(3.186.678)	-	-	(3.186.678)
Variação de reservas de conversão cambial e outros	-	-	-	-	(44.731)	-	-	-	-	(44.731)	-	-	(44.731)
Saldo em 30 de Junho de 2008	366.246.868	(6.036.026)	1.002.287	775.290.377	(210.887.709)	-	1.168.584	6.036.026	-	572.609.565	-	(12.227.592)	920.592.815
Interesses minoritários													
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	865.131	-	865.131
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162.593	-	162.593
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Saldo em 30 de Junho de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.021.723	-	1.021.723
Total	366.246.868	(6.036.026)	1.002.287	775.290.377	(210.887.709)	-	1.168.584	6.036.026	-	572.609.565	1.021.723	(12.227.592)	921.614.538
2007													
	Reservas												
	Capital social	Acções próprias (Nota 15)	Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo a Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de acções próprias	Reservas de justo valor (Nota 10)	Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	366.246.868	-	559.078	775.290.377	(225.277.495)	952.390	-	-	5.121.876	556.646.226	-	(13.883.168)	909.009.926
Aplicação do resultado consolidado de 2006	-	-	443.209	-	(14.326.377)	-	-	-	-	(13.883.168)	-	13.883.168	-
Resultado líquido consolidado do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.713.324)	(4.713.324)
Aquisição de acções próprias	-	(8.938.165)	-	-	(8.938.165)	-	-	8.938.165	-	-	-	-	(8.938.165)
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.121.876)	(5.121.876)	-	-	(5.121.876)
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo a Médio Prazo	-	-	-	-	-	1.075.078	-	-	-	1.075.078	-	-	1.075.078
Reembolso de custos com aumento de capital (imposto de selo)	-	-	-	-	400.000	-	-	-	-	400.000	-	-	400.000
Variação de reservas de conversão cambial e outros	-	-	-	-	(89.924)	-	-	-	-	(89.924)	-	-	(89.924)
Saldo em 30 de Junho de 2007	366.246.868	(8.938.165)	1.002.287	775.290.377	(248.231.961)	2.027.468	-	8.938.165	-	539.026.336	-	(4.713.324)	891.621.715
Interesses minoritários													
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	471.382	-	471.382
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135.517	-	135.517
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.866	-	27.866
Saldo em 30 de Junho de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	634.765	-	634.765
Total	366.246.868	(8.938.165)	1.002.287	775.290.377	(248.231.961)	2.027.468	-	8.938.165	-	539.026.336	634.765	(4.713.324)	892.256.480

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2008 e 2007.

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

	<u>30 de Junho de 2008</u>		<u>30 de Junho de 2007</u>	
Actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	470.671.199		412.258.795	
Pagamentos a fornecedores	(367.997.968)		(298.476.096)	
Pagamentos ao pessoal	(57.305.865)		(57.513.586)	
Fluxo gerado pelas operações	<u>45.367.366</u>		<u>56.269.113</u>	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.225.668)		(2.050.775)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	(5.033.942)		2.231.802	
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>38.107.756</u>	38.107.756	<u>56.450.140</u>	56.450.140
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	1.496.920		108.461.474	
Imobilizações corpóreas	170.667		560.420	
Imobilizações incorpóreas	3.599		11.927	
Juros e proveitos similares	1.425.285	3.096.471	8.850.061	117.883.882
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(927.119)		(209.747)	
Imobilizações corpóreas	(73.184.511)		(54.844.525)	
Imobilizações incorpóreas	(14.358.265)	(88.469.895)	(9.285.421)	(64.339.693)
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(85.373.424)</u>	(85.373.424)	<u>53.544.189</u>	53.544.189
Actividades de financiamento				
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(1.345.095)		(2.360.378)	
Juros e custos similares	(9.564.240)		(26.220.326)	
Aquisição de acções próprias	(1.373.699)		(8.938.165)	
Empréstimos obtidos	(17.500.000)	(29.783.034)	-	(37.518.869)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(29.783.034)</u>	(29.783.034)	<u>(37.518.869)</u>	(37.518.869)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	<u>(77.048.702)</u>		<u>72.475.460</u>	
Efeito das diferenças de câmbio	2.525		124.561	
Caixa e seus equivalentes no princípio do período	<u>(83.227.155)</u>		<u>(125.842.921)</u>	
Caixa e seus equivalentes no final do período	<u>6.180.978</u>		<u>198.442.942</u>	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2008 e 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

George Christopher Lawrie

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gille Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trígoso Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

	<u>30 de Junho de 2008</u>	<u>30 de Junho de 2007</u>
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Pagamento de aquisições de anos anteriores		
Tecnológica Telecomunicações, Ltda.	842.911	209.747
Cape Technologies, Limited	3.470	-
Praesidium Holdings Limited	80.738	-
	<u>927.119</u>	<u>209.747</u>
b) Recebimento (correção ao preço) de aquisições de anos anteriores		
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda.	1.496.920	-
c) Quantia de outros activos e passivos alienados		
Ações da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.	-	108.461.474
	<u>1.496.920</u>	<u>108.461.474</u>
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	60.157	127.347
Depósitos à ordem	5.462.850	2.753.082
Aplicações de Tesouraria	1.405.025	195.582.734
Depósitos à ordem (saldos credores)	(747.054)	(20.221)
Caixa e seus equivalentes	6.180.978	198.442.942
Depósitos à ordem (saldos credores)	747.054	20.221
Disponibilidades constantes do balanço	6.928.032	198.463.163
3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	132.111.398	99.599.377
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4 - Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	54.683.402	(85.309.331)	(2.619.067)	(33.244.996)
Multimédia	898.666	(231.971)	(9.608)	657.088
Sistemas de Informação	(15.261.280)	(1.072.685)	(75.598)	(16.409.564)
Outras	(2.213.032)	1.240.563	(27.078.761)	(28.051.230)
	<u>38.107.756</u>	<u>(85.373.424)</u>	<u>(29.783.034)</u>	<u>(77.048.702)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2008 e 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeiro Paupério

George Christopher Lawrie

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gille Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

13.2 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Anexo

às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2008 e 2007

(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2, 3 e 4 (“Grupo”).

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas e internet;
- Multimedia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, na Austrália e nos Estados Unidos da América.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em Euros, arredondados à unidade, e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2, 3 e 4), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros e tendo em consideração a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

A 29 de Março de 2007, com efeitos obrigatórios a 1 de Janeiro de 2009 mas com uma adopção antecipada permitida, o IASB emitiu uma revisão à IAS 23 – "Custos de empréstimos obtidos", a qual, face à anterior versão, eliminou a possibilidade de reconhecimento imediato na demonstração de resultados do exercício dos custos de empréstimos associados a activos que exigem um período de tempo substancial até estarem disponíveis para uso ou venda. A Sonaecom já adoptava o procedimento de capitalização desses custos como parte do custo do activo associado, pelo que a revisão de tal norma não irá produzir qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Adicionalmente, as seguintes normas e interpretações foram emitidas mas a sua aplicação não é ainda obrigatória ou a sua ratificação pela União Europeia ainda não ocorreu:

- Revisão e Emenda da IAS 1 – "Apresentação de Demonstrações Financeiras" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 16 – "Activos Fixos Tangíveis" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 19 – "Benefício dos Empregados" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 20 – "Subsídios" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 27 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas" – (obrigatória a 1 de Janeiro e a 1 de Julho de 2009);
- Emenda à IAS 28 – "Investimentos em Associadas" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 29 – "Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 31 – "Interesses em Empreendimentos Conjuntos" – (obrigatória a 1 de Janeiro e a 1 de Julho de 2009);
- Emenda à IAS 32 – "Instrumentos financeiros: Apresentação" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 36 – "Imparidade dos Activos" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 38 – "Activos Intangíveis" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 39 – "Instrumentos Financeiros" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 40 – "Propriedades de Investimento" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 41 – "Agricultura" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IFRS 1 – "Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IFRS 2 – "Pagamento com Base em Acções" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Revisão da IFRS 3 – "Concentrações empresariais" – (obrigatória a 1 de Julho de 2009);
- Emenda à IFRS 5 – "Activos não correntes Disponíveis para Venda e Operações em Descontinuação" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- IFRS 8 – "Segmentos Operacionais" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- IFRIC 12 – "Acordos sobre Serviços de Concessão" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008 mas ainda não endossada pela União Europeia);
- IFRIC 13 – "Programas de Fidelização de Clientes" – (obrigatória a 1 de Julho de 2008);
- IFRIC 14 – "IAS 19 – Os limites de um plano de benefícios definidos" – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008 mas ainda não endossada pela União Europeia);

- IFRIC 15 - “Acordos para Construção de Imóveis – (obrigatória a 1 Janeiro de 2009);
- IFRIC 16 – “Cobertura para Investimentos Líquidos em Operações no Exterior – (obrigatória a 1 Outubro de 2008).

Em 30 de Junho de 2008, o Grupo já se encontra a aplicar a IFRIC 13, sendo que as restantes normas e interpretações não terão efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo a 30 de Junho de 2008 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica “Interesses minoritários”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e a capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são considerados parte integrante do respectivo custo de aquisição.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os ‘Investimentos em empresas associadas’ (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de ‘Outras reservas’. Anualmente é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os ‘Investimentos em empresas associadas’ encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspectos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 3.

d) Imobilizações corpóreas

As 'imobilizações corpóreas' encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios	50
Outras construções	10 - 20
Redes de telecomunicações	10 - 20
Outros equipamentos básicos	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Ferramentas e utensílios	5 - 8
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

Durante o segundo trimestre de 2007, o Grupo, com base em relatórios de peritos independentes, procedeu à revisão da estimativa da vida útil para algumas categorias de bens do seu imobilizado corpóreo, tendo os respectivos efeitos sido registados de forma prospectiva.

e) Imobilizações incorpóreas

As 'imobilizações incorpóreas' encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. As 'imobilizações incorpóreas' só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As 'imobilizações incorpóreas' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'imobilizações corpóreas' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo durante o qual foram concedidas (15 anos). A licença UMTS está a ser amortizada por um período de 11 anos, que corresponde ao período compreendido entre a data de arranque da actividade comercial e o termo da licença. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo da licença. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (5 a 6 anos).

Os custos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registados como custo no momento em que as despesas são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício das 'imobilizações incorpóreas' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. Até 1 de Janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com o IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação'. A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

Nas aquisições subsequentes de investimentos financeiros já detidos pelo Grupo, as diferenças de consolidação são apuradas através da diferença entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros e o montante proporcional dos capitais próprios da empresa adquirida.

h) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

- a) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'
Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.
- b) 'Empréstimos e contas a receber'
'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.
- Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.
- Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.
- c) 'Investimentos detidos até ao vencimento'
Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.
- d) 'Investimentos disponíveis para venda'
Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada (queda superior a 25% durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de

imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração (Nota 18).

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'clientes' e as 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o impacto do desconto.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de

activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são possíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo “custo amortizado”. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (“cash flow hedges”) utilizados pelo Grupo respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

p) Provisões e contingências

As ‘provisões’ são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tiver sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O ‘imposto sobre o rendimento’ do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12.

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os 'impostos diferidos' são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos em imobilizado são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, como uma dedução às amortizações e depreciações, durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

s) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projectos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'impostos diferidos' e as 'provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 11 e 18).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2, a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. o), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As reservas de acções próprias reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 30 de Junho de 2008, a Sonaecom, SGPS, S.A., não dispunha de reservas que, pela sua natureza, fossem consideradas distribuíveis.

v) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registados como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do Euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	2008		2007	
	30.06.08	Média	30.06.07	Média
Libra inglesa	1,26223	1,29082	-	-
Real brasileiro	0,39822	0,38563	0,38426	0,36805
Dólar americano	0,63436	0,65407	-	-
Zloti (Polónia)	0,29839	0,28668	-	-
Dólar australiano	0,61084	0,60473	-	-

x) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Imobilizado e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos. Evidência objectiva de imparidade para um portfolio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e corroborados por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efectuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – Pagamento com Base em Acções.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das

acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- a) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- b) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- c) O efeito líquido dos registos referidos em a) e b) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- d) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratasse de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 30 de Junho de 2008, apenas um dos planos de acções Sonaecom em aberto estava coberto através da detenção de acções próprias. Os restantes dois planos não se encontravam cobertos. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, a Empresa efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, o Conselho de Administração da Sonaecom alterou a forma de liquidação dos seus planos de acções Sonaecom que eram liquidados em acções e passaram a ser liquidados em numerário, conforme opção prevista em tais planos.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 incluem:

- a) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram

posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a. Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos e na Austrália, estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

b. Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 16) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-

determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nocionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do período. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

c. Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- i. Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- ii. Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- iii. Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é

uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 16.

d. Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o Grupo apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2008 e 2007, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2008		2007	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe:							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias:							
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis") (a) (b)	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações electrónicas e dos respectivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de activos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos	Sonaecom	100%	100%	-	-
Be Towering – Exploração de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering") (c)	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Sonaecom Serviços de Comunicações	100%	100%	-	-
			Optimus	-	-	100%	100%
Cape AsiaPac PTY Limited ("Cape Asia") (d)	New South Wales	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	-	-
Cape Poland Sp. Z.o.o. ("Cape Poland") (d)	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	-	-
Cape Technologies Americas, Inc ("Cape America") (d)	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	-	-
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies") (d)	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	-	-
Cape Technologies (UK) Limited ("Cape UK") (d)	Cardiff	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	-	-
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae.com Sistemas de Informação	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa anteriormente denominada "Optimus Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A."

(b) Empresa constituída em Outubro de 2007.

(c) Empresa anteriormente denominada "Optimus Towering – Exploração de Torres de Telecomunicações, S.A."

(d) Empresas adquiridas em Outubro de 2007.

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2008		2007	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "on-line" de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
M3G – Edições Digitais, S.A. ("M3G")	Lisboa	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	100%	100%	100%	99%
Optimus – Telecomunicações, S.A. ("Optimus")	Maia	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Sonae Telecom	(Extinta via fusão por incorporação)		49,06%	49,06%
			Sonaecom			50,94%	50,94%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Sonaecom Serviços de Comunicações	100%	100%	-	-
			Optimus	-	-	100%	100%
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services") (a)	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	-	-
Praesidium Technologies Limited ("Praesidium Technologies") (a)	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	-	-
Público – Comunicação Social, S.A. ("Público")	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	100%	100%	99%	99%
Saphety Level – Trusted Services, S.A. (Saphety)	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação electrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. ("Novis" e "Optimus")	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações electrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações electrónicas.	Sonaecom	53,54%	53,54%	58,33%	58,33%
			Sonae Telecom	37,94%	37,94%	-	-
			Sonaecom BV	8,52%	8,52%	-	-
			Sonae Matrix	-	-	41,67%	41,67%
Sonae.com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae.com Sistemas de Informação")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Matrix")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Sonaecom	(Dissolvida)		100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom
(a) Empresas adquiridas em Outubro de 2007.

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2008		2007	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações móveis.	Sonae.com	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonae.com	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,22%
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda. ("Tele2") (a)	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, nomeadamente serviço fixo telefónico e internet.	Sonae.com	100%	100%	-	-
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	99,32%	99,32%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,23%
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK") (b)	Berkshire	Gestão de participações sociais	We Do	100%	100%	-	-

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonae.com

(a) Empresa adquirida em Setembro de 2007.

(b) Empresa anteriormente denominada "Praesidium Holdings Limited".

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 30 de Junho de 2008, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional o seguinte agrupamento:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2008		2007	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Vipu Ace ("Sexta") (a)	Lisboa	Optimização de meios para a actividade de edição de conteúdos para edições periódicas em papel, para suporte digital, vídeo ou TV.	Público	50%	50%	-	-

* Percentagem de capital detido pela Sonae.com

(a) ACE constituído em Outubro de 2007.

Em 30 de Junho de 2008, os principais impactos decorrentes da inclusão deste agrupamento nas contas consolidadas do Grupo são os seguintes (débito/(crédito)):

	2008
Activos não correntes	13.279
Activos correntes	147.268
Passivos correntes	(179.367)
Resultado líquido	286.340
Total de proveitos	(199.753)
Total de custos	486.094

4. Investimentos em empresas associadas

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, esta rubrica incluía investimentos em empresas associadas, cujas sedes sociais, actividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, são os seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2008		2007		2008	2007
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*		
Empresas associadas:									
Net Mall, S.G.P.S., S.A. ("Net Mall")	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae.Com Sistemas de Informação	39,51%	39,51%	39,51%	39,51%	(a)	(a)
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca " Rádio Nova")	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%	(a)	(a)
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	V.N.Gaia	Comércio e indústria de artes gráficas e edição de publicações.	Público	40%	40%	40%	40%	757.069	735.613
Profimetrics – Software Solutions, S.A. (Profimetrics)	Maia	Desenvolvimento de soluções de software para optimização de retalho.	Sonae.com Sistemas de Informação	(Alienada)		30%	30%	-	(a)
								757.069	735.613

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom
(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o único movimento ocorrido nos investimentos em empresas associadas correspondeu ao efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento detido na Unipress.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1. b), não tendo sido necessário efectuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas das empresas associadas com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 30 de Junho de 2008, o valor dos activos, passivos, proveitos e resultado líquido das empresas associadas foi como segue:

Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
Net Mall, S.G.P.S., S.A.	14.568	21.488	115	(1.203)
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	649.816	604.547	672.814	89.362
Unipress - Centro Gráfico, Lda (1)	9.828.695	7.947.107	3.581.171	53.639

(1) Valores a 31.12.2007

5. Alterações ocorridas no Grupo

5. a) Aquisições

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, não se verificaram quaisquer alterações no Grupo em resultado de aquisições.

No semestre findo em 30 de Junho de 2007, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

2007				
Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação actual
Sonae.com SI	We Do	Jan-07	0,70%	98,36%
Sonae.com SI	We Do	Fev-07	0,66%	99,02%
Sonae.com SI	We Do	Mar-07	0,06%	99,08%
Sonae.com SI	We Do	Abr-07	0,14%	99,22%
We Do Brasil	Tecnológica	Abr-07	99,99%	99,99%
Sonae.com SI	We Do	Mai-07	0,10%	99,32%

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, e como resultado das aquisições acima mencionadas, foi gerada uma diferença de consolidação no montante de 207.905 Euros (Nota 9).

5. b) Outras

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, foi ajustado o preço de aquisição do Grupo Cape (adquirido em Outubro de 2007), uma vez que a parcela diferida do preço, que estava dependente do cumprimento futuro de determinadas condições, não ocorreu. Desta forma, o custo de aquisição e logo o valor das diferenças de consolidação foram reduzidos no montante de Euro 2.409.079 (Nota 9).

Em 1 de Novembro de 2007, procedeu-se à fusão por incorporação da Optimus na Novis, isto é, à fusão das divisões de telecomunicações móvel e fixo. Esta operação representou uma reorganização interna que não foi mais do que o desenvolvimento natural da estratégia integrada de telecomunicações e que (i) reforça a estratégia do Grupo de crescimento tanto em termos orgânicos como não-orgânicos; (ii) posiciona melhor o Grupo para a antecipação e reacção às tendências do mercado, que apontam, cada vez mais, para a convergência fixo-móvel; (iii) proporciona o desenvolvimento de novos produtos e serviços; e (iv) possibilita uma maior eficiência operacional e de contenção de custos.

6. Imobilizações corpóreas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2007	1.391.593	235.216.110	842.983.026	129.546	143.432.036	1.096.920	2.728.382	36.846.800	1.263.824.413
Adições	-	915.547	4.021.007	17.404	5.443.169	-	1.573.221	47.668.470	59.638.818
Alienações	-	(52.945)	(157.032)	(18.224)	(223.460)	-	-	-	(451.661)
Transferências e abates	-	2.758.478	28.388.925	-	1.943.938	10.258	1.850	(33.167.648)	(64.199)
Saldo em 30.06.2008	1.391.593	238.837.190	875.235.926	128.726	150.595.683	1.107.178	4.303.453	51.347.622	1.322.947.371
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2007	-	118.050.343	492.489.934	94.160	116.612.257	1.040.128	2.371.081	-	730.657.903
Amortizações do período	-	6.323.316	42.859.782	13.687	7.822.523	10.495	246.374	-	57.276.177
Alienações	-	(11.136)	(93.698)	(2.408)	(78.468)	-	-	-	(185.710)
Transferências e abates	-	60.000	1.278	-	(10.077)	-	1.576	-	52.777
Saldo em 30.06.2008	-	124.422.523	535.257.296	105.439	124.346.235	1.050.623	2.619.031	-	787.801.147
Valor líquido	1.391.593	114.414.667	339.978.630	23.287	26.249.448	56.555	1.684.422	51.347.622	535.146.224

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2006	1.391.593	223.133.165	744.209.079	53.271	134.075.541	1.087.839	2.567.599	22.560.357	1.129.078.444
Adições	-	2.770.544	1.656.104	17.241	323.488	-	15.780	47.150.574	51.933.731
Alienações	-	(615.258)	(218.767)	(36.427)	(27.656)	-	-	(9.972)	(908.080)
Transferências e abates	-	1.440.952	41.331.053	19.321	1.652.821	368	61.706	(45.546.527)	(1.040.307)
Saldo em 30.06.2007	1.391.593	226.729.403	786.977.469	53.406	136.024.194	1.088.207	2.645.085	24.154.432	1.179.063.788
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2006	-	108.987.153	418.800.773	48.768	103.280.214	1.021.794	2.168.000	-	634.306.702
Amortizações do período	-	6.728.960	37.432.234	876	6.914.685	9.060	95.639	-	51.181.454
Reversão de perdas de imparidade do período	-	(8.863)	(120.207)	-	(79.516)	(228)	(16)	-	(208.830)
Alienações	-	(401.724)	(57.196)	(1.672)	(12.410)	-	-	-	(473.002)
Transferências e abates	-	(4.932.979)	(42.970)	-	(236.039)	(21)	(1.441)	-	(5.213.450)
Saldo em 30.06.2007	-	110.372.547	456.012.634	47.972	109.866.934	1.030.605	2.262.182	-	679.592.874
Valor líquido	1.391.593	116.356.856	330.964.835	5.434	26.157.260	57.602	382.903	24.154.432	499.470.914

As adições do semestre incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), ao ULL (desagregação de Lacete Local), ao Triple Play e ao FTTH (Fibre-to-the-Home).

As reversões de perdas de imparidade são registadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais'.

O custo de aquisição das 'Imobilizações corpóreas' detidas pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de Junho de 2008 e 2007, ascendia a 25.509.674 Euros e a 22.172.019 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 19.889.781 Euros e 19.104.598 Euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2008, a rubrica de 'Imobilizações corpóreas' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, excepção feita aos activos afectos a contratos de locação financeira.

O 'Imobilizado corpóreo' em curso apresentava, em 30 de Junho de 2008 e 2007, a seguinte composição:

	2008	2007
Desenvolvimento da rede móvel	36.867.165	13.227.827
Desenvolvimento da rede fixa	7.816.717	7.686.494
Sistemas de informação	3.287.083	2.976.584
Outros projectos em curso	3.376.657	263.527
	51.347.622	24.154.432

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2008	2007
Investimentos da área técnica	42.580.583	20.048.889
Investimentos em sistemas de informação	7.973.577	6.399.925
	50.554.160	26.448.814

7. Imobilizações incorpóreas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2007	184.616.429	212.851.390	5.011.298	402.479.117
Adições	96.036.912	1.349.406	6.993.077	104.379.395
Alienações	-	(3.599)	-	(3.599)
Transferências e abates	13.359	1.813.470	(1.620.454)	206.375
Saldo em 30.06.2008	280.666.700	216.010.667	10.383.921	507.061.288
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2007	48.060.543	164.981.940	-	213.042.483
Amortizações do período	10.672.751	9.869.846	-	20.542.597
Alienações	-	(229)	-	(229)
Transferências e abates	(1)	19.708	-	19.707
Saldo em 30.06.2008	58.733.293	174.871.265	-	233.604.558
Valor líquido	221.933.407	41.139.402	10.383.921	273.456.730

	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2006	147.400.303	190.159.744	7.986.808	345.546.855
Novas empresas no consolidado (Nota 4.a)	-	2.358.832	-	2.358.832
Adições	8.328.051	259.793	6.697.139	15.284.983
Alienações	-	(15.034)	(11.420)	(26.454)
Transferências e abates	64.101	5.065.380	(9.159.621)	(4.030.140)
Saldo em 30.06.2007	155.792.455	197.828.715	5.512.906	359.134.076
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2006	31.677.199	147.204.682	-	178.881.881
Amortizações do período	7.066.568	8.811.637	-	15.878.205
Reversão de perdas de imparidade do período	(236)	(131.636)	-	(131.872)
Alienações	-	(2.880)	-	(2.880)
Transferências e abates	79	45.200	-	45.279
Saldo em 30.06.2007	38.743.610	155.927.003	-	194.670.613
Valor líquido	117.048.845	41.901.712	5.512.906	164.463.463

Em 30 de Junho de 2008, as adições do semestre incluem o valor de 95 milhões de Euros, correspondente ao valor presente da responsabilidade estimada com o projecto "Iniciativas E".

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Sonaecom – Serviços de Comunicações assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final do período daquela licença, 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, será realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Sonaecom - Serviços de Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. À data, 64 milhões de Euros já foram realizados em períodos anteriores, e validados por aquelas entidades, sendo que o

remanescente se encontra em fase de avaliação, ou ainda por realizar. Estes encargos vão sendo registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respectivos projectos sejam realizados e os custos estimados sejam conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Sonaecom – Serviços de Comunicações e o MOPTC, através de contribuições para o projecto “Iniciativas E” (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efectuadas através de um Fundo aberto, designado Fundo para a Sociedade de Informação, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. O sucesso deste projecto, iniciado no final do exercício de 2007, estava dependente da adesão dos beneficiários às várias Iniciativas em vigor (e-oportunidades, e-escola e e-professor) e poderia ser alvo de revisão num período de 12 meses, concluído em Junho de 2008. A 31 de Dezembro de 2007, não era assim possível estimar de forma fiável o sucesso do mesmo e logo estimar a respectiva responsabilidade a reconhecer.

Tendo em consideração o sucesso verificado ao longo de 2008, a Sonaecom considerou estarem reunidas as condições para constituir uma estimativa suficientemente segura da responsabilidade total, pelo que tal valor foi reconhecido como um custo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’.

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o Grupo mantinha registado na rubrica ‘Imobilizações incorpóreas’ 199.575.948 Euros e 116.459.535 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 67.506.482 Euros (76.507.347 Euros em 2007) relativos à licença, (ii) 22.556.391 Euros (25.563.910 Euros em 2007) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 6.927.749 Euros (7.851.448 Euros em 2007) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social do Fundo para a Sociedade de Informação no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 96.817.534 Euros relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

O imobilizado incorpóreo em curso, em 30 de Junho de 2008 e 2007, era composto, essencialmente, por desenvolvimento de software.

As imobilizações corpóreas e incorpóreas incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinadas imobilizações em curso.

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o total destes custos ascende a 15.109.729 Euros e 13.583.974 Euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 foram de 743.969 Euros e 487.464 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 5,10% em 2008 (4,65% em 2007) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

2008							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Investimentos disponíveis para venda	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos Correntes:							
Clientes	-	185.705.402	-	-	185.705.402	-	185.705.402
Outras dívidas de terceiros	-	7.966.442	-	-	7.966.442	15.402.867	23.369.309
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.928.032	-	-	6.928.032	-	6.928.032
	-	200.599.876	-	-	200.599.876	15.402.867	216.002.743
2007							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Investimentos disponíveis para venda	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos Correntes:							
Clientes	-	138.659.457	-	-	138.659.457	-	138.659.457
Outras dívidas de terceiros	-	4.482.245	-	-	4.482.245	11.284.152	15.766.397
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	405.684	-	-	-	405.684	-	405.684
Caixa e equivalentes de caixa	-	198.463.163	-	-	198.463.163	-	198.463.163
	405.684	341.604.865	-	-	342.010.549	11.284.152	353.294.701

2008							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	(1.168.584)	356.255.107	-	355.086.523	-	355.086.523
Outros passivos financeiros não correntes	-	-	-	17.517.286	17.517.286	-	17.517.286
	-	(1.168.584)	356.255.107	17.517.286	372.603.809	-	372.603.809
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	747.054	-	747.054	-	747.054
Fornecedores	-	-	-	174.755.456	174.755.456	-	174.755.456
Outros passivos financeiros	-	-	-	979.699	979.699	-	979.699
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	5.396.093	5.396.093	9.483.384	14.879.477
	-	-	747.054	181.131.248	181.878.302	9.483.384	191.361.686
2007							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	129.700	366.603.184	-	366.732.884	-	366.732.884
Outros passivos financeiros não correntes	-	-	-	15.848.160	15.848.160	-	15.848.160
	-	129.700	366.603.184	15.848.160	382.581.044	-	382.581.044
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	97.357.681	-	97.357.681	-	97.357.681
Fornecedores	-	-	-	121.678.688	121.678.688	-	121.678.688
Outros passivos financeiros	-	-	-	2.691.070	2.691.070	-	2.691.070
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	7.864.933	7.864.933	12.122.877	19.987.810
	-	-	97.357.681	132.234.691	229.592.372	12.122.877	241.715.249

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem integralmente constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

9. Diferenças de consolidação

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos na rubrica 'Diferenças de consolidação' foram os seguintes:

	2008	2007
Saldo inicial	528.216.604	506.902.772
Reforço de participações (Nota 5.a))	-	207.905
Outros	(2.381.131)	-
Saldo Final	525.835.473	507.110.677

A rubrica "Outros" inclui 2.409.079 Euros relativos à actualização do custo de aquisição do Grupo Cape (Nota 5.b.), sendo o remanescente relativo, essencialmente, à actualização cambial das Diferenças de consolidação do Grupo Praesidium.

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, a rubrica 'Diferenças de consolidação' tinha a seguinte composição:

	2008	2007
Sonaecom - Serviços de Comunicações ("Optimus")	389.902.620	389.902.620
Sonaecom - Serviços de Comunicações ("Novis")	95.189.755	95.189.755
Público	20.000.000	20.000.000
Cape	17.476.354	-
WeDo	1.971.668	1.887.516
Praesidium	1.164.290	-
SIRS	72.820	72.820
Permar	47.253	47.253
Optimus Towering	10.713	10.713
	<u>525.835.473</u>	<u>507.110.677</u>

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base em planos de negócio com fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3%.

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2008			2007		
		Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 18)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 18)	Valor líquido
Despegar.com	5,50%	-	-	-	2.539.229	(2.539.229)	-
Altitude, SGPS, S.A.	11,54%	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-	1.000.000
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	1,38%	197.344	-	197.344	197.344	-	197.344
Outros	-	9.976	-	9.976	9.976	-	9.976
		<u>1.207.320</u>	<u>-</u>	<u>1.207.320</u>	<u>3.746.549</u>	<u>(2.539.229)</u>	<u>1.207.320</u>

A participação na Despegar.com foi alienada em Agosto de 2007.

Em 30 de Junho de 2008, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu valor contabilístico foi considerado uma aproximação razoável do seu respectivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respectivas imparidades identificadas.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de Euros):

	Activo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Altitude, SGPS, S.A.	21.566	7.824	4.234	25.724	1.437	949
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	19.819	7.376	6.485	18.376	1.793	764

Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-07.

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' apresentou o seguinte movimento:

	2008	2007
Saldo inicial	1.207.320	112.317.225
Alterações no justo valor registadas em Reservas	-	(5.121.876)
Alienação	-	(108.461.474)
Mais-valia reconhecida na demonstração de resultados (Nota 21)	-	2.473.445
Saldo final	<u>1.207.320</u>	<u>1.207.320</u>

A alienação e respectiva mais-valia reconhecidas no semestre findo em 30 de Junho de 2007 dizem respeito à alienação das acções representativas de 1% do capital social da Portugal Telecom, SGPS, S.A..

11. Impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2008 e 2007, no montante de 106.986.289 Euros e 59.971.233 Euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis e de diferenças temporárias relativas a provisões não aceites fiscalmente e à diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 foi como segue:

	2008	2007
Saldo inicial	101.118.096	61.786.654
Efeito em resultados		
Prejuízos fiscais reportáveis	1.307.194	(2.706.863)
Ajustamentos à matéria colectável de anos anteriores	-	143.501
Registo de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores uma vez que não era provável a existência de lucros tributáveis futuros para os absorver (Sonaecom - Serviços de Comunicações, Mainroad, Miauger, Cape e Digitmarket em 2008 e Optimus e Digitmarket em 2007)	2.895.600	1.047.498
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	-	136.863
Movimentos nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos	1.671.982	(430.448)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	<u>5.874.776</u>	<u>(1.809.449)</u>
Outros	(6.583)	(5.972)
Saldo final	<u>106.986.289</u>	<u>59.971.233</u>

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócio das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos activos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de Junho de 2008, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Sonaecom Serviços de Comunicações	We Do	Praesidium	Digitmarket	Mainroad	Miauger	Cape	Total
Prejuízos fiscais reportáveis:								
A serem utilizados até 2008	-	-	-	212.580	-	-	-	212.580
A serem utilizados até 2009	-	-	-	447.096	57.314	60.795	-	565.205
A serem utilizados até 2010	-	-	-	257.298	392.368	156.991	-	806.657
A serem utilizados até 2011	-	2.182	-	210.662	31.676	82.214	-	326.734
A serem utilizados até 2012	2.330.399	-	-	-	170.616	-	-	2.501.015
A serem utilizados até 2013	-	-	-	-	127.026	-	-	127.026
Sem limite de utilização	-	-	107.481	-	-	-	134.000	241.481
	2.330.399	2.182	107.481	1.127.636	779.000	300.000	134.000	4.780.698
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	8.361.312	301.828	-	-	-	-	-	8.663.140
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	41.472.859	3.673	-	-	-	-	-	41.476.532
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos e outros	52.065.919	-	-	-	-	-	-	52.065.919
Total	104.230.489	307.683	107.481	1.127.636	779.000	300.000	134.000	106.986.289

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2008	2007
Prejuízos fiscais	99.849.152	90.776.124
Diferenças temporárias (essencialmente provisões não aceites)	19.453.559	21.269.982
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	(31.079)	2.143.761
	<u>119.271.633</u>	<u>114.189.867</u>

Em 30 de Junho de 2008, os prejuízos fiscais para os quais não foram registados impostos diferidos activos têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2008
2008	26.456.500
2009	9.879.797
2010	5.300.303
2011	13.094.164
2012	15.414.302
2013	19.386.798
2014	3.872.549
2015	2.577.298
2016	1.856.648
2017	1.033.556
Sem limite de utilização	977.238
	<u>99.849.152</u>

Os anos de 2015 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 6 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2008 e 2007, no montante de 708.186 Euros e 192.228 Euros, respectivamente, resultavam essencialmente de ajustamentos de consolidação.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 foi como segue:

	2008	2007
Saldo inicial	(284.402)	-
Efeito em resultados		
Ajustamentos de consolidação	(411.412)	(192.228)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	<u>(411.412)</u>	<u>(192.228)</u>
Outros	(12.372)	-
Saldo final	<u>(708.186)</u>	<u>(192.228)</u>

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 é como segue:

	2008	2007
Resultado antes de imposto	(17.022.605)	(2.116.488)
Imposto (25%)	4.255.651	529.122
Activos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria colectável, tributação autónoma e derrama	(3.454.215)	(3.350.244)
Ajustamentos à matéria colectável	-	(65.019)
Registo de impostos diferidos não registados em exercícios anteriores	2.895.600	1.047.498
Registo de impostos diferidos passivos	(411.412)	(192.228)
Movimentos nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos	1.671.982	(430.448)
Impostos registados no período (Nota 22)	<u>4.957.606</u>	<u>(2.461.319)</u>

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2000 e cinco anos após essa data), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2004 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2008.

12. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	2008	2007
Saldo inicial	-	849.375
Alienações no semestre	-	(738.634)
Aumentos/diminuições para o justo valor (Nota 21)	-	294.943
Saldo final	<u>-</u>	<u>405.684</u>

Em 30 de Junho de 2007, os Investimentos registados ao justo valor através de resultados correspondiam a 193.183 acções da Sonae, S.G.P.S., S.A. adquiridas para cumprir com obrigações futuras relacionadas com os Planos de Incentivo de Médio Prazo e estavam registados com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

13. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2008	2007
Numerário	60.157	127.347
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.462.850	2.753.082
Aplicações de tesouraria	1.405.025	195.582.734
Caixa e equivalentes de caixa	6.928.032	198.463.163
Descobertos bancários (Nota 16)	(747.054)	(20.221)
	<u>6.180.978</u>	<u>198.442.942</u>

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2008	2007
Cedência de fundos à Sonae:		
Sonaecom	-	69.420.004
Aplicações bancárias de curto prazo:		
Sonaecom	790.000	-
WeDoBrasil	615.025	1.072.770
Sonaecom BV	-	88.880.000
Optimus	-	35.499.960
Mainroad	-	710.000
Digitmarket	-	-
	<u>1.405.025</u>	<u>195.582.734</u>

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, venceram juros a uma taxa média de 4,103% (3,74% em 2007).

14. Capital social

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais nominativas (ao portador em 2007), com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2008		2007	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	194.423.837	53,09%	183.489.681	50,10%
Acções dispersas em Bolsa	70.782.961	19,33%	81.411.344	22,23%
Wirefree Services Belgium, S.A.	70.276.868	19,19%	70.276.868	19,19%
093X (EDP)	29.150.000	7,96%	29.150.000	7,96%
Acções próprias	1.588.553	0,43%	1.894.326	0,52%
Sonae	23.649	0,01%	23.649	0,01%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom correspondem a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

15. Acções próprias

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 925.773 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o semestre a Empresa adquiriu 620.000 novas acções (a um preço médio de 2,22 Euros), detendo no final do semestre 1.588.553 acções próprias representativas de 0,43% do seu capital social, a um preço médio de 3,80 Euros.

16. Empréstimos

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2008	2007
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(2.661.755)	(3.132.146)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	200.067	215.125
	Justo valor do Swap	-	-	-	(542.778)	-
					<u>146.995.534</u>	<u>147.082.979</u>
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	250.000.000	100.000.000 até 2010 150.000.000 até Jul-12	-	207.500.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(448.392)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	1.665.187	-
	Justo valor do Swap	-	-	-	(625.806)	-
					<u>208.090.989</u>	<u>-</u>
Optimus	Banco Europeu de Investimento (a)	324.458.200	Jun-09	70% - Jun 09	-	227.120.740
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(8.275.409)
	Juros corridos	-	-	-	-	674.874
	Justo valor do Swap	-	-	-	-	129.700
					<u>-</u>	<u>219.649.905</u>
				<u>355.086.523</u>	<u>366.732.884</u>	

(a) Como garantia dos empréstimos BEI foram constituídas garantias bancárias, por parte dos bancos participantes no sindicato de financiamento de médio e longo prazo da Optimus.

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Entidade financiadora	Tipo	Montante utilizado	
			2008	2007
Optimus	Banco Europeu de Investimento (a)	Limite: 324.458.200 Amortização: 30% - Jun 2008	-	97.337.460
Diversas	Diversas	Descobertos bancários	747.054	20.221
			<u>747.054</u>	<u>97.357.681</u>

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em Setembro de 2007, a subsidiária Optimus – Telecomunicações, S.A. procedeu à amortização do seu financiamento junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de cerca 324 milhões de Euros.

A contratação deste financiamento ao nível da Sonaecom permitiu um alargamento significativo da maturidade da dívida contratada, a eliminação de um conjunto de limitações contratuais, financeiras e operacionais, impostas pelo anterior financiamento sindicado da Optimus e uma melhor eficiência na gestão da liquidez consolidada.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros. Deste modo, estima-se que o justo valor destes empréstimos não difira significativamente do respectivo valor de mercado.

O *spread* aplicável nos financiamentos de médio e longo prazo pode variar entre os 22,5 e os 87,5 pontos base.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, as dívidas a instituições de crédito, relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

2008						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	150.000.000	-
Juros	9.153.050	9.153.050	9.153.050	9.178.058	8.902.967	-
Papel Comercial						
Amortização	-	-	57.500.000	-	150.000.000	-
Juros	9.781.390	9.781.390	8.669.902	7.149.334	605.545	-
	<u>18.934.440</u>	<u>18.934.440</u>	<u>75.322.952</u>	<u>16.327.392</u>	<u>309.508.512</u>	<u>-</u>
2007						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	-	150.000.000
Juros	7.765.718	7.744.500	7.744.500	7.744.500	7.765.718	7.553.540
BEI						
Amortização	97.337.460	227.120.740	-	-	-	-
Juros	2.790.163	-	-	-	-	-
	<u>107.893.341</u>	<u>234.865.240</u>	<u>7.744.500</u>	<u>7.744.500</u>	<u>7.765.718</u>	<u>157.553.540</u>

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos.

À data de 30 de Junho de 2008 e 2007, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

2008					Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses
Sonaecom	Papel Comercial	250.000.000	207.500.000	42.500.000		x
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000		x
Sonaecom	Conta caucionada	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x	
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x	
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x	
WeDo Brasil	Contas caucionadas	368.009	-	368.009	x	
		489.611.398	357.500.000	132.111.398		

2007					Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses
Optimus	BEI	324.458.200	324.458.200	-		x
Optimus	Conta caucionada	4.987.979	-	4.987.979	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000		x
Sonaecom	Conta caucionada	20.000.000	-	20.000.000	x	
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x	
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x	
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x	
WeDo Brasil	Contas caucionadas	368.009	-	368.009	x	
		574.057.577	474.458.200	99.599.377		

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro existentes em 30 de Junho de 2008, eram os seguintes:

Empresa	Financiamento coberto	Montante nocional	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos instrumentos financeiros
Sonaecom	Papel comercial	110.000.000	Mar-09	Euribor 6m	4,365%	(625.806)
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	75.000.000	Jun-09	Euribor 6m	4,565%	(542.778)
						(1.168.584)

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. Esta tranche irá ser renovada pelo mesmo montante e por períodos iguais, pelo menos, até 13 de Março de 2009, ou seja, até à data de maturidade deste novo swap de taxa de juro.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. Os pagamentos de juros do empréstimo obrigacionista e do swap ocorrem simultaneamente, sendo estes últimos efectuados pelo montante líquido.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, o movimento ocorrido nos justos valores dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 156.702 Euros, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 598.972 Euros, foram registados em Reservas por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Pela via da contratação dos referidos instrumentos financeiros derivados, a 30 de Junho de 2008, cerca de 52% da dívida bruta encontra-se, de forma indirecta, sujeita a taxas de juro fixas. Os restantes 48% da dívida bruta encontram-se expostos a alterações nas taxas de juro do mercado.

17. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de imobilizado relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano no montante de 17.517.286 Euros e 15.848.160 Euros, respectivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos a 30 de Junho de 2008 e 2007 era o seguinte:

	2008		2007	
	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing
2007	-	-	793.315	748.773
2008	1.469.630	583.109	2.370.875	2.251.984
2009	2.386.900	1.520.457	1.912.118	1.114.368
2010	2.070.704	1.266.084	1.684.308	930.364
2011	1.869.068	1.124.586	1.504.620	794.189
2012	1.885.669	1.196.417	1.521.012	848.973
2013	1.677.995	1.043.570	1.543.420	913.827
2014 e seguintes	14.996.915	11.762.761	14.877.933	10.936.752
	<u>26.356.881</u>	<u>18.496.985</u>	<u>26.207.601</u>	<u>18.539.230</u>
Juros	(7.859.897)	-	(7.668.371)	-
	<u>18.496.984</u>	<u>18.496.985</u>	<u>18.539.230</u>	<u>18.539.230</u>
Parcela curto prazo (Nota 19)	-	(979.699)	-	(2.691.070)
	<u>18.496.984</u>	<u>17.517.286</u>	<u>18.539.230</u>	<u>15.848.160</u>

Dado que estes contratos de leasing vencem juros a taxas de mercado, estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor de balanço.

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

18. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008						
Rubricas	Saldo inicial	Transfe- rências	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	66.167.308	(60.715)	5.447.551	(2.885.934)	(148.589)	68.519.621
Perdas de imparidade acumuladas em existências	8.663.703	-	1.557.008	-	-	10.220.710
Provisões para outros riscos e encargos	30.885.378	318.715	1.306.023	-	(40.212)	32.469.903
	<u>105.716.389</u>	<u>258.000</u>	<u>8.310.581</u>	<u>(2.885.934)</u>	<u>(188.801)</u>	<u>111.210.235</u>
2007						
Rubricas	Saldo inicial	Transfe- rências	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	61.060.155	(1.088.763)	4.623.418	(3.240.914)	(13.932)	61.339.964
Perdas de imparidade acumuladas em existências	6.122.085	-	1.034.000	-	-	7.156.085
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda	2.539.229	-	-	-	-	2.539.229
Provisões para outros riscos e encargos	20.078.571	1.088.763	3.333.475	(137.878)	(78.616)	24.284.315
	<u>89.800.040</u>	<u>-</u>	<u>8.990.893</u>	<u>(3.378.792)</u>	<u>(92.548)</u>	<u>95.319.593</u>

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 377.459 Euros (2.642.400 Euros em 2007) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 (Nota 1.d)), e ainda o montante de 63.318 Euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício'. Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' ascende a 7.869.804 Euros (6.348.493 Euros em 2007).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes da filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A..

A 30 de Junho de 2008 e 2007, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2008	2007
Desmantelamento de sites	19.265.600	17.748.220
Contingências diversas	6.711.664	3.432.016
Processos judiciais em curso	2.471.032	1.712.804
Indemnizações a liquidar	694.443	738.521
Outros	3.327.164	652.754
	<u>32.469.903</u>	<u>24.284.315</u>

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transacções diversas efectuadas em períodos anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas.

19. Outros passivos financeiros

Em 30 de Junho de 2008, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 979.699 Euros (2.691.070 Euros, em 2007) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 17).

20. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2008	2007
Custos de interligação	133.680.459	108.204.849
Trabalhos especializados	33.872.733	23.512.143
Publicidade e propaganda	29.412.351	17.216.197
Comissões	22.993.421	26.758.606
Aluguer de circuitos	13.576.702	11.479.861
Rendas e alugueres	16.644.855	14.587.011
Outros subcontratos	13.892.344	10.151.959
Electricidade	4.315.242	4.070.490
Conservação e reparação	3.965.121	3.290.207
Comunicação	3.855.071	2.578.101
Honorários	1.646.479	2.382.781
Deslocações e estadas	2.866.472	1.922.935
Outros	10.518.951	9.022.931
	<u>291.240.201</u>	<u>235.178.071</u>

Os compromissos assumidos em 30 de Junho de 2008 com contratos de locação operacional são como seguem:

Pagamentos mínimos de locação operacional	2008	2007
2007	-	2.027.550
2008	5.399.513	3.460.871
2009	6.401.453	2.072.253
2010	4.831.944	876.034
2011	3.577.176	74.157
2012	1.264.047	-
2013	158.863	-
2014	904.842	-
Renováveis por 1 ano	2.366.596	-
	<u>24.904.435</u>	<u>8.510.865</u>

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008 foram reconhecidos 5.547.032 Euros na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais (excepto aluguer de circuitos).

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A actualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, têm a seguinte composição:

	2008	2007
Resultados financeiros relativos a empresas associadas:		
Perdas relativas a empresas associadas	-	(87.573)
Ganhos relativos a empresas associadas	9.456	-
	<u>9.456</u>	<u>(87.573)</u>
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	(9.179.454)	(17.131.437)
Outros empréstimos	-	(6.509.673)
Empréstimos bancários	(8.640.991)	(10.368.308)
Juros do swap	-	(138.359)
Juros de leasing	(471.436)	(62.726)
Outros juros	(67.027)	(52.371)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(200.316)	(49.081)
Outros custos financeiros	(128.434)	(2.837.113)
Encargos de emissão de dívida (Nota 16)	(25.000)	(2.557.280)
Justo valor do swap (Nota 16)	-	(22.240)
Outros	(103.434)	(257.593)
	<u>(9.508.203)</u>	<u>(20.017.631)</u>
Ganhos com a alienação de Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	2.473.445
	<u>-</u>	<u>2.473.445</u>
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.461.309	8.908.752
Diferenças de câmbio favoráveis	146.763	192.557
Ajustamento para o justo valor de investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 12)	-	294.943
	<u>1.608.073</u>	<u>9.396.252</u>

No semestre findo em 30 de Junho de 2008, a rubrica 'Outros proveitos financeiros – Juros obtidos' inclui, principalmente, juros de mora associados a processos em contencioso e juros relativos aos "swaps" de taxa de juro contratados pela Sonaecom. No semestre findo em 30 de Junho de 2007, a rubrica 'Juros obtidos' incluía, principalmente, juros referentes à cessão de fundos de curto prazo à Sonae e juros de aplicações bancárias.

22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 é como segue ((custos)/proveitos):

	2008	2007
Imposto corrente	(505.758)	(459.642)
Imposto diferido activo (Nota 11)	5.874.776	(1.809.449)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	(411.412)	(192.228)
	<u>4.957.606</u>	<u>(2.461.319)</u>

23. Partes relacionadas

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, foram os seguintes:

Saldos a 30 de Junho de 2008				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)
Sonae	120.823	107.097	-	(11.985)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.079.753	1.667.991	-	88.399
Worten	6.416.179	2.860.912	-	(845.013)
France Telecom	-	5.930.838	-	(11.072.859)
	<u>8.616.756</u>	<u>10.566.838</u>	<u>-</u>	<u>(11.841.457)</u>

Saldos a 30 de Junho de 2007				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)
Sonae	34.320	15.987	69.420.004	137.374
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	349.696	102.941	-	(137.932)
Worten	1.708.238	134.193	-	(241.975)
France Telecom	1.259.126	4.216.859	-	28.560
Sonae Investments BV	-	-	-	(3.495.942)
	<u>3.351.380</u>	<u>4.469.980</u>	<u>69.420.004</u>	<u>(3.709.915)</u>

Transacções a 30 de Junho de 2008				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	189.340	69.977	-	11.280
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	3.454.596	1.061.211	-	356.866
Worten	2.627.160	1.750.597	-	-
France Telecom	5.874.469	5.311.721	-	-
	<u>12.145.566</u>	<u>8.193.507</u>	<u>-</u>	<u>368.146</u>

Transacções a 30 de Junho de 2007				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	178.172	75.014	1.295.545	61.793
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.328.448	1.369.873	-	245.719
Worten	2.670.450	304.356	-	-
France Telecom	1.781.819	47.387	-	-
	<u>5.958.889</u>	<u>1.796.630</u>	<u>1.295.545</u>	<u>307.512</u>

As transacções efectuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

24. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Junho de 2008 e 2007, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2008	2007
Sonaecom	BBVA – Portugal, ING Belgium Portugal e Millennium BCP	Papel comercial	320.000.000	70.000.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações, Público e Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	6.944.107	2.096.589
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Direcção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	1.650.000	1.650.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Público	Direcção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação - IVA	598.000	598.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Tele2	Direcção Geral do Tesouro	IRC – Retenção de rendimentos a não residentes	306.954	164.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas e Caldas da Rainha	Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas e Caldas da Rainha	287.494	287.495
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	271.511	271.511
Público	Fazenda Pública do Porto	Processo de execução fiscal nº 3190/98	209.493	209.493
We Do	API	Candidatura PRIME	184.004	184.004
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Digitmarket	Hewlett Packard	Contratos de locação financeira e de prestação de serviços	159.859	159.859
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Governo Civil de Santarém	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	119.703	119.703
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	59.029	98.195
Optimus	Banco Europeu de Investimento	Financiamento	-	324.458.200
Várias	Outros		1.052.869	669.623
			<u>331.843.025</u>	<u>400.966.672</u>

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

25. Informação por segmentos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações
- Multimédia
- Sistemas de informação

Durante o exercício de 2007, em virtude da fusão ocorrida entre a Optimus e a Novis (Nota 5.b)) (negócio de telecomunicações móveis e negócio de telecomunicações fixas), o Grupo decidiu alterar a forma de apresentação da sua informação por segmentos, agrupando as áreas de negócio "Rede Móvel" e "Rede Fixa e Internet" numa única denominada de "Telecomunicações". Conforme previsto na IAS 8, a informação relativa ao semestre findo em 30 de Junho de 2007 foi re-expressa tendo em consideração tal alteração.

As restantes actividades do grupo e os serviços corporativos encontram-se classificados como não alocados.

As transacções ocorridas nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação.

Dada a imaterialidade dos activos e transacções efectuados pelo Grupo fora do território nacional, não é apresentada informação segmental por mercados geográficos.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a interligação, juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de Junho de 2008 e 2007 é como segue:

	Telecomunicações		Multimídia		Sistemas de Informação		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	Junho 08	Junho 07	Junho 08	Junho 07	Junho 08	Junho 07	Junho 08	Junho 07	Junho 08	Junho 07	Junho 08	Junho 07	Junho 08	Junho 07
Proveitos:														
Vendas e Prestações de serviços	423.507.229	377.095.709	17.229.997	16.650.213	54.473.215	32.785.113	3.994.893	3.407.343	499.205.334	429.938.378	(23.626.834)	(16.506.336)	475.578.500	413.432.042
Outros proveitos operacionais	5.045.023	3.965.554	101.489	110.806	1.615.948	242.301	25.303	198.759	6.787.764	4.517.420	(2.452.630)	(2.449.887)	4.335.133	2.067.532
Total de proveitos	428.552.252	381.061.263	17.331.486	16.761.019	56.089.163	33.027.414	4.020.196	3.606.102	505.993.098	434.455.798	(26.079.464)	(18.956.223)	479.913.633	415.499.574
Amortizações e depreciações	(77.205.620)	(66.504.366)	(365.421)	(340.844)	(980.249)	(700.413)	(68.179)	(138.331)	(78.619.468)	(67.683.953)	800.694	624.296	(77.818.774)	(67.059.659)
Resultado operacional do segmento	(11.029.462)	8.321.980	(1.891.266)	(2.258.193)	2.668.621	1.980.573	(265.376)	(2.188.270)	(10.517.483)	5.886.090	1.385.553	262.929	(9.131.930)	6.119.019
Juros líquidos	(8.421.046)	(6.301.569)	(69.778)	(87.740)	(111.939)	316.361	884.618	(2.087.895)	(7.718.145)	(8.160.842)	-	(61.842)	(7.718.145)	(8.222.685)
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	-	-	(60.751)	-	-	-	(60.751)	9.456	(26.822)	9.456	(87.573)
Outros resultados financeiros	(30.619)	(2.510.933)	8.092	(6.145)	(133.056)	(11.045)	35.413.601	11.219.177	35.258.017	8.691.054	(35.440.004)	(8.616.302)	(181.986)	74.751
Impostos sobre o rendimento	4.589.684	(1.487.687)	(17.418)	(10.588)	422.830	(958.667)	290.351	(4.377)	5.285.447	(2.461.319)	(327.841)	-	4.957.606	(2.461.319)
Resultado líquido consolidado do período	(14.891.443)	(1.978.209)	(1.970.370)	(2.362.666)	2.846.456	1.266.471	36.323.194	6.938.635	22.307.836	3.864.232	(34.372.836)	(8.442.037)	(12.064.999)	(4.577.807)
Atribuível a:														
Acionistas da empresa mãe	(14.891.443)	(1.978.209)	(1.970.370)	(2.362.666)	2.687.010	1.127.159	36.323.194	6.938.635	22.148.390	3.724.919	(34.375.982)	(8.438.243)	(12.227.592)	(4.713.324)
Minoritários	-	-	-	-	159.446	139.312	-	-	159.446	139.312	3.147	(3.795)	162.593	135.517
Activos:														
Imobilizado e Goodwill	810.439.065	670.366.775	2.420.460	2.185.293	62.290.049	44.197.945	1.877.696	2.000.086	877.027.270	718.750.100	457.411.157	452.294.954	1.334.438.427	1.171.045.054
Existências	24.976.434	24.267.101	699.626	1.681.384	1.908.560	32.442	-	-	27.584.620	25.980.927	-	-	27.584.620	25.980.927
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	1.097.695	1.097.695	907.494	907.495	1.198.086.036	1.186.671.900	1.201.373.250	1.189.959.114	(1.199.408.859)	(1.188.016.178)	1.964.389	1.942.933
Outros activos não correntes	105.749.668	58.587.997	-	1.373.336	2.455.799	1.654.078	579.703.030	500.298.651	687.908.497	561.914.062	(580.922.209)	(501.942.829)	106.986.289	59.971.233
Outros activos correntes do segmento	294.585.983	317.191.591	9.134.654	8.379.548	39.682.718	33.764.095	76.007.670	208.803.551	419.411.025	568.138.784	(94.875.700)	(134.051.129)	324.535.327	434.087.658
	1.237.033.175	1.071.695.489	13.352.435	14.717.256	107.244.620	80.556.055	1.855.674.432	1.897.774.188	3.213.304.662	3.064.742.987	(1.417.795.611)	(1.371.715.182)	1.795.509.052	1.693.027.805
Passivos:														
Passivos do segmento	911.958.031	704.215.969	16.123.376	17.532.199	48.592.121	28.422.738	530.083.832	437.494.621	1.506.757.359	1.187.665.527	(632.862.845)	(386.894.200)	873.894.514	800.771.325
	911.958.031	704.215.969	16.123.376	17.532.199	48.592.121	28.422.738	530.083.832	437.494.621	1.506.757.359	1.187.665.527	(632.862.845)	(386.894.200)	873.894.514	800.771.325
Aumentos de imobilizado e investimentos	163.572.738	69.856.879	700.302	424.455	(2.006.922)	2.888.491	3.492.655	41.444	165.758.772	73.211.269	(4.161.003)	(3.354.390)	161.597.770	69.856.879

Apesar da fusão ocorrida em 2007, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	Junho 08	Junho 07	Junho 08	Junho 07	Junho 08	Junho 07	Junho 08	Junho 07
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	303.085.799	293.476.296	147.586.498	110.734.363	(27.165.068)	(27.114.950)	423.507.229	377.095.709
Outros proveitos operacionais	22.651.728	17.006.821	404.293	1.840.264	(18.010.998)	(14.881.531)	5.045.023	3.965.554
Total de proveitos	325.737.527	310.483.117	147.990.791	112.574.627	(45.176.066)	(41.996.481)	428.552.252	381.061.263
Amortizações e depreciações	(61.202.368)	(56.821.053)	(16.003.252)	(9.683.313)	-	-	(77.205.620)	(66.504.366)
Resultado operacional do segmento	930.598	16.875.317	(11.992.247)	(8.913.725)	32.186	360.388	(11.029.462)	8.321.980
Activos:								
Imobilizado e Diferenças de consolidação	637.865.121	548.826.171	172.573.944	121.455.286	-	85.318	810.439.065	670.366.775
Existências	21.176.123	22.689.749	3.800.311	1.577.352	-	-	24.976.434	24.267.101
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	-	-	-	-	1.282.025	1.282.025
Aumentos de Imobilizado	146.351.497	40.638.156	17.221.241	26.431.451	-	2.787.273	163.572.738	69.856.879

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	2008			
	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Outros
Telecomunicações	-	-	18.388.634	3.517.719
Multimédia	1.001.276	-	112.045	109.694
Sistemas de Informação	340.468	17.046	-	68.912
Outros Sonaecom	33.354	-	37.687	-
Outros	422.132.131	17.212.951	35.934.849	298.568
	423.507.229	17.229.997	54.473.215	3.994.893

	2007			
	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Outros
Telecomunicações	-	-	12.496.642	2.986.930
Multimédia	286.832	-	277.706	82.745
Sistemas de Informação	196.141	15	-	53.567
Outros Sonaecom	29.983	46.533	37.997	11.246
Outros	376.582.753	16.603.666	19.972.768	272.856
	377.095.709	16.650.213	32.785.113	3.407.343

26. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do semestre atribuível ao Grupo (12.227.592 Euros negativos em 2008 e 4.713.324 Euros negativos em 2007) pelo número médio de acções existente durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, deduzidas das acções próprias (364.866.391 em 2008 e 364.983.984 em 2007).

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		30-Jun-08	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções /acções
Acções Sonaecom					
Plano 2005	4,093	10-Mar-06	09-Mar-09	366	858.784
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	399	1.019.261
Plano 2007	2,24	10-Mar-08	09-Mar-11	413	1.905.966
Acções Sonae SGPS					
Plano 2005	1,34	10-Mar-06	09-Mar-09	12	147.924
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	6	153.968
Plano 2007	1,16	10-Mar-08	09-Mar-11	7	261.924

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações utilizadas corresponderam a : Sonaecom - cotação média entre os dias 30 e Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remunerações.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2007				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	1.142	2.902.082	30	496.440
Total	1.142	2.902.082	30	496.440
Movimentos no ano				
Atribuídas	416	1.916.077	7	254.715
Vencidas	(349)	(976.395)	(12)	(274.202)
Canceladas/Extintas/ Corrigidas*	(31)	(57.753)	-	86.863
Saldo a 30.06.2008				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	1.178	3.784.011	25	563.816
Total	1.178	3.784.011	25	563.816

* As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade, calculada com base na cotação à data de balanço, é de 2.632.843 Euros e foi registada nas rubricas 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado e registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', no valor de 374.259 Euros.

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no semestre findo em 30 de Junho de 2008, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	21.950.820
Custos reconhecidos no semestre	(7.212)
Custo do plano da subsidiária Exit (saída do consolidado)	(8.882)
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(14.990.425)
Custos dos planos exercidos no semestre	(3.937.199)
Total de custos dos Planos	<u>3.007.102</u>
Registados em Outros passivos correntes	(1.555.668)
Registados em Outros passivos não correntes	(1.451.434)

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, o Conselho de Administração da Sonaecom alterou a forma de liquidação dos seus planos de acções Sonaecom que eram liquidados em acções e passaram a ser liquidados em numerário, conforme opção prevista em tais planos.

28. Outros Assuntos

(i) Em 30 de Junho de 2008, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 Euros e 29.913.608 Euros, respectivamente, assim como saldos de 'Outros activos correntes' no valor de 411.649 Euros, e de 'Outros passivos correntes' no valor de 6.856.200 Euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo a preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou improcedente os intentos da TMN sendo ainda possível recorrer para o Supremo Tribunal de Justiça, algo cuja decisão por parte da TMN aguardamos.

(ii) Em processo arbitral, que opôs a Maxistar aos restantes accionistas da Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. (na altura, Optimus) - por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, a Maxistar foi condenada a pagar aos outros accionistas da Optimus a importância total de 2.344.350 Euros, a que acrescem juros de mora até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Maxistar propôs uma acção de anulação da decisão do tribunal a qual foi julgada improcedente na primeira instância. Dessa decisão, a Maxistar apresentou recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa.

De forma a executar a dívida da Maxistar, e depois de terem manifestado a sua preferência pelo pagamento da importância devida, alguns accionistas propuseram uma acção executiva. Ainda antes de ter terminado a acção de anulação da decisão do tribunal arbitral, por forma a obviar ao prosseguimento da acção executiva, a Maxistar pagou a esses accionistas a quantia de 4.068.048 Euros (capital mais juros), tendo cabido à Sonaecom o valor de 2.183.899 Euros.

O tribunal da relação de Lisboa julgou integralmente improcedente o recurso de apelação apresentado pela Maxistar, confirmando a sentença recorrida.

A Maxistar apresentou recurso para o supremo Tribunal de Justiça, o qual julgou improcedente o recurso de revista interposto pela Maxistar, confirmando de novo a sentença recorrida, aguardando-se o trânsito em julgado.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 24 de Julho de 2008.

ANEXO

A 30 de Junho de 2008, as partes relacionadas do Grupo Sonaecom são como segue:

Pessoal chave gerência	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Jean François Pontal
Álvaro Cuervo Garcia	Luís Filipe Campos Dias Castro Reis
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Luís Filipe Palmeira Lampreia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António de Sampaio e Mello	Michel Marie Bom
Belmiro de Azevedo	Miguel Nuno Santos Almeida
David Hopley	Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
Franck Emmanuel Dangeard	Paulo Jorge Henriques Pereira
George Christopher Lawrie	Pedro Miguel Freitas Ramalho Carlos
Gervais Pellissier	

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Bloco W-Sociedade Imobiliária, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Boavista Shopping Centre BV
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	Box Lines Navegação, S.A.
Aegean Park, S.A.	Campo Limpo, Lda
Agepan Eiweiler Management GmbH	Canasta-Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes, S.A.
Agepan Tarket Laminare Park GmbH Co. KG	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Águas Furtadas - Imobiliária, S.A.	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, S.A.
Airone - Shopping Center, Srl	Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A.
Aquapraia - Investimentos Turísticos, S.A.	Choice Car SGPS, S.A.
Arrábidashopping- Centro Comercial, S.A.	Cia.de Industrias e Negócios, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
Atlantic Ferries-Tráf.Loc, Flu.e Marít, S.A.	Citorres-Sociedade Imobiliária, S.A.
Avenida M-40 B.V.	Clérigoshopping- Gestão do C.Comerc., S.A.
Avenida M-40, S.A.	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Best Offer-Prest. Inf. p/Internet, S.A.	Contacto-SGPS, S.A.
Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	Contibomba-Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.
Bloco Q-Sociedade Imobiliária, S.A.	Contimobe-Imobil.Castelo Paiva, S.A.

<p> Continente Hipermercados, S.A. Contry Club da Maia-Imobiliária,S.A. Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A. Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. Darbo S.A.S Developpement & Partenariat Assurances, S.A. Difusão-Sociedade Imobiliária,S.A. Distrifin-Comercio y Prest.Servicios,S.A. DMJB, SGPS, S.A. Dortmund Tower GmbH Dos Mares - Shopping Centre B.V. Dos Mares-Shopping Centre, S.A. Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A. Ecociclo II - Energias, S.A. Edições Book.it, S.A. Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A. Efanor-Design e Serviços,S.A. Efanor-Indústria de Fios,S.A. El Rosal Shopping, S.A. Empreend.Imob.Quinta da Azenha,S.A. Equador & Mendes,Lda Espimaia -Sociedade Imobiliária,S.A. Estação Oriente-Gest.de Galerias Com.,S.A. Estação Viana- Centro Comercial, S.A. Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,S.A. Etablissement A. Mathe, S.A. Euro Decorative Boards,Ltd Euromegantic,Lteé Euroresinas-Indústrias Químicas,S.A. Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. Fozimo-Sociedade Imobiliária,S.A. Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A. Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l. Friengineering International Ltda Fundo de Invest. Imobiliário Imosede Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A. Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A. GHP GmbH Gli Orsi - Shopping Centre, Srl Global S-Hipermercado,Lda Glunz AG </p>	<p> Glunz Service GmbH Glunz UK Holdings Ltd Glunz Uka GmbH Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, S.A. Guerin – Rent a Car (Dois), Lda. Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A. Hornitex Polska Sp z.o.o Iberian Assets, S.A. IGI-Investimento Imobiliário,S.A. Igimo-Sociedade Imobiliária,S.A. Iginha-Sociedade Imobiliária,S.A. IM Impregnation Management GmbH Imoareaia - Invest. Turísticos, SGPS, S.A. Imobiliária da Cacela, S.A. Imoclub-Serviços Imobiliários,S.A. Imoconti- Soc.Imobiliária,S.A. Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A. Imoestrutura-Soc.Imobiliária,S.A. Imoferro-Soc.Imobiliária,S.A. Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,S.A. Imomuro-Sociedade Imobiliária,S.A. Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A. Imoplamac Gestão de Imóveis,S.A. Imoponte-Soc.Imobiliária,S.A. Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A. Imoresultado-Soc.Imobiliária,S.A. Imosedas-Imobiliária e Serviços,S.A. Imosistema-Sociedade Imobiliária,S.A. Imosonae II Impaper Europe GmbH & Co. KG Implantação - Imobiliária, S.A. Infofield-Informática,S.A. Inparsi - Gestão Galeria Comercial, S.A. Inparvi SGPS, S.A. Insulatroia - Sociedade Imobiliária, S.A. Integrum-Serviços Partilhados,S.A. InterClean, S.A. Interlog-SGPS,S.A. Inventory-Acessórios de Casa,S.A. Investalentejo, SGPS, S.A. Invsaude - Gestão Hospitalar, S.A. Ipaper-Industria Papeis Impregnados,S.A. ISF - Imobiliário, Serviços e Participaç </p>
--	--

Isoroy SAS	NAB, Sociedade Imobiliária,S.A.
KLC Holdings XII SA	NA-Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
La Farga - Shopping Center, SL	NA-Equipamentos para o Lar, S.A.
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Net Mall SGPS, S.A.
Lazam Corretora, Ltda.	Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre S.r.l.	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Lembo Services Ltd (Euro)	Norteshopping-Centro Comercial, S.A.
Libra Serviços, Lda.	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Ld
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Lima Retail Park, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Loureshopping- Centro Comercial, S.A.	Oeste Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A.
Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.	OSB Deustchland Gmbh
Luz del Tajo B.V.	Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.
Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	Pareuro, BV
Maiashopping- Centro Comercial, S.A.	Pargeste SGPS, S.A.
Maiequipa-Gestão Florestal,S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Marcas MC, ZRT	Parque Atlântico Shopping - C.C., S.A.
Marimo -Exploração Hoteleira Imobiliária	Parque D. Pedro 1 B.V.
Marina de Tróia S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít,Lda	Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.	Parque Principado SL
Martimope - Sociedade Imobiliária, S.A.	Partnergiro - Empreend. Turísticos, Lda
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.	Pátio Boavista Shopping Ltda.
MC Property Management S.A.	Pátio Campinas Shopping Ltda
MDS Corretor de Seguros, S.A.	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Megantic BV	Pátio Penha Shopping Ltda.
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Modalfa-Comércio e Serviços,S.A.	Pátio Sertório Shopping Ltda
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda
Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda	Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,S.A.
Modelo Continente - Oper.Retalho SGPS,S.A.	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.
Modelo Continente Hipermercados,S.A.	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda
Modelo Continente, SGPS,S.A.	Plaza Eboli B.V.
Modelo Hiper Imobiliária,S.A.	Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.
Modelo Hipermercados Trading, S.A.	Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.
Modelo.com-Vendas p/Correspond.,S.A.	Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.
Monselice Centre Srl	Plaza Mayor Parque de Ocio,S.A.
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,S.A.	Plaza Mayor Shopping B.V.
Mundo Vip - Operadores Turisticos, S.A.	Plaza Mayor Shopping, S.A.
	Ploiesti Shopping Center (Euro)

Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Italy 5 Srl
Poliface North America	Project Sierra One Srl
Porturbe-Edifícios e Urbanizações,S.A.	Project Sierra Spain 1 B.V.
Praedium II-Imobiliária,S.A.	Project Sierra Spain 2 B.V.
Praedium III-Serviços Imobiliários,S.A.	Project Sierra Spain 2-Centro Comer. S.A.
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Spain 3 B.V.
Predicomercial-Promoção Imobiliária,S.A.	Project Sierra Spain 3-Centro Comer. S.A.
Prédios Privados Imobiliária,S.A.	Project Sierra Spain 5 BV
Predisedas-Predial das Sedas,S.A.	Project Sierra Spain 6 B.V.
Pridelease Investments, Ltd	Project Sierra Spain 6-Centro Comer. SA
Profimetrics - Software Solutions, S.A.	Project Sierra Spain 7 B.V.
Proj. Sierra Germany 1 - Shop.C. GmbH	Project Sierra Spain 7-Centro Comer. SA
Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH	Project Sierra Srl
Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl	Project Sierra Srl
Proj.Sierra 1 - Shopping Centre GmbH	Project Sierra Three Srl
Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH	Project Sierra Two Srl
Proj.Sierra Germany 3 (three)-Sh.C.GmbH	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three)-Sh.C.GmbH	Promosedas-Prom.Imobiliária,S.A.
Proj.Sierra Hold. Portugal V, SGPS,S.A.	Prosa-Produtos e serviços agrícolas,S.A.
Proj.Sierra Italy 1 -Shop.Centre Srl	Publimeios-Soc.Gestora Part. Finan.,S.A.
Proj.Sierra Italy 2 -Dev. Of Sh.C.Srl	Racionaliz. y Manufact.Florestales,S.A.
Proj.Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl	Resoflex-Mob.e Equipamentos Gestão,S.A.
Proj.Sierra Portugal I- C.Comerc., S.A.	Resolução, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Portugal II-C.Comerc.,S.A.	Rio Sul - Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Portugal III-C.Comerc.,S.A.	River Plaza Mall, Srl
Proj.Sierra Portugal IV-C.Comerc.,S.A.	Rochester Real Estate,Limited
Proj.Sierra Portugal V-C.Comercial,S.A.	S. C. Setler Mina Srl
Proj.Sierra Portugal VI-C.Comercial,S.A.	S.C. Microcom Doi Srl
Proj.Sierra Portugal VII - C. Comerc.,S.A.	Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, S.A.
Proj.Sierra Portugal VIII - C.Comerc.,S.A.	SC Aegean B.V.
Project 4, Srl	SC Insurance Risks Services, SGPS, S.A.
Project SC 1 BV	SC Mediterraneum Cosmos B.V.
Project SC 2 BV	SC-Consultadoria,S.A.
Project Sierra 1 B.V.	SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A.
Project Sierra 2 B.V.	SCS Beheer,BV
Project Sierra 3 BV	Selfrio,SGPS,S.A.
Project Sierra 4 BV	Selfrio-Engenharia do Frio,S.A.
Project Sierra 5 BV	Selifa-Empreendimentos Imobiliários,S.A.
Project Sierra 6 BV	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,S.A.
Project Sierra 7 BV	Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades , Lda
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Serra Shopping - Centro Comercial, S.A.
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	

Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,S.A.	Sierra Management II-Gestão de C.C. S.A.
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades , Lda	Sierra Management Italy S.r.l.
Serra Shopping - Centro Comercial, S.A.	Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A.
Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,S.A.	Sierra Management Spain-Gestión C.Com.S.A.
Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A.	Sierra Management, SGPS, S.A.
Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,S.A.	Sierra Portugal Fund, Sarl
Shopping Centre Colombo Holding, BV	Sierra Property Management, Srl
Shopping Centre Parque Principado B.V.	SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
Shopping Penha B.V.	SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Siaf-Soc.Iniciat.Aprov.Florestais,S.A.	Sistavac-Sist.Aquecimento,V.Ar C.,S.A.
Sic Indoor - Gestão de Suportes Publicitários, S.A.	SKK-Central de Distr.,S.A.
Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl	SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos
Sierra Asset Management-Gest. Activos,S.A.	SMP-Serv. de Manutenção Planeamento
Sierra Brazil 1 B.V.	Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,S.A.
Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Sierra Charagionis Propert.Management S.A.	Sociedade Imobiliária Troia - B3, S.A.
Sierra Corporate Services- Ap.Gestão, S.A.	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
Sierra Corporate Services Holland, BV	Société des Essences Fines Isoroy
Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob.,S.A.	Société Industrielle et Financière Isoroy
Sierra Development Greece, S.A.	Socijofra-Sociedade Imobiliária,S.A.
Sierra Developments Germany GmbH	Sociloures-Soc.Imobiliária,S.A.
Sierra Developments Germany Holding B.V.	Soconstrução BV
Sierra Developments Holding B.V.	Sodesa, S.A.
Sierra Developments Italy S.r.l.	Soflorin,BV
Sierra Developments Services Srl	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,S.A.
Sierra Developments Spain-Prom.C.Com.SL	Sol Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A.
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Solaris Supermercados, S.A.
Sierra Developments-Serv. Prom.Imob., S.A.	Solinca III-Desporto e S.A.úde,S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Solinca-Investimentos Turísticos,S.A.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Solinfitness - Club Malaga, S.L.
Sierra GP Limited	Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,S.A.
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Somit Imobiliária,S.A.
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Somit-Soc.Mad.Ind.Transformadas,S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Capital,SGPS,S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae Center Serviçoss, SA
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Financial Participations BV
Sierra Man.New Tech.Bus.-Serv.Comu.CC,S.A.	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Indústria Brasil, Ltda
Sierra Management Hellas SA	Sonae Industria de Revestimentos,S.A.

<p>Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,S.A. Sonae Serviços de Gestão, S.A. Sonae SGPS, S.A. Sonae Sierra Brasil Ltda Sonae Sierra Brazil B.V. Sonae Sierra, SGPS, S.A. Sonae Tafibra (UK),Ltd Sonae Tafibra Benelux, BV Sonae Turismo Gestão e Serviços,S.A. Sonae Turismo-SGPS,S.A. Sonae UK,Ltd. Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos Sonaecenter Serviços, SA Sondis Imobiliária,S.A. Sontaria-Empreend.Imobiliários,S.A. Sontel Bv Sontur BV Sonvecap BV Sopair, S.A. Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist Spanboard Products,Ltd Spinarq,S.A. Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A. Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,S.A. Sport Zone-Comércio Art.Desporto,S.A. SRP Development, SA SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A. Star-Viagens e Turismo,S.A. Tableros Tradema,S.L. Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL Tafibras Participações, S.A. Tafisa Brasil, S.A. Tafisa Canadá Societé en Commandite Tafisa France, S.A. Tafisa UK,Ltd Tafisa-Tableros de Fibras, S.A. Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL</p>	<p>Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS Tavapan,S.A. Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL Teconologias del Medio Ambiente,S.A. Textil do Marco,S.A. Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A. Tool Gmbh Torre Colombo Ocidente-Imobiliária,S.A. Torre Colombo Oriente-Imobiliária,S.A. Torre São Gabriel-Imobiliária,S.A. Troia Market, SA TP - Sociedade Térmica, S.A. Troiaresort-Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. Unipress - Centro Gráfico, Lda Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas-Imobiliária das Sedas,S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A. Venda Aluga-Sociedade Imobiliária,S.A. Via Catarina- Centro Comercial, S.A. World Trade Center Porto, S.A. Worten España, S.A. Worten-Equipamento para o Lar,S.A. Zubiarte Inversiones Inmob,S.A.</p>
---	--

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Wirefree Services Belgium, S.A.

13.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Junho de 2008	Junho de 2007	Dezembro de 2007
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	1.a), 1.e) e 2	181.319	153.484	181.562
Imobilizações incorpóreas	1.b) e 3	59.563	81.095	71.121
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	898.096.556	824.190.572	920.727.475
Outros activos não correntes	1.c), 1.j), 1.m), 4 e 6	561.911.005	488.106.626	492.695.948
Total de activos não correntes		<u>1.460.248.443</u>	<u>1.312.531.777</u>	<u>1.413.676.106</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f) e 4	7.628.863	7.139.096	9.022.179
Outros activos correntes	1.j) e 1.m)	5.369.839	1.446.089	3.766.451
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.d), 4 e 8	-	405.684	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 9	58.659.323	75.349.624	145.779.175
Total de activos correntes		<u>71.658.025</u>	<u>84.340.493</u>	<u>158.567.805</u>
Total do activo		<u>1.531.906.468</u>	<u>1.396.872.270</u>	<u>1.572.243.911</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.o) e 11	(6.036.026)	(8.938.165)	(8.938.165)
Reservas	1.n)	777.052.395	793.660.832	794.137.940
Resultado líquido do período		21.366.009	4.824.800	(15.334.817)
Total do capital próprio		<u>1.158.629.246</u>	<u>1.155.794.335</u>	<u>1.136.111.826</u>
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 12.a)	355.086.523	147.082.979	373.680.136
Provisões para outros riscos e encargos	1.j) e 13	26.206	23.706	23.706
Outros passivos não correntes	1.l), 1.m) e 1.r)	266.125	161.553	129.379
Total de passivos não correntes		<u>355.378.854</u>	<u>147.268.238</u>	<u>373.833.221</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 4, e 12.b)	14.465.000	88.319.012	17.860.473
Outras dívidas a terceiros	4	1.370.573	1.432.669	41.292.121
Outros passivos correntes	1.j), 1.m) e 1.r)	2.062.795	4.058.016	3.146.270
Total de passivos correntes		<u>17.898.368</u>	<u>93.809.697</u>	<u>62.298.864</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>1.531.906.468</u>	<u>1.396.872.270</u>	<u>1.572.243.911</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008 e 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

George Christopher Lawrie

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gille Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZA

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Junho de 2008	Abril a Junho de 2008 (Não auditado)	Junho de 2007	Abril a Junho de 2007 (Não auditado)	Dezembro de 2007
Prestações de serviços	3.570.351	1.918.744	3.032.468	1.518.777	6.776.984
Outros proventos operacionais	20.138	1.300	184.737	115.910	24.183.266
	3.590.489	1.920.044	3.217.205	1.634.687	30.960.250
Fornecimentos e serviços externos	14 (1.562.232)	(875.751)	(2.856.864)	(1.016.616)	(4.658.695)
Custos com o pessoal	(2.363.018)	(995.623)	(2.524.080)	(1.325.636)	(5.170.239)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 1.q), 2 e 3 (46.878)	(23.313)	(34.964)	(17.958)	(72.718)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.q) e 13 (2.653)	(153)	-	-	-
Outros custos operacionais	(30.787)	(16.646)	(35.044)	(20.097)	(76.530)
	(4.005.568)	(1.911.486)	(5.450.952)	(2.380.307)	(9.978.182)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	15 16.841.093	16.841.093	4.592.872	-	(43.481.386)
Outros custos financeiros	1.c), 1.h), 1.q) e 15 (9.318.913)	(4.806.798)	(5.408.442)	(2.799.471)	(13.283.729)
Outros proventos financeiros	15 14.265.251	(13.804.359)	7.878.444	4.068.301	20.460.321
Resultados correntes	21.372.352	(1.761.506)	4.829.127	523.210	(15.322.726)
Imposto sobre o rendimento	1.k) e 7 (6.343)	22.755	(4.327)	(2.210)	(12.091)
Resultado líquido do período	21.366.009	(1.738.751)	4.824.800	521.000	(15.334.817)
Resultados por acção	18				
Incluindo operações em descontinuação					
Básicos	0,06	(0,00)	0,01	0,00	(0,04)
Diluídos	0,06	(0,00)	0,01	0,00	(0,04)
Excluindo operações em descontinuação					
Básicos	0,06	(0,00)	0,01	0,00	(0,04)
Diluídos	0,06	(0,00)	0,01	0,00	(0,04)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008 e 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

George Christopher Lawrie

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gille Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	2008										
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Reservas							Resultado líquido	Total
			Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo a Médio Prazo	de ações próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas		
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	366.246.868	(8.938.165)	775.290.377	1.002.287	304.296	8.938.165	412.910	8.189.905	794.137.940	(15.334.817)	1.136.111.826
Aplicação do resultado líquido de 2007	-	-	-	-	-	-	-	(15.334.817)	(15.334.817)	15.334.817	-
Resultado líquido do semestre findo em 30 de Junho de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.366.009	21.366.009
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	4.275.838	-	-	-	(4.275.838)	-	2.073.732	(2.202.106)	-	2.073.732
Aquisição de ações próprias	-	(1.373.699)	-	-	-	1.373.699	-	(1.373.699)	-	-	(1.373.699)
Reservas de cobertura	-	-	-	-	-	-	755.674	-	755.674	-	755.674
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	(304.296)	-	-	-	(304.296)	-	(304.296)
Saldo em 30 de Junho de 2008	366.246.868	(6.036.026)	775.290.377	1.002.287	-	6.036.026	1.168.584	(6.444.879)	777.052.395	21.366.009	1.158.629.246

	2007										
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Reservas							Resultado líquido	Total
			Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo a Médio Prazo	de ações próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas		
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	366.246.868	-	775.290.377	559.078	108.132	-	-	8.449.654	784.407.241	9.121.626	1.159.775.735
Aplicação do resultado líquido de 2006	-	-	-	443.209	-	-	-	8.678.417	9.121.626	(9.121.626)	-
Resultado líquido do semestre findo em 30 de Junho de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.824.800	4.824.800
Aquisição de ações próprias	-	(8.938.165)	-	-	-	8.938.165	-	(8.938.165)	-	-	(8.938.165)
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	131.965	-	-	-	131.965	-	131.965
Saldo em 30 de Junho de 2007	366.246.868	(8.938.165)	775.290.377	1.002.287	240.097	8.938.165	-	8.189.905	793.660.832	4.824.800	1.155.794.335

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008 e 2007.

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

	<u>30 de Junho de 2008</u>		<u>30 de Junho de 2007</u>	
Actividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal				
		<u>(3.295.786)</u>		<u>(2.758.996)</u>
Fluxo gerado pelas operações		<u>(3.295.786)</u>		<u>(2.758.996)</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(383.651)		(248.743)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais		<u>4.970.923</u>		<u>(9.399.261)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>1.291.487</u>	1.291.487	<u>(12.407.000)</u>
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros		16.672.929		106.253.492
Imobilizações corpóreas		-		41
Juros e proveitos similares		12.435.241		5.308.392
Dividendos recebidos		<u>21.414.813</u>	<u>50.522.983</u>	<u>4.592.872</u>
				116.154.797
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros		(44.325.000)		-
Imobilizações corpóreas		(10.438)		(22.093)
Imobilizações incorpóreas		(140)		(315)
Empréstimos concedidos		<u>(62.877.000)</u>	<u>(107.212.578)</u>	<u>(107.622.327)</u>
				(107.644.735)
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(56.689.594)</u>		<u>8.510.062</u>
Actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos concedidos		-		1.569.012
				1.569.012
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares		(9.452.570)		(4.357.812)
Aquisição de acções próprias		(1.373.699)		(8.938.165)
Empréstimos obtidos		<u>(20.792.001)</u>	<u>(31.618.270)</u>	<u>(13.295.977)</u>
				(11.726.965)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(31.618.270)</u>		<u>(11.726.965)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		<u>(87.016.378)</u>		<u>(15.623.903)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-		-
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		<u>(145.675.701)</u>		<u>(90.973.527)</u>
Caixa e seus equivalentes no final do período		<u><u>58.659.323</u></u>		<u><u>75.349.624</u></u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008 e 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

George Christopher Lawrie

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gille Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

	<u>30 de Junho de 2008</u>	<u>30 de Junho de 2007</u>
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Quantia de outros activos e passivos adquiridos		
Concessão de prestações acessórias à Sonaetelecom BV	40.000.000	-
Concessão de prestações acessórias à Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações	4.325.000	-
	<u>44.325.000</u>	<u>-</u>
b) Recebimento (correção ao preço) de aquisições efectuadas em anos anteriores		
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda.	1.496.920	
c) Quantia de outros activos e passivos alienados		
Devolução de prestações acessórias pela Sonae Telecom S.G.P.S., S.A.	15.176.009	-
Ações da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.		106.253.492
	<u>16.672.929</u>	<u>106.253.492</u>
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	9.227	10.047
Depósitos à ordem	94.096	49.573
Aplicações de Tesouraria	58.556.000	75.290.004
Depósitos à ordem (saldo credores)	-	-
Caixa e seus equivalentes	<u>58.659.323</u>	<u>75.349.624</u>
Depósitos à ordem (saldo credores)	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	58.659.323	75.349.624
3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	127.500.000	90.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008 e 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

George Christopher Lawrie

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gille Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

13.4 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008 e 2007

(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.

- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.(Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações financeiras tiveram por base a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

As seguintes normas e interpretações foram emitidas mas a sua aplicação não é ainda obrigatória ou a sua ratificação pela União Europeia ainda não ocorreu:

- Revisão e Emenda da IAS 1 – “Apresentação de Demonstrações Financeiras” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 16 – “Activos Fixos Tangíveis” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 19 – “Benefício dos Empregados” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 20 – “Subsídios” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas” – (obrigatória a 1 de Janeiro e a 1 de Julho de 2009);
- Emenda à IAS 28 – “Investimentos em Associadas” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 29 – “Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 31 – “Interesses em Empreendimentos Conjuntos” – (obrigatória a 1 de Janeiro e a 1 de Julho de 2009);
- Emenda à IAS 32 – “Instrumentos financeiros: Apresentação” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 36 – “Imparidade dos Activos” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 38 – “Activos Intangíveis” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 39 – “Instrumentos Financeiros” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 40 – “Propriedades de Investimento” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IAS 41 – “Agricultura” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IFRS 1 – “Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Emenda à IFRS 2 – “Pagamento com Base em Acções” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- Revisão da IFRS 3 – “Concentrações empresariais” – (obrigatória a 1 de Julho de 2009);
- Emenda à IFRS 5 – “Activos não correntes Disponíveis para Venda e Operações em Descontinuação” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- IFRS 8 – “Segmentos Operacionais” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- IFRIC 12 – “Acordos sobre Serviços de Concessão” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008 mas ainda não endossada pela União Europeia);
- IFRIC 13 – “Programas de Fidelização de Clientes” – (obrigatória a 1 de Julho de 2008);
- IFRIC 14 – “IAS 19 – Os limites de um plano de benefícios definidos” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008 mas ainda não endossada pela União Europeia);
- IFRIC 15 – “Acordos para Construção de Imóveis” – (obrigatória a 1 Janeiro de 2009);
- IFRIC 16 – “Cobertura para Investimentos Líquidos em Operações no Exterior” – (obrigatória a 1 Outubro de 2008).

A adopção destas normas e interpretações não terão efeitos materiais nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções - Obras em edifícios alheios	10 - 20
Equipamento básico	1 - 8
Ferramentas e utensílios	2
Equipamento administrativo	1 - 10
Outras imobilizações corpóreas	1

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

b) Imobilizações incorpóreas

As 'imobilizações incorpóreas' encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. As 'imobilizações incorpóreas' só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, software e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros activos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros activos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são considerados parte integrante do respectivo custo de aquisição.

d) Investimentos

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

- a) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'
Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfaseamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

- b) 'Empréstimos e contas a receber'
'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída na rubrica de 'Outras dívidas de terceiros'.

- c) 'Investimentos detidos até ao vencimento'
Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

- d) 'Investimentos disponíveis para venda'
Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada (queda superior a 25% durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o impacto do desconto.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos imobilizados.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são possíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo “custo amortizado”. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo como método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados (“cash flow hedges”) utilizados pela Empresa respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

j) Provisões e contingências

As ‘provisões’ são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tiver sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

k) Imposto sobre o rendimento

O ‘imposto sobre o rendimento’ do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12.

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuada na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

I) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos correntes', 'Outros activos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

m) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'impostos diferidos' e as 'provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 7 e 13).

n) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2, a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. i), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As reservas de acções próprias reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, a 30 de Junho de 2008, a Sonaecom, não dispunha de reservas que, pela sua natureza, fossem consideradas distribuíveis.

o) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

p) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registados como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

	2008		2007	
	30.06.08	Média	30.06.07	Média
Libra inglesa	1,26223	1,29082	-	-
Real brasileiro	0,39822	0,38563	0,38426	0,36805
Dólar americano	0,63436	0,65407	-	-
Zloti (Polónia)	0,29839	0,28668	-	-
Dólar australiano	0,61084	0,60473	-	-

q) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Imobilizado, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa e corroborados por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

r) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – Pagamento com Base em Acções.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- a) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- b) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- c) O efeito líquido dos registos referidos em a) e b) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- d) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratasse de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 30 de Junho de 2008, apenas um dos planos de acções Sonaecom em aberto estava coberto através da detenção de acções próprias. Os restantes dois planos não se encontravam cobertos. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, a Empresa efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, o Conselho de Administração da Sonaecom alterou a forma de liquidação dos seus planos de acções Sonaecom que eram liquidados em acções e passaram a ser liquidados em numerário, conforme opção prevista em tais planos.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

t) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos activos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

u) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.i)).

Risco de mercado

a. Risco de taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

Considerando os reduzidos valores de activos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b. Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;

- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do período. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

c. Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- i. Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- ii. Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- iii. Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos pela Empresa, é apresentada na Nota 12, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

d. Risco de Crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

2. Imobilizações corpóreas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2008						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2007	321.863	25.444	171	211.689	103	559.270
Adições	24.638	2.827	-	7.472	-	34.937
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 30.06.2008	346.501	28.271	171	219.161	103	594.207
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2007	227.887	2.330	7	147.473	11	377.708
Amortizações do semestre	16.194	2.726	43	16.163	54	35.180
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 30.06.2008	244.081	5.056	50	163.636	65	412.888
Valor líquido	102.420	23.215	121	55.525	38	181.319
2007						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2006	313.312	4.365	-	157.283	-	474.960
Adições	8.388	-	-	26.996	2	35.386
Alienações	-	-	-	(2.372)	-	(2.372)
Transferências e abates	-	-	-	-	(2)	(2)
Saldo final em 30.06.2007	321.700	4.365	-	181.907	-	507.972
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2006	196.720	1.098	-	136.111	-	333.929
Amortizações do semestre	15.405	436	-	7.090	-	22.931
Alienações	-	-	-	(2.372)	-	(2.372)
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 30.06.2007	212.125	1.534	-	140.829	-	354.488
Valor líquido	109.575	2.831	-	41.078	-	153.484

3. Imobilizações incorpóreas

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2008				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2007	6.509	168.027	13.917	188.453
Adições	140	-	-	140
Saldo final em 30.06.2008	6.649	168.027	13.917	188.593
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2007	4.844	112.488	-	117.332
Amortizações do semestre	396	11.302	-	11.698
Saldo final em 30.06.2008	5.240	123.790	-	129.030
Valor líquido	1.409	44.237	13.917	59.563

2007				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2006	4.982	167.051	13.917	185.950
Adições	317	-	-	317
Saldo final em 30.06.2007	5.299	167.051	13.917	186.267
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2006	4.203	88.936	-	93.139
Amortizações do semestre	307	11.726	-	12.033
Saldo final em 30.06.2007	4.510	100.662	-	105.172
Valor líquido	789	66.389	13.917	81.095

O valor registado em Imobilizado em curso corresponde a projectos de desenvolvimento de software.

4. Classes de Instrumentos financeiros

A 30 de Junho de 2008 e 2007, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

2008							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes	-	561.911.005	-	-	561.911.005	-	561.911.005
	-	561.911.005	-	-	561.911.005	-	561.911.005
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros	-	6.234.370	-	-	6.234.370	1.394.493	7.628.863
Caixa e equivalentes de caixa	-	58.659.323	-	-	58.659.323	-	58.659.323
	-	64.893.693	-	-	64.893.693	1.394.493	66.288.186
2007							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes	-	488.106.626	-	-	488.106.626	-	488.106.626
	-	488.106.626	-	-	488.106.626	-	488.106.626
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros	-	4.152.374	-	-	4.152.374	2.986.722	7.139.096
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	405.684	-	-	-	405.684	-	405.684
Caixa e equivalentes de caixa	-	75.349.624	-	-	75.349.624	-	75.349.624
	405.684	79.501.998	-	-	79.907.682	2.986.722	82.894.404
2008							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	-	(1.168.584)	356.255.107	-	355.086.523	-	355.086.523
	-	(1.168.584)	356.255.107	-	355.086.523	-	355.086.523
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	14.465.000	-	14.465.000	-	14.465.000
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	1.022.081	1.022.081	348.492	1.370.573
	-	-	14.465.000	1.022.081	15.487.081	348.492	15.835.573

2007							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo							
líquidos da parcela de curto prazo	-	-	147.082.979	-	147.082.979	-	147.082.979
	-	-	147.082.979	-	147.082.979	-	147.082.979
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	-	-	88.319.012	-	88.319.012	-	88.319.012
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	1.275.817	1.275.817	156.851	1.432.669
	-	-	88.319.012	1.275.817	89.594.829	156.851	89.751.681

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem integralmente constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2008	2007
Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A. ("Sonaecom SC", ex Novis Telecom, S.A.)	749.628.393	141.872.488
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	105.799.987	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	4.209.902
Sonae.com – Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae.com SI")	26.641.587	26.641.587
Telemilénio, Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Tele 2")	13.076.489	-
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Sonaecom BV	100.000	100.000
Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	50.000	-
Optimus Telecomunicações S.A. ("Optimus")	-	551.255.906
Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Matrix")	-	40.782.208
	<u>944.074.458</u>	<u>875.230.178</u>
Perdas de imparidade (Nota 13)	(45.977.902)	(51.039.606)
Total de investimentos em empresas do Grupo	<u>898.096.556</u>	<u>824.190.572</u>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, foram como segue:

Empresa	Saldo				Saldo 30-06-2008
	31-12-2007	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonaecom SC	749.628.393	-	-	-	749.628.393
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	-	-	-	44.209.902
Sonae.com SI	26.641.587	-	-	-	26.641.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Tele 2	178.409	-	(868.135)	13.766.215	13.076.489
Sonaecom BV	100.000	-	-	-	100.000
Be Artis	50.000	-	-	-	50.000
	<u>931.176.378</u>	<u>-</u>	<u>(868.135)</u>	<u>13.766.215</u>	<u>944.074.458</u>
Imparidades	(10.448.903)	-	-	(35.528.999)	(45.977.902)
	<u>920.727.475</u>	<u>-</u>	<u>(868.135)</u>	<u>(21.762.784)</u>	<u>898.096.556</u>

Empresa	Saldo				Saldo 30-06-2007
	31-12-2006	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonaecom SC	141.872.488	-	-	-	141.872.488
Optimus	551.255.906	-	-	-	551.255.906
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	4.209.902	-	-	-	4.209.902
Sonae Matrix	40.782.208	-	-	-	40.782.208
Sonae.com SI	26.641.587	-	-	-	26.641.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Sonaecom BV	100.000	-	-	-	100.000
	<u>875.230.178</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>875.230.178</u>
Imparidades	(22.573.509)	-	-	(28.466.097)	(51.039.606)
	<u>852.656.669</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.466.097)</u>	<u>824.190.572</u>

A 2 de Novembro de 2007 ocorreu a fusão por incorporação da Optimus Telecomunicações, S.A. na Novis Telecom, S.A., que posteriormente alterou a sua designação social para Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A..

O valor de 13.766.215 Euros de Transferências corresponde à utilização de Prestações acessórias para cobertura de prejuízos na subsidiária Tele 2. O montante de 868.135 Euros registado em Diminuições deve-se a uma correcção ao preço de aquisição da Tele2, ocorrido durante o semestre findo em 30 Junho de 2008.

Durante o semestre findo a 30 de Junho de 2008, o montante de 35.528.999 Euros em Transferências, corresponde à reclassificação para a rubrica 'Imparidades em investimentos em empresas do grupo', da rubrica 'Imparidades em outros activos não correntes' (Notas 6 e 13).

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2008, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de activo consolidado de 1.795.509.052 Euros, um passivo consolidado de 873.894.514 Euros, proveitos operacionais consolidados de 479.913.633 Euros e capitais próprios consolidados de 921.614.538 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo (atribuível a accionistas da empresa mãe – Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o semestre findo em 30 de Junho de 2008 de 12.227.592 Euros.

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, as filiais e associadas detidas directamente pela Empresa são as seguintes:

Empresa	Sede	2008			2007		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Sonaecom SC (ex Novis Telecom, S.A.)	Maia	53,54%	477.068.175	(13.041.294)	58,33%	12.066.911	(10.622.041)
Optimus	Maia	-	-	-	50,94%	398.174.740	7.755.211
Sonae Telecom	Maia	100%	175.000.345	15.171.561	100%	217.212.299	4.424.887
Sonae Matrix	Maia	-	-	-	100%	90.312.394	(56.203)
Sonaecom SI	Maia	100%	46.808.168	12.082	100%	44.009.227	10.364.289
Miauger	Maia	100%	900.258	451.478	100%	333.815	119.984
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	2.601.897	(966.105)	100%	5.669.335	(1.710.126)
Tele 2	Lisboa	100%	(1.325.371)	775.779	-	-	-
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	(11.677.282)	254.677	100%	(9.131.472)	(669.024)
Be Artis (ex Optimus Artis)	Maia	100%	1.777.158	1.747.328	-	-	-

Em 30 de Junho de 2008, a Sonaecom detinha indirectamente, através da Sonae Telecom e da Sonaecom BV, participações adicionais na Sonaecom - Serviços de Comunicações de 37,94% e 8,52% respectivamente.

6. Outros activos não correntes

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008	2007
ACTIVOS FINANCEIROS:		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Sonaecom SC (ex Novis)	228.795.000	82.040.000
Be Artis	135.860.000	-
Sonaecom BV	116.127.000	120.660.000
Sonaetelecom BV	35.725.000	46.390.000
Tele 2	961.782	50.000
Sonae.com SI	390.000	150.000
	<u>517.858.782</u>	<u>249.290.000</u>
Prestações acessórias:		
Sonae.com SI	33.574.188	33.574.188
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	107.414.467
Be Artis	4.325.000	-
Sonae Matrix	-	70.327.971
Sonaecom SC (ex Novis)	-	27.500.000
	<u>53.687.646</u>	<u>238.816.626</u>
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	<u>(9.635.423)</u>	<u>-</u>
	<u>561.911.005</u>	<u>488.106.626</u>

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 5,175% e 4,796% respectivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

O aumento dos empréstimos concedidos à Sonaecom SC resultou do facto da Empresa ter concentrado em si o financiamento externo do Grupo Sonaecom, colocando o financiamento nas subsidiárias através de suprimentos.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efectuado durante o semestre no montante de 4.573.720 Euros (Notas 13 e 15) e de transferências oriundas da rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

7. Impostos diferidos activos

Em 30 de Junho de 2008, as situações geradoras de activos por impostos diferidos são como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Ajustamentos para IAS/ IFRS	Provisões não aceites	Total	Activos por impostos diferidos
2001	-	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	23.608.725	-	11.431.819	35.040.544	8.931.613
2003	-	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	2.176.736	-	(3.033.899)	(857.163)	(259.799)
2006	24.341.554	(257.438)	(149.858)	23.934.258	5.977.455
2007	54.563.604	81.031	(537.036)	54.107.599	13.520.060
2008	-	43.500	4.573.720	4.617.220	1.223.564
	104.690.619	(132.907)	56.565.508	161.123.220	41.127.295

Por razões de prudência, uma vez que não é segura a sua recuperação, a Empresa não registou os activos por impostos diferidos correspondentes aos prejuízos fiscais reportáveis e às diferenças temporárias, que ascenderiam a 41.127.295 Euros.

Em 30 de Junho de 2008, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos activos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2000 e cinco anos após essa data), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2004 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2008.

8. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	2008	2007
Saldo inicial	-	849.375
Aquisições no semestre	-	-
Alienações no semestre	-	(738.634)
Aumentos/diminuições para o justo valor (Nota 15)	-	294.943
	-	405.684

Em 30 de Junho de 2007, os Investimentos registados ao justo valor através de resultados correspondiam a 193.183 acções da Sonae, S.G.P.S., S.A. adquiridas para cumprir com obrigações futuras relacionadas com os Planos de Incentivo de Médio Prazo e estavam registados com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2008	2007
Numerário	9.227	10.047
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	94.096	49.573
Aplicações de tesouraria	58.556.000	75.290.004
	<u>58.659.323</u>	<u>75.349.624</u>

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2008	2007
Cedência de fundos à Sonae SGPS	-	69.420.004
Aplicações bancárias de curto prazo:		
Sonaecom - Serviços de Comunicações (ex Novis)	41.626.000	-
Wedo	12.125.000	-
Público	2.775.000	5.870.000
Tele 2	1.240.000	-
Banco Espírito Santo	495.000	-
Banco Santander Totta	295.000	-
	<u>58.556.000</u>	<u>75.290.004</u>

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, venceram juros a uma taxa média de 5,052% (4,285% em 2007).

10. Capital social

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais nominativas (ao portador em 2007), com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2008		2007	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	194.423.837	53,09%	183.489.681	50,10%
Acções dispersas em Bolsa	70.782.961	19,33%	81.411.344	22,23%
Wirefree Services Belgium, S.A.	70.276.868	19,19%	70.276.868	19,19%
093X (EDP)	29.150.000	7,96%	29.150.000	7,96%
Acções próprias	1.588.553	0,43%	1.894.326	0,52%
Sonae	23.649	0,01%	23.649	0,01%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>	<u>366.246.868</u>	<u>100,00%</u>

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom correspondem a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

11. Acções próprias

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 925.773 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o semestre a Empresa adquiriu 620.000 novas acções (a um preço médio de 2,22 Euros), detendo no final do semestre 1.588.553 acções próprias representativas de 0,43% do seu capital social, a um preço médio de 3,80 Euros.

12. Empréstimos

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2008	2007
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(2.661.755)	(3.132.146)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	200.067	215.125
Justo valor do Swap	-	-	-	(542.778)	-
				<u>146.995.534</u>	<u>147.082.979</u>
Papel Comercial	250.000.000	Jul-12	-	207.500.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(448.392)	-
Juros corridos não vencidos	-	-	-	1.665.187	-
Justo valor do Swap	-	-	-	(625.806)	-
				<u>208.090.989</u>	<u>-</u>
				<u>355.086.523</u>	<u>147.082.979</u>

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em Setembro de 2007, a subsidiária Optimus – Telecomunicações, S.A. procedeu à amortização do seu financiamento junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de cerca 324 milhões de Euros.

A contratação deste financiamento ao nível da Sonaecom permitiu assim um alargamento significativo da maturidade da dívida contratada, a eliminação de um conjunto de limitações contratuais, financeiras e operacionais, impostas pelo anterior financiamento sindicado da Optimus e uma melhor eficiência na gestão da liquidez consolidada.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros. Deste modo, estima-se que o justo valor destes empréstimos não difira significativamente do respectivo valor de mercado.

O *spread* aplicável nos financiamentos de médio e longo prazo pode variar entre os 22,5 e os 87,5 pontos base.

Os empréstimos acima não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo destes empréstimos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, as dívidas a instituições de crédito, relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

2008						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	150.000.000	-
Juros	9.153.050	9.153.050	9.153.050	9.178.058	8.902.967	-
Papel Comercial						
Amortização	-	-	57.500.000	-	150.000.000	-
Juros	9.781.390	9.781.390	8.669.902	7.149.334	605.545	-
	<u>18.934.440</u>	<u>18.934.440</u>	<u>75.322.952</u>	<u>16.327.392</u>	<u>309.508.512</u>	<u>-</u>

2007						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	-	150.000.000
Juros	7.765.718	7.744.500	7.744.500	7.744.500	7.765.718	7.553.540
	<u>7.765.718</u>	<u>7.744.500</u>	<u>7.744.500</u>	<u>7.744.500</u>	<u>7.765.718</u>	<u>157.553.540</u>

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos.

À data de 30 de Junho de 2008 e 2007, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa são como segue:

2008						
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
Sonaecom	Papel Comercial	250.000.000	207.500.000	42.500.000		x
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000		x
Sonaecom	Conta caucionada	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
		<u>485.000.000</u>	<u>357.500.000</u>	<u>127.500.000</u>		

2007						
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000		x
Sonaecom	Conta caucionada	20.000.000	-	20.000.000	x	
		<u>240.000.000</u>	<u>150.000.000</u>	<u>90.000.000</u>		

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro existentes em 30 de Junho de 2008 eram os seguintes:

Empresa	Financiamento coberto	Montante nocional	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos instrumentos financeiros
Sonaecom	Papel Comercial	110.000.000	Mar-09	Euribor 6m	4,365%	(625.806)
Sonaecom	Empréstimo Obrigacionista	75.000.000	Jun-09	Euribor 6m	4,565%	(542.778)
						<u>(1.168.584)</u>

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o

risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. Esta tranche irá ser renovada pelo mesmo montante e por períodos iguais, pelo menos, até 13 de Março de 2009, ou seja, até à data de maturidade deste novo swap de taxa de juro.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. Os pagamentos de juros do empréstimo obrigacionista e do swap ocorrem simultaneamente, sendo estes últimos efectuados pelo montante líquido.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, o movimento ocorrido nos justos valores dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 156.702 Euros, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 598.972 Euros, foram registados em Reservas por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Pela via da contratação dos referidos instrumentos financeiros derivados, a 30 de Junho de 2008, cerca de 52% da dívida bruta encontra-se, de forma indirecta, sujeita a taxas de juro fixas. Os restantes 48% da dívida bruta encontram-se expostos a alterações nas taxas de juro do mercado.

b. Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

A rubrica de empréstimos de curto prazo e outros empréstimos em 30 de Junho de 2008 e 2007, no montante de 14.465.000 Euros e 88.319.012 Euros, respectivamente, era composta por aplicações de tesouraria recebidas de empresas filiais como segue:

	2008	2007
Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	6.250.000	11.155.000
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket")	2.660.000	1.490.000
Sonae.com SI	2.620.000	-
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	1.940.000	-
Miauger	615.000	370.000
Sonae Telecom	380.000	4.424.012
Optimus	-	61.860.000
WeDo	-	9.020.000
	<u>14.465.000</u>	<u>88.319.012</u>

As aplicações de tesouraria de Empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a três meses e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 4,226% (3,825% em 2007).

13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Rubricas	2008					Saldo Final
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Utilização	Redução	
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	806	153	-	-	-	959
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Nota 5)	10.448.902	-	35.529.000	-	-	45.977.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 15)	40.590.703	4.573.720	(35.529.000)	-	-	9.635.423
Provisões para outros riscos e encargos	23.706	2.500	-	-	-	26.206
	<u>51.064.117</u>	<u>4.576.373</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.640.490</u>

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com excepção dos incrementos em perdas de imparidade em outros activos não correntes que dada a sua natureza são registados por

contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo'.

Rubricas	Saldo inicial	2007				Saldo Final
		Aumentos	Transferências	Utilização	Redução	
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	806	-	-	-	-	806
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Nota 5)	22.573.509	-	28.466.097	-	-	51.039.606
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 15)	28.466.097	-	(28.466.097)	-	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	31.979	-	-	-	(8.273)	23.706
	<u>51.072.391</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.273)</u>	<u>51.064.118</u>

14. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de Junho de 2008 e 2007, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2008	2007
Trabalhos especializados	843.943	1.730.809
Deslocações e estadas	207.911	171.554
Rendas e alugueres	161.952	185.290
Honorários	148.689	243.394
Outros fornecimentos e serviços externos	199.736	525.816
	<u>1.562.232</u>	<u>2.856.864</u>

15. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, têm a seguinte composição:

	2008	2007
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5 e 13)	(4.573.720)	-
Ganhos relativos a empresas do Grupo	21.414.813	4.592.872
	<u>16.841.093</u>	<u>4.592.872</u>
Outros custos financeiros:		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	(4.616.665)	(3.594.800)
Outros empréstimos	(4.651.625)	(1.453.647)
Descobertos bancários e outros	(38.236)	(34.460)
	<u>(9.306.525)</u>	<u>(5.082.907)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(13)
Outros custos financeiros		
Encargos de emissão de dívida	-	(241.157)
Outros	(12.388)	(84.365)
	<u>(12.388)</u>	<u>(325.522)</u>
	<u>(9.318.913)</u>	<u>(5.408.442)</u>
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	14.264.720	7.578.540
Diferenças de câmbio favoráveis	531	4.961
Ajustamento para o justo valor de investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 8)	-	294.943
	<u>14.265.251</u>	<u>7.878.444</u>

Em 30 de Junho de 2008, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A.. Em 30 de Junho de 2007, esta rubrica respeitava a dividendos recebidos da filial Optimus.

16. Entidades relacionadas

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

Saldos a 30 de Junho de 2008					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Sonaecom Serviços de Comunicações (ex Novis)	3.812.008	146.489	41.626.000	3.452.613	228.795.000
Sonaecom BV	1.572.417	80.000	-	402.092	116.127.000
Be Artis	706.063	488	-	524.306	135.860.000
Sonaetelecom BV	474.017	-	-	161.939	35.725.000
MCH SGPS	88.219	4.838	-	-	-
Público	16.186	363	2.775.000	36.348	-
Tele 2	15.215	-	1.240.000	4.379	961.782
Wedo	11.263	-	12.125.000	405.180	-
Sonaecom SI	9.861	4.766	-	(61.343)	(2.230.000)
Outros	65.680	228.195	-	(195.891)	(11.845.000)
	<u>6.770.929</u>	<u>465.139</u>	<u>57.766.000</u>	<u>4.729.623</u>	<u>503.393.782</u>

Saldos a 30 de Junho de 2007					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Sonaecom BV	1.490.064	80.000	-	506.169	120.660.000
Novis	1.170.528	1.536	-	209.508	81.902.500
Sonaetelecom BV	746.917	-	-	194.607	46.390.000
Optimus	598.228	161.628	-	(1.321.428)	(61.860.000)
Público	37.354	363	5.870.000	62.499	-
Sonae	-	-	69.420.004	136.975	-
Outros	28.816	8.288	-	(615.699)	(26.259.012)
	<u>4.071.907</u>	<u>251.816</u>	<u>75.290.004</u>	<u>(827.370)</u>	<u>160.833.488</u>

Transacções a 30 de Junho de 2008				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonaecom Serviços de Comunicações (ex Novis)	3.402.460	680.720	7.990.544	5.983
Público	82.220	2.121	66.853	635
Wedo	55.850	-	295.197	900
Be Artis	-	684	1.362.688	(413)
Sonaecom BV	-	-	3.150.633	-
Star-Viagens e Turismo	-	165.804	-	-
Sonaetelecom BV	-	-	904.315	-
Outros	29.820	9.634	(285.291)	13.543
	<u>3.570.351</u>	<u>858.963</u>	<u>13.484.939</u>	<u>20.648</u>

Transacções a 30 de Junho de 2007				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	2.125.000	430.881	(1.191.959)	112.935
Novis	750.000	(27.065)	1.837.016	27.337
Público	82.500	41.359	86.566	5.838
Wedo	40.000	(2.018)	(153.620)	4.615
Sonae	-	1.400	1.298.084	-
Sonaecom BV	-	-	2.855.422	-
Sonaetelecom BV	-	-	1.471.513	-
Outros	18.904	(6.932)	(79.982)	9.910
	<u>3.016.404</u>	<u>437.625</u>	<u>6.123.040</u>	<u>160.633</u>

17. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Junho de 2008 e 2007, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2008	2007
BBVA – Portugal, ING Belgium Portugal e Millennium BCP	Papel comercial	320.000.000	70.000.000
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	5.499.720	2.096.589
		<u>325.499.720</u>	<u>72.096.589</u>

18. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do semestre (21.366.009 Euros em 2008 e 4.824.800 Euros em 2007) pelo número médio de acções existente durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 deduzidas das acções próprias (364.658.315 em 2008 e 364.983.984 em 2007).

19. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período. Em alguns dos planos, os beneficiários podiam optar entre opções ou acções. A valorização dos planos de opções é efectuada com base no modelo de Black Scholes.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		Período de exercício		30-Jun-08	
		Data de atribuição	Data de vencimento	De	Até	Número agregado de participantes	Número de opções /acções
Acções Sonaecom							
Plano 2005	4,093	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-	20	86.440
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-	20	116.911
Plano 2007	2,447	10-Mar-08	09-Mar-11	-	-	20	261.501
Acções Sonae SGPS							
Plano 2005	1,34	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-	4	93.747
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-	4	118.675
Plano 2007	1,16	10-Mar-08	09-Mar-11	-	-	5	222.219

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a : Sonaecom - cotação média entre os dias 3 de Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2007				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	59	313.162	12	313.462
Total	59	313.162	12	313.462
Movimentos no ano				
Atribuídas	20	261.501	5	216.103
Vencidas	(18)	(105.455)	(4)	(151.936)
Vencidas antecipadamente	-	-	-	-
Exercíveis	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-
Canceladas/Extintas/Corrigidas*	(1)	(4.356)	-	57.012
Saldo a 30.06.2008				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	60	464.852	13	434.641
Total	60	464.852	13	434.641

* As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade, calculada com base na cotação à data de balanço, é de 308.135 Euros e foi registada nas rubricas 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado e registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', no valor de 229.766 Euros.

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no semestre findo em 30 de Junho de 2008, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	3.179.083
Custos reconhecidos no exercício	267.936
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.239.310)
Custos de planos exercidos no exercício	(669.808)
	537.901
Registados em Outros passivos correntes	271.776
Registados em Outros passivos não correntes	266.125

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008, o Conselho de Administração da Sonaecom alterou a forma de liquidação dos seus planos de acções Sonaecom que eram liquidados em acções e passaram a ser liquidados em numerário, conforme opção prevista em tais planos.

20. Outros assuntos

Em processo arbitral, que opôs a Maxistar aos restantes accionistas da Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. (na altura, Optimus) - por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, a Maxistar foi condenada a pagar aos outros accionistas da Optimus a importância total de 2.344.350 Euros, a que acrescem juros de mora até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Maxistar propôs uma acção de anulação da decisão do tribunal a qual foi julgada improcedente na primeira instância. Dessa decisão, a Maxistar apresentou recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa.

De forma a executar a dívida da Maxistar, e depois de terem manifestado a sua preferência pelo pagamento da importância devida, alguns accionistas propuseram uma acção executiva. Ainda antes de

ter terminado a acção de anulação da decisão do tribunal arbitral, por forma a obviar ao prosseguimento da acção executiva, a Maxistar pagou a esses accionistas a quantia de 4.068.048 Euros (capital mais juros), tendo cabido à Sonaecom o valor de 2.183.899 Euros.

O tribunal da relação de Lisboa julgou integralmente improcedente o recurso de apelação apresentado pela Maxistar, confirmando a sentença recorrida.

A Maxistar apresentou recurso para o supremo Tribunal de Justiça, o qual julgou improcedente o recurso de revista interposto pela Maxistar, confirmando de novo a sentença recorrida, aguardando-se o trânsito em julgado.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 24 de Julho de 2008.

ANEXO

A 30 de Junho de 2008, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S, são como segue:

Pessoal chave gerência	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Jean François Pontal
Álvaro Cuervo Garcia	Luís Filipe Campos Dias Castro Reis
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Luís Filipe Palmeira Lampeira
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António de Sampaio e Mello	Michel Marie Bom
Belmiro de Azevedo	Miguel Nuno Santos Almeida
David Hobley	Nuno Manuel Moniz Trigosso Jordão
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
Franck Emmanuel Dangeard	Paulo Jorge Henriques Pereira
George Christopher Lawrie	Pedro Miguel Freitas Ramalho Carlos
Gervais Pellissier	

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Público – Comunicação Social, S.A.
Be Towering – Exploração de Torres de Telecomunicações, S.A.	Saphety Level – Trusted Services, S.A.
Cape AsiaPac PTY Limited	Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Cape Poland Sp. Z.o.o.	Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.
Cape Technologies (UK) Limited	Sonae.com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A.
Cape Technologies Americas, Inc	Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.
Cape Technologies Limited	Sonaecom BV
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sonaetelecom BV
M3G – Edições Digitais, S.A.	Tecnológica Telecomunicações, LTDA.
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda.
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda.
Net Mall, S.G.P.S., S.A.	Vipu Ace
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Praesidium Services Limited	We Do Technologies (UK) Limited
Praesidium Technologies Limited	Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda.

Empresas do Grupo Sonae	
3DO Holding GmbH	Agepan Flooring Products, S.A.RL
3DO Shopping Centre GmbH	Agepan Tarket Laminate Park GmbH Co. KG
3shoppings - Holding,SGPS, S.A.	Aglom Investimentos, Sgps, S.A.
Aegean Park,S.A.	Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Águas Furtadas - Imobiliária, S.A.

<p>Airone - Shopping Center, Srl ALEXA Administration GmbH ALEXA Holding GmbH ALEXA Shopping Centre GmbH Alexa Site GmbH & Co. KG Algarveshopping- Centro Comercial, S.A. Andar - Sociedade Imobiliária, S.A. Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda Aquadraia - Investimentos Turísticos, S.A. Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A. Aserraderos de Cuellar, S.A. Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,S.A. Avenida M-40 B.V. Avenida M-40,S.A. Azulino Imobiliária, S.A. Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. Best Offer-Prest. Inf. p/Internet,S.A. Bikini, Portal de Mulheres,S.A. Bloco Q-Sociedade Imobiliária,S.A. Bloco W-Sociedade Imobiliária,S.A. Boavista Shopping Centre BV Box Lines Navegação,S.A. Campo Limpo, Lda Canasta-Empreendimentos Imobiliários,S.A. Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,S.A. CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A. Casa Agrícola de Ambrães, S.A. Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A. Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,S.A. Cascaishopping- Centro Comercial, S.A. Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A. Centro Colombo- Centro Comercial, S.A. Centro Residencial da Maia,Urbán.,S.A. Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,S.A. Change, SGPS, S.A. Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,S.A. Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A. Choice Car SGPS, S.A. Cia.de Indústrias e Negócios,S.A. Cinclus Imobiliária,S.A. Citorres-Sociedade Imobiliária,S.A. Clérigosshopping- Gestão do C.Comerc.,S.A. Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.</p>	<p>Colombo Towers Holding, BV Contacto Concessões, SGPS, S.A. Contacto-SGPS,S.A. Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,S.A. Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,S.A. Continente Hipermercados, S.A. Contry Club da Maia-Imobiliária,S.A. Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A. Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. Darbo S.A.S Developpement & Partenariat Assurances, S.A. Difusão-Sociedade Imobiliária,S.A. Distrifin-Comercio y Prest.Servicios,S.A. DMJB, SGPS, S.A. Dortmund Tower GmbH Dos Mares - Shopping Centre B.V. Dos Mares-Shopping Centre, S.A. Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A. Ecociclo II - Energias, S.A. Edições Book.it, S.A. Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A. Efanor-Design e Serviços,S.A. Efanor-Indústria de Fios,S.A. El Rosal Shopping, S.A. Empreend.Imob.Quinta da Azenha,S.A. Equador & Mendes,Lda Espimaia -Sociedade Imobiliária,S.A. Estação Oriente-Gest.de Galerias Com.,S.A. Estação Viana- Centro Comercial, S.A. Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,S.A. Etablissement A. Mathe, S.A. Euro Decorative Boards,Ltd Euromegantic,Lteé Euroresinas-Indústrias Químicas,S.A. Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. Fozimo-Sociedade Imobiliária,S.A. Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A. Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l. Friengineering International Ltda Fundo de Invest. Imobiliário Imosede Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.</p>
---	--

Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.	Interlog-SGPS,S.A.
GHP Gmbh	Inventory-Acessórios de Casa,S.A.
Gli Orsi - Shopping Centre, Srl	Investalentejo, SGPS, S.A.
Global S-Hipermercado,Lda	Invsaude - Gestão Hospitalar, S.A.
Glunz AG	Ipaper-Industria Papeis Impregnados,S.A.
Glunz Service GmbH	ISF - Imobiliário, Serviços e Participaç
Glunz UK Holdings Ltd	Isoroy SAS
Glunz Uka Gmbh	KLC Holdings XII SA
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	La Farga - Shopping Center, SL
Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.	Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.
Guimarãeshopping- Centro Comercial, S.A.	Lazam Corretora, Ltda.
Hornitex Polska Sp z.o.o	Le Terrazze - Shopping Centre S.r.l.
Iberian Assets, S.A.	Lembo Services Ltd (Euro)
IGI-Investimento Imobiliário,S.A.	Libra Serviços, Lda.
Igimo-Sociedade Imobiliária,S.A.	Lidergraf - Artes Gráficas, Lda.
Iginha-Sociedade Imobiliária,S.A.	Lima Retail Park, S.A.
IM Impregnation Management GmbH	Loureshopping- Centro Comercial, S.A.
Imoareia - Invest. Turísticos, SGPS, S.A.	Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.
Imobiliária da Cacula, S.A.	Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.
Imoclub-Serviços Imobiliários,S.A.	Luz del Tajo B.V.
Imoconti- Soc.Imobiliária,S.A.	Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.
Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maiashopping- Centro Comercial, S.A.
Imoestrutura-Soc.Imobiliária,S.A.	Maiequipa-Gestão Florestal,S.A.
Imoferro-Soc.Imobiliária,S.A.	Marcas MC, ZRT
Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,S.A.	Marimo -Exploração Hoteleira Imobiliária
Imomuro-Sociedade Imobiliária,S.A.	Marina de Tróia S.A.
Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.	Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít,Lda
Imoplamac Gestão de Imóveis,S.A.	Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.
Imoponte-Soc.Imobiliária,S.A.	Martimope - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.	Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.
Imoresultado-Soc.Imobiliária,S.A.	MC Property Management S.A.
Imosedas-Imobiliária e Seviços,S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Imosistema-Sociedade Imobiliária,S.A.	Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.
Imosona II	Megantic BV
Impaper Europe GmbH & Co. KG	MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Implantação - Imobiliária, S.A.	Modalfa-Comércio e Serviços,S.A.
Infofield-Informática,S.A.	Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.
Inparsa - Gestão Galeria Comercial, S.A.	Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda
Inparvi SGPS, S.A.	Modelo Continente - Oper.Retalho SGPS,S.A.
Insulatroia - Sociedade Imobiliária, S.A.	Modelo Continente Hipermercados,S.A.
Integrum-Serviços Partilhados,S.A.	Modelo Continente, SGPS,S.A.
Interclean, S.A.	Modelo Hiper Imobiliária,S.A.

<p>Modelo Hipermercados Trading, S.A. Modelo.com-Vendas p/Correspond.,S.A. Monselice Centre Srl Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,S.A. Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A. NAB, Sociedade Imobiliária,S.A. NA-Comércio de Artigos de Desporto, S.A. NA-Equipamentos para o Lar, S.A. Net Mall SGPS, S.A.</p> <p>Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.</p> <p>Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV Norteshopping-Centro Comercial, S.A. Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Ld Nova Equador P.C.O. e Eventos Novobord (PTY) Ltd. Oeste Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A. Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A. OSB Deustchland Gmbh Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A. Pareuro, BV Pargeste SGPS, S.A. Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. Parque Atlântico Shopping - C.C., S.A. Parque D. Pedro 1 B.V. Parque D. Pedro 2 B.V. Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A. Parque Principado SL Partnergiro - Empreend. Turísticos, Lda Pátio Boavista Shopping Ltda. Pátio Campinas Shopping Ltda Pátio Goiânia Shopping Ltda Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda Pátio Penha Shopping Ltda. Pátio São Bernardo Shopping Ltda Pátio Sertório Shopping Ltda Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,S.A. PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A. PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda Plaza Eboli B.V. Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.</p>	<p>Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A. Plaza Mayor Parque de Ócio B.V. Plaza Mayor Parque de Ocio,S.A. Plaza Mayor Shopping B.V. Plaza Mayor Shopping, S.A. Ploiesti Shopping Center (Euro) Poliface Brasil, Ltda Poliface North America Porturbe-Edifícios e Urbanizações,S.A.</p> <p>Praedium II-Imobiliária,S.A.</p> <p>Praedium III-Serviços Imobiliários,S.A. Praedium SGPS, S.A. Predicomercial-Promoção Imobiliária,S.A. Prédios Privados Imobiliária,S.A. Predisedas-Predial das Sedas,S.A. Pridelease Investments, Ltd Profimetrics - Software Solutions, S.A.</p> <p>Proj. Sierra Germany 1 - Shop.C. GmbH Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl Proj.Sierra 1 - Shopping Centre GmbH Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 3 (three)-Sh.C.GmbH Proj.Sierra Hold. Portugal V, SGPS,S.A. Proj.Sierra Italy 1 -Shop.Centre Srl Proj.Sierra Italy 2 -Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl Proj.Sierra Portugal I- C.Comerc., S.A. Proj.Sierra Portugal II-C.Comerc.,S.A. Proj.Sierra Portugal III-C.Comerc.,S.A. Proj.Sierra Portugal IV-C.Comerc.,S.A. Proj.Sierra Portugal V-C.Comercial,S.A. Proj.Sierra Portugal VI-C.Comercial,S.A. Proj.Sierra Portugal VII - C. Comerc.,S.A. Proj.Sierra Portugal VIII - C.Comerc.,S.A.</p> <p>Project 4, Srl Project SC 1 BV Project SC 2 BV Project Sierra 1 B.V. Project Sierra 2 B.V. Project Sierra 3 BV</p>
---	--

Project Sierra 4 BV	SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A.
Project Sierra 5 BV	SCS Beheer,BV
Project Sierra 6 BV	Selfrio,SGPS,S.A.
Project Sierra 7 BV	Selfrio-Engenharia do Frio,S.A.
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Selifa-Empreendimentos Imobiliários,S.A.
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades , Lda
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	Serra Shopping - Centro Comercial, S.A.
Project Sierra Italy 5 Srl	Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,S.A.
Project Sierra One Srl	Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,S.A.
Project Sierra Spain 2 B.V.	Shopping Centre Colombo Holding, BV
Project Sierra Spain 2-Centro Comer. S.A.	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra Spain 3 B.V.	Shopping Penha B.V.
Project Sierra Spain 3-Centro Comer. S.A.	Siaf-Soc.Iniciat.Aprov.Florestais,S.A.
Project Sierra Spain 5 BV	Sic Indoor - Gestão de Suportes Publicitários, S.A.
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl
Project Sierra Spain 6-Centro Comer. SA	Sierra Asset Management-Gest. Activos,S.A.
Project Sierra Spain 7 B.V.	Sierra Brazil 1 B.V.
Project Sierra Spain 7-Centro Comer. SA	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Srl	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra Srl	Sierra Corporate Services- Ap.Gestão, S.A.
Project Sierra Three Srl	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra Two Srl	Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob.,S.A.
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Development Greece, S.A.
Promosedas-Prom.Imobiliária,S.A.	Sierra Developments Germany GmbH
Prosa-Produtos e serviços agrícolas,S.A.	Sierra Developments Germany Holding B.V.
Publimeios-Soc.Gestora Part. Finan.,S.A.	Sierra Developments Holding B.V.
Racionaliz. y Manufact.Florestales,S.A.	Sierra Developments Italy S.r.l.
Resoflex-Mob.e Equipamentos Gestão,S.A.	Sierra Developments Services Srl
Resolução, SGPS, S.A.	Sierra Developments Spain-Prom.C.Com.SL
Rio Sul - Centro Comercial, S.A.	Sierra Developments, SGPS, S.A.
River Plaza Mall, Srl	Sierra Developments-Serv. Prom.Imob., S.A.
Rochester Real Estate,Limited	Sierra Enplanta Ltda
S. C. Setler Mina Srl	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra GP Limited
Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Investimentos Brasil Ltda
SC Aegean B.V.	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
SC Insurance Risks Services, SGPS, S.A.	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
SC Mediterraneum Cosmos B.V.	Sierra Investments Holding B.V.
SC-Consultadoria,S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.

Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Indústria Brasil, Ltda
Sierra Man.New Tech.Bus.-Serv.Comu.CC,S.A.	Sonae Industria de Revestimentos,S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Indústria-SGPS,S.A.
Sierra Management Hellas SA	Sonae International, Ltd
Sierra Management II-Gestão de C.C. S.A.	Sonae Investments,BV
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A.	Sonae RE, S.A.
Sierra Management Spain-Gestión C.Com.S.A.	Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,S.A.
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sonae Serviços de Gestão, S.A.
Sierra Portugal Fund, Sarl	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Property Management, Srl	Sonae Sierra Brasil Ltda
SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sonae Sierra Brazil B.V.
SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sistavac-Sist.Aquecimento,V.Ar C.,S.A.	Sonae Tafibra (UK),Ltd
SKK-Central de Distr.,S.A.	Sonae Tafibra Benelux, BV
SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos	Sonae Turismo Gestão e Serviços,S.A.
SMP-Serv. de Manutenção Planeamento	Sonae Turismo-SGPS,S.A.
Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,S.A.	Sonae UK,Ltd.
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sonaecenter Serviços, SA
Sociedade Imobiliária Troia - B3, S.A.	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Sondis Imobiliária,S.A.
Société des Essences Fines Isoroy	Sontaria-Empreend.Imobiliários,S.A.
Société Industrielle et Financière Isoroy	Sontel Bv
Socijofra-Sociedade Imobiliária,S.A.	Sontur BV
Sociloures-Soc.Imobiliária,S.A.	Sonvecap BV
Soconstrução BV	Sopair, S.A.
Sodesa, S.A.	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist
Soflorin,BV	Spanboard Products,Ltd
Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,S.A.	Spinarq,S.A.
Sol Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A.	Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A.
Solaris Supermercados, S.A.	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,S.A.
Solinca III-Desporto e S.A.úde,S.A.	Sport Zone-Comércio Art.Desporto,S.A.
Solinca-Investimentos Turísticos,S.A.	SRP Development, SA
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A.
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,S.A.	Star-Viagens e Turismo,S.A.
Somit Imobiliária,S.A.	Tableros Tradema,S.L.
Somit-Soc.Mad.Ind.Transformadas,S.A.	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafibras Participações, S.A.
Sonae Capital,SGPS,S.A.	Tafisa Brasil, S.A.
Sonae Center Serviços, SA	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Financial Participations BV	Tafisa Brasil, S.A.
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,S.A.	Tafisa Canadá Societé en Commandite

Tafisa France, S.A.	Troia Market, SA
Tafisa UK,Ltd	Troiaresort-Investimentos Turísticos, S.A.
Tafisa-Tableros de Fibras, S.A.	Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.
Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,S.A.
Tarkett Agepan Laminat Flooring SCS	Unipress - Centro Gráfico, Lda
Tavapan,S.A.	Unishopping Administradora Ltda.
Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.
Teconologias del Medio Ambiente,S.A.	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,S.A.
Textil do Marco,S.A.	Valecenter Srl
Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA	Valor N, S.A.
Tlantic Sistemas de Informação Ltdª	Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A.
Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.	Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A.
Tool GmbH	Venda Aluga-Sociedade Imobiliária,S.A.
Torre Colombo Ocidente-Imobiliária,S.A.	Via Catarina- Centro Comercial, S.A.
Torre Colombo Oriente-Imobiliária,S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Torre São Gabriel-Imobiliária,S.A.	Worten España, S.A.
TP - Sociedade Térmica, S.A.	Worten-Equipamento para o Lar,S.A.

Empresas do Grupo FT	
-----------------------------	--

France Telecom, S.A.	Wirefree Services Belgium, S.A.
----------------------	---------------------------------

13.5. RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 da SONAEOM, S.G.P.S., S.A. ("Empresa") incluída: no Relatório de Gestão, nos Balanços Consolidado e Individual (que evidenciam um total de 1.795.509.052 Euros e 1.531.906.468 Euros, respectivamente, e capitais próprios consolidados e individuais de 921.614.538 Euros e 1.158.629.246 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado negativo atribuível aos accionistas da Empresa de 12.227.592 Euros e um resultado líquido individual de 21.366.009 Euros), nas Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e nos correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira consolidada e individual adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas filiais.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada e individual que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado e individual das suas operações; as alterações no capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira baseada no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 2

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada e individual do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 referida no parágrafo 1 acima da SONAECOM, S.G.P.S., S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 24 de Julho de 2008



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ADVERTÊNCIA

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não umimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site Institucional da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os Media e Investidores

Isabel Borgas
Responsável pelas Relações Públicas
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

António Castro
Responsável pelas Relações com Investidores
antonio.gcastro@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 99

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal